

LITERATURA E CONTEMPORANEIDADE:

ESTUDOS EM LITERATURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA
NO BRASIL

AILTON LEAL PEREIRA
ANA FÁTIMA CRUZ DOS SANTOS
(ORGANIZADORES)



EDITORA
SCHREIBEN

AILTON LEAL PEREIRA
ANA FÁTIMA CRUZ DOS SANTOS
(ORGANIZADORES)

LITERATURA E CONTEMPORANEIDADE:

ESTUDOS EM LITERATURA AFRO-BRASILEIRA
E AFRICANA NO BRASIL



EDITORA
SCHREIBEN

2023

© Dos Organizadores - 2023
Editoração e capa: Schreiben
Imagem da capa: Jobz Design - Freepik.com
Revisão: os autores
Obra publicada em: 13/07/2023

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airtton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (UFPel)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Valdenildo dos Santos (UFMS)
Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L776 Literatura e contemporaneidade: estudos em literatura afro-brasileira e africana no Brasil. / Organizadores : Ailton Leal Pereira, Ana Fátima Cruz dos Santos. – Itapiranga : Schreiben, 2023.
149 p. : il. ; e-book
E-book no formato PDF.
ISBN: 978-65-5440-133-3
DOI: 10.29327/5283211
1. Literatura africana – estudo e ensino. 2. Literatura africana – Brasil. 3. Lei 10.639/03 – 20 anos. I. Título. II. Pereira, Ailton Leal. III. Santos, Ana Fátima Cruz dos.

CDU 82(6)

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
ALGUMAS RASURAS AO RACISMO RELIGIOSO EM <i>PRETINHA DE ÉBANO VAI À ÁFRICA</i>	8
<i>Ana Fátima Cruz dos Santos</i>	
<i>Maria Anória de Jesus Oliveira</i>	
A LITERATURA INFANTIL DE AUTORIA NEGRA.....	21
<i>Ananda da Luz Ferreira</i>	
A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA PARA CRIANÇAS BEM PEQUENAS E OS 20 ANOS DA LEI 10 639/03: UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA POSSÍVEL.....	39
<i>Danielle Barroso Caldas</i>	
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E LITERATURA INFANTIL: PERSPECTIVAS CURRICULARES E POSSIBILIDADES TEMÁTICAS DA DIVERSIDADE CULTURAL.....	50
<i>Márcia Maria Silva Peixoto</i>	
O DISCURSO LITERÁRIO DAS CRIANÇAS SOBRE RAÇA E CORPO.....	65
<i>Daniele do Nascimento Silva</i>	
NARRAR O MUNDO, (RE)FAZER O MUNDO: A POESIA SLAM DE MULHERES NEGRAS POR OUTROS MODOS DE MORTE E DE VIDA.....	77
<i>Amanda Julieta</i>	
CAMINHOS E ACESSOS ÀS LITERATURAS EM SALVADOR.....	91
<i>Valdeck Almeida de Jesus</i>	

DAS AJUDAS DO INVISÍVEL EM <i>O CRIME DO CAIS DO VALONGO</i> DE ELIANA ALVEZ CRUZ.....	102
<i>Douglas Santana Ariston Sacramento</i>	
O LUGAR DA MULHER SOB O OLHAR DE UM ESCRITOR: UM ESTUDO SOCIOLÓGICO DO FEMININO EM LIMA BARRETO (1902-1922).....	110
<i>Silvana Mansano</i>	
TREZENTOS E TRINTA E TRÊS DIAS: A ESCRITA PÓS-COLONIAL DE ODETE SEMEDO EM <i>NO FUNDO DO CANTO</i>	128
<i>Ailton Leal Pereira</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	145
ÍNDICE REMISSIVO.....	146

APRESENTAÇÃO

Há Literaturas a narrar nossas memórias

Por mais que algumas publicações acadêmicas estejam continuamente a expor as epistemologias suleadoras¹ de pensadores de África e da diáspora negro-africana nos últimos vinte anos do século XXI, ainda existe mais a ser explorado sobre as diversas maneiras de narrar nossas potencialidades e caminhos. Foi com este objetivo primeiro que propomos à Editora Schreien um compilado de textos com o olhar do tempo de hoje, após duas décadas de sancionada a lei n. 10.639/2003 a qual obriga o Ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica nos âmbitos de instituições educacionais públicas e privadas de todo o Brasil.

O e-book *Literatura e contemporaneidade: estudos em literatura afro-brasileira e africana no Brasil* apresenta nomes de pesquisadoras e estudiosos do cenário literário brasileiro no que diz respeito à arte da palavra em circulação no país enquanto um projeto político e educacional. A partir da chamada para publicação acessamos textos com discussões em quatro pontos dessa encruzilhada leitora que chamamos de capítulos: *Literatura Infantil de autoria negra*, *Educação antirracista e Lei 10.639/2003*, *Literatura Juvenil e as periferias*, *Literatura Africana*. Cada eixo com pautas que valem seminários, congressos, contudo, deixamos esta ideia para você, leitor e leitora, desenvolver.

Ao capítulo *Literatura Infantil de autoria negra*, as autoras Ana Fátima dos Santos e Maria Anória de Jesus Oliveira em **Algumas rasuras ao racismo religioso em Pretinha de Ébano vai à África** resenham a obra “Preta de Ébano vai à África”, da autora baiana Kalypsa Brito e ilustrador Pakapym em contexto de autores baianos que propõem protagonismos de personagens negras junto a um relicário de referências africanas e afro-brasileiras para o território da infância. Assim como Ananda da Luz Ferreira em seu artigo **A literatura infantil de autoria negra** cadencia os conceitos

1 Referência às Epistemologias do Sul postuladas por intelectuais com Pensamento Decolonial.

de literatura com perspectivas antirracistas na Literatura Brasileira desde 1960 e a promoção de um pensar decolonial e ancestral africano sobre personagens e culturas negras africanas e afro-diaspóricas.

Em *Educação antirracista e Lei 10.639/2003*, continua-se a leitura sobre obras literárias infantojuvenis de autoria negra com reflexões pautadas nas duas décadas de vigência da lei e o quanto isso tem repercutido nas salas de aula. O capítulo inicia com **A literatura afro-brasileira para crianças bem pequenas e os 20 anos da lei 10.639/2003: uma educação antirracista é possível** por Danielle Barreto Caldas, apresentando ações decoloniais de combate ao racismo através do projeto “Africanidades Literárias: para fazer valer a lei 10.639/03” em Duque de Caxias, Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Acompanhado do texto **Educação para as relações étnico-raciais e literatura infantil: perspectivas curriculares e possibilidades temáticas da diversidade cultural** por Marcia Maria Silva Peixoto, abordando a lei e as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004 como algumas das ações e políticas afirmativas para uma Educação para as Relações Étnico-raciais nas práticas pedagógicas das escolas e em constante luta pela sua implementação. Finalizando este capítulo, **O discurso literário das crianças sobre raça e corpo** escrito por Daniele Nascimento Silva, a partir da pesquisa de Campo numa escola comunitária de Salvador-Bahia, a qual coloca no centro do fazer educativo as contações de narrativas em literatura infantil afro-brasileira com estudantes do ensino fundamental I da Educação Básica. Texto que traz a literatura como um entrelugar para refazer as imagens sobre a identidade negra em diáspora compondo a estética e o corpo num lugar de reconto através do olhar das crianças.

No capítulo *Literatura Juvenil e as periferias*, Amanda Julieta costura em **Narrar o mundo e (re)fazer o mundo: a poesia slam de mulheres negras por outros modos de morte e de vida** o combate ao silenciamento imposto às mulheres negras e estereótipias em obras da Literatura Brasileira. Essa força da voz das mulheres através do *slam* e outras potências de uso da palavra como os saraus também são *narradas* em **Caminhos e acessos às literaturas em Salvador** por Valdeck Almeida, que traz à cena alguns sujeitos que fazem a arte da palavra nas periferias da capital baiana e ganham ecos na Literatura Periférica ao mesmo tempo que questiona o alcance às produções destes artistas na chamada literatura nacional. A multimodalidade do

fazer literário também é exposta por Douglas Santana Ariston pela linha da Literatura Negra no artigo **Das ajudas do invisível em *O crime do Cais do Valongo de Eliana Alves Cruz***, bordando a noção de periferia epistêmica e a visão de um sujeito não hegemônico na contemporaneidade, assim como a mulher no início do século XX era um sujeito questionável de protagonismo na Literatura Brasileira, pois era vista às margens na sociedade da época.

Ainda neste terceiro capítulo sobre a Literatura e as faces da periferia, o artigo **O lugar da mulher sob o olhar de um escritor: um estudo sociológico do feminino em Lima Barreto (1902-1922)** por Silvana Manzano é tecido ao pensamento contemporâneo, um olhar crítico à arte literária do escritor que expurgava denúncias sociais e raciais através dos seus romances e os lugares da feminilidade durante a Primeira República no Brasil por meio das personagens femininas de suas obras e como esse mirar se reflete nas mulheres do século XXI.

Por fim, e não menos salutar, o Capítulo *Literatura Africana* com **Trezentos e trinta e três dias: a escrita pós-colonial de Odete Semedo em *No Fundo do Canto*** por Ailton Leal Pereira se propõe a analisar o evento sociopolítico conhecido como a guerra dos trezentos e trinta e três dias, ocorrido em Guiné-Bissau pós-independência, a partir do olhar de Odete Semedo, uma das maiores expoentes da literatura feminina bissau-guineense da atualidade. Para tanto, o pesquisador recorreu à poética semediana e aos estudos das literaturas pós-coloniais, objetivando compreender os contextos que contribuíram para aquele evento e as estratégias de luta e resistências empreendidas pela população local para romper com aquela realidade.

Assim, esperamos entregar leituras sobre nosso tempo de agora sem deixar as narrativas do ontem empoeirar sob nossa caminhada e muito menos perder o fôlego para os passos do amanhã que construímos nessa filosofia Sankofa², através das vertentes literárias dos irmãos africanos e das africanidades na diáspora negra no Brasil.

Os organizadores.

2 *Adinkra* do povo Akan, de Gana e Togo na África Ocidental que em forma de um pássaro com as patas fincadas no chão e o bico voltado para trás simboliza a ancestralidade e o movimento que a pessoa deve fazer para planejar seu futuro sem perder a noção do seu momento presente nem negar a história vivida pelos seus antepassados.

ALGUMAS RASURAS AO RACISMO RELIGIOSO EM *PRETINHA DE ÉBANO VAI À ÁFRICA*

*Ana Fátima Cruz dos Santos*³

*Maria Anória de Jesus Oliveira*⁴

Pedra sobre pedra
Sangue e suor no chão
Agricultura floresce
Metalurgia aparece
Candomblé, religião
Irmandade, Boa Morte
Rosário dos Pretos, Zumbi lutador
Liderança firmada
Que apesar do tempo, o vento não levou

Cada pedaço de chão
Cada pedra fincada
Um pedaço de mim, Ilê Aiyê
O povo Bantu ajudou a construir o Brasil
(*Heranças Bantos, Ilê Aiyê*)⁵

Introdução

A Literatura Infantojuvenil brasileira tem encontrado muitos desafios e descobertas desde os primeiros estudos críticos a partir de 1920. Porém, após a implementação da Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, nº 9.394/1996 e as sanções das leis que alteram artigos desta, como a 10.639/2003 – Implementação do Ensino de História e Cultura Africanas

3 Afiliação institucional Doutoranda Programa Crítica Cultural (UNEB)/ Grupo de Pesquisa Iraci Gama/Grupo de Pesquisa Nyemba. E-mail: anafatimadossantos@yahoo.com.br. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5377093428497518>.

4 Afiliação institucional Profa. Doutora no Programa Crítica Cultural (UNEB)/ Grupo de Pesquisa Iraci Gama. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5909788979369447>.

5 Letra de canção disponível em: <https://www.letras.mus.br/ile-aiye/1512240/>. Acesso em 08/04/2023.

e Afro-brasileiras – e sua alteração, 11.645/2008 – Implementa o Ensino de História e Culturas Indígenas e afro-brasileiras na Educação Básica – intensificou-se a necessidade de obras literárias que narrassem sobre diversidade racial, étnica, perspectivas de tradições e zelo pela memórias dos povos.

Tanto sim, que é visto em pesquisas dispostas no banco de dissertações e teses da CAPES⁶ a revisão de literaturas para o público infantojuvenil que revisitem nas linguagens de suas narrativas os objetivos das leis citadas acima enquanto caminhos para o respeito às identidades raciais brasileiras, conhecimento e manutenção das culturas locais assim como a tolerância religiosa das diversas crenças por entender que fazemos parte de uma nação múltipla em credo e fé. Contudo, a presença de textos literários que abracem a complexidade do ser humano, principalmente em formações filosóficas, socioculturais como de etnias indígenas e comunidades afro-diaspóricas como o Brasil, ainda é raridade e com muitos dilemas na apresentação das imagens representativas das personagens e seus espaços sociais, como também na afirmação de si em texto verbal.

A uma literatura que se quer negra ambientada na realidade brasileira, o pesquisador Eduardo de Assis Duarte e demais intelectuais no início do século XX denominou-a *literatura afro-brasileira* “como a produção literária de afrodescendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio.” (Duarte, 2014 p. 25 *apud* Lobo, 2007, p.315). A contribuição do estudioso com o conceito promoveu o lugar das representações negras afirmativas no cenário da Literatura Brasileira em temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público.

Contudo, o termo literatura afrodescendente ou afro-brasileira é questionado pela crítica, pois, segundo Cuti (2010, p.35), “a ‘afro-brasilidade’ pode sobreviver sem o negro, uma vez que um afro-brasileiro pode ser um não negro, ou seja, não ser vítima da discriminação racial ou, ser um discriminador”. Neste caso, a autoria é colocada em xeque e, conseqüentemente, o pertencimento identitário, político e denunciativo também.

A relação da produção literária *negro-brasileira* – termo cunhado pelo pesquisador e escritor Luiz Silva (Cuti) - com uso da terminologia

⁶ Em especial, a pesquisa de pós-doc da professora Débora Cristina de Araújo (2017) a qual revisou as produções acadêmicas nacionais dedicadas a investigar as Literaturas Infantojuvenis e a implementação da lei 10.639/2003.

afro apenas nos remete, provavelmente, a uma “origem continental de seus autores, deixando-a à margem da literatura brasileira, atribuindo-lhe, principalmente, uma desqualificação com base no viés da hierarquização das culturas” (SILVA, 2010, p. 35). A analogia da *literatura negro-brasileira* com a literatura africana se pretende causar um efeito de sentido para o não questionamento da realidade da pessoa negra no Brasil por esta última, afinal, conforme Cuti (2010, p. 36), “a literatura africana não combate o racismo brasileiro”, mas reforça o pertencimento político, estético, cultural e filosófico da autoria negra brasileira.

A escritora e também pesquisadora da área de educação, Kiusam de Oliveira, desenvolve uma perspectiva metodológica de Pedagogia Eco Ancestral, cuja pauta é vislumbrar a humanidade das crianças negras diante de um legado de realezas, saberes e vivências peculiares aforreferenciadas (OLIVEIRA, 2022). A partir da noção de literatura negro-brasileira, a mesma constrói a LINEBEIJU – Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil – enquanto um cesto de narrativas centradas na infância e protagonismo de crianças negras que se reconhecem em culturas e filosofias de origens africanas, presentes nas manifestações cotidianas brasileiras.

A LINEBEIJU é fundamentada enquanto uma perspectiva teórica que vislumbra narrativas criadas por autorias negras e apresenta em suas representações discursivas (e de personagens através das ilustrações) símbolos africanos ou afro-diaspóricos que encantam o/a leitor/leitora, transportando-o/a para o território anunciado pela trama enquanto lugar de pertencimento coletivo e ancestral (OLIVEIRA, 2022, p. 6-8). É nesta vertente de pensamento teórico que lemos as obras de autorias baianas, obtendo enquanto principais eixos de investigação enunciativa: a ancestralidade e a territorialidade.

Para este presente ensaio, destacamos a investigação de alguns elementos de identidade negro-africana presentes no cotidiano brasileiro através da obra “Pretinha de Ébano vai à África” da Kalypsa Brito. Este recorte faz parte da tese de doutoramento em Estudos Linguísticos e Literários pelo Programa em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia, em um estudo pioneiro sobre personagens protagonistas negros em Literatura Infantojuvenil de autoria negra baiana publicadas entre 2013-2023, cuja territorialidade do estado da Bahia apresenta rasuras ao

racismo tão latente na sociedade contemporânea.

Dentre os elementos presentes na narrativa, identificamos três já discurridos pela estudiosa Azoilda Loretto Trindade em 2013, no programa Salto para o Futuro⁷, que compõem os valores civilizatórios afro-brasileiros. São eles: religiosidade, corporeidade e memória. Segundo a pesquisadora,

A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. (TRINDADE, 2013, p. 132).

Compreendendo que a literatura é a arte, a qual, segundo Antônio Candido (2011), é um produto social que expressa as condições de cada civilização em que ocorre, como explicar às civilizações em diáspora que buscam recontar as memórias de suas ancestralidades a partir da literatura? Deslocam da ideia situacional da motivação da trama para seguir a preservação de uma memória coletiva ou um relato das culturas originárias a fim de dar sentido à sua existência física-emocional atual. Ao que Heloísa Pires Lima (2005, p.101) diz sobre “as narrativas voltadas para um leitor jovem apresentam o dinamismo das diferentes culturas humanas e o que imaginamos ser um espaço de significações, aberto às emoções, ao sonho e à imaginação” e quem nos apresenta estas possibilidades são as personagens.

Em “Pretinha de Ébano vai à África” temos uma personagem muito determinada, com uma postura dialógica na construção discursiva da narrativa buscando interagir com o leitor e levá-lo ao íntimo da sua dinâmica cotidiana com sua família.

Pretinha de Ébano: Salvador, Bahia, África

O Título em Literatura infantojuvenil escrito pela autora e educadora Kalypsa Brito – escritora baiana a qual já está no cenário da Literatura Infantil e infantojuvenil há 10 anos e tem publicado outros quatro títulos – e o ilustrador e designer Pakapim – o qual também possui ilustrações em

⁷ Transmitido pela TV Escola, programa (existente desde 1991) tem como proposta a formação continuada de professores de Ensino Fundamental e Médio, veiculando também séries de interesse para a Educação Infantil produzidas por intelectuais brasileiros.

obras de demais escritores nacionais – é composto de 32 páginas. Publicação ilustrada e em formato canoa (grampeado). Publicada em 2021, a obra é totalmente ilustrada e consta como a primeira edição bilíngue (português/inglês) feita pela autora. Inclusive, neste mesmo ano de 2021, demais autoras negras baianas lançaram obras bilíngue: Ana Fátima com “As tranças da minha mãe” (Editora Ereginga Educação); Cassia Valle e Luciana Palmeira com “Aziza, a preciosa contadora de sonhos” (Editora Malê).

No título “Pretinha de Ébano”, publicado em 2016, a personagem Luiza Mahin mostra a riqueza da diversidade de referências africanas e negro-brasileiras no cotidiano dela, a elencar primeiramente, a história de seu nome e o local onde reside: Liberdade, bairro periférico da capital Salvador o qual habita a maioria da população negra da cidade, além da presença marcante de blocos afros, a citar, Ilê Aiyê.

O nome da personagem, Luiza Mahin, é uma homenagem à personalidade Luisa Mahin, nascida na Costa Mina do continente África, no início do século XIX. Trazida enquanto mulher escravizada para o Brasil, atuou como quituteira e usava o seu tabuleiro para mobilizar revoltas pró-libertação dos negros e negras escravizadas, através de mensagens árabes (pois era nagô, Mahi) e reconhecida como uma das principais personagens da Revolta dos Malês (1835), na Bahia, onde morou por muitos anos, e a Sabinada (1837-1838). Na obra de Ana Maria Gonçalves, “Um defeito de cor”, Luisa Mahin é ficcionada, porém, enfatizando sua marca na história dos legados africanos na construção do povo negro no Brasil, além da existência atuante de seu filho, Luís Gama (1830-1882).

Nesta segunda obra da Kalypsa Brito com a menina Luiza Mahin, a personagem inicia a trama relembrando ao leitor e à leitora sobre sua nomeação carinhosa – Pretinha de Ébano – dada por sua mãe. Talvez pela tonalidade da tez da menina, muito escura quanto a madeira Ébano, ou porque do desejo da menina em um dia ser Deusa do Ébano, título da rainha anualmente escolhida em um concurso do bloco Ilê Aiyê. Dentro da cultura carnavalesca baiana, ser Deusa do Ébano é um ato de resistência negra contra a discriminação racial, imposição de padrões eurocêntricos de beleza e afirmação da identidade africana e negro-brasileira, principalmente entre as mulheres negras de bairros periféricos de Salvador.

Segundo a diretora do Bloco Afro, Arany Santana, o concurso surge

contra o racismo e a invisibilidade, em uma proposta de afirmação e orgulho da negritude, assim como das suas raízes com a cultura e a religiosidade de matriz africana. O candomblé é o ventre do bloco Ilê Aiyê, e “a ele deve sua existência, se inspira em seu rico patrimônio simbólico (cores, ritmos, mitos, valores, fazeres e princípios)” (FERREIRA, 2012). São territórios de resistência e legado africano às transmutações da diáspora negra-africana no Brasil que traz diferentes artes à corporeidade⁸ das mulheres negras enquanto símbolo-nação. A corporeidade vem a ser a expressão de marcas ancestrais e do presente através do movimento, símbolos transportados pelo corpo.

Africanidades em terra brasileira

Citando Beatriz Nascimento, no filme “Ori”(1989), a fim de compreendermos a relevância dessa corporeidade em comunidades negras diaspóricas como a nossa, no Brasil,

[...] a memória são conteúdos[sic] de um continente, da sua vida, da sua história, do seu passado, como se o corpo fosse o documento, não é à toa, que a dança para o negro é um momento de libertação. O negro não pode ser liberto, enquanto ele não esquecer no gesto que ele não é mais um cativo.

E esta corporeidade enquanto valor civilizatório está presente nas famílias negras próximas de centros culturais afro, como o Ilê Aiyê no Curuzu, o Muzenza, no Pelourinho, o Bankoma em Lauro de Freitas. Os mesmos trazem fundamentações do candomblé em seu nome e filosofia e têm como princípio a educação das crianças através da música e da dança na construção da identidade negra e cidadã que, segundo Azoilda Trindade (2013), precisamos ver os corpos de nossas crianças enquanto lugar de encontro, trocas, produção de saberes e conhecimentos coletivizados.

Essa corporeidade negra enquanto valor civilizatório afro-brasileiro⁹ está bem demarcada na obra de volume 1 da autora Kalypsa Brito,

8 Conforme Oliver (1995, p.46), “o que marca o humano são as relações dialéticas entre esse corpo, essa alma e o mundo no qual se manifestam relações que transformam o corpo humano numa corporeidade. Ou seja, numa Unidade expressiva da existência.” Este é um paradigma advindo da filosofia e muito utilizado na Educação Física enquanto ciência do corpo.

9 Por Azoilda Trindade (2013).

onde a Pretinha de Ébano apresenta, em texto verbal, o seu desejo em ser futuramente uma Deusa do Ébano do Bloco Afro Ilê Aiyê, assim como em uma das ilustrações que aparece dançando ao lado da mãe Líbia, vestidas com saias, adornos como búzios, cabaças, palhas, turbante, panos da costa remetendo às vestes da rainha e princesas do Ébano do bloco citado.

Em “Pretinha de Ébano vai à África”, Luiza, sua irmã, sua mãe e sua avó aparecem dançando com vestes coloridas, referindo-se a tons terrosos e Pretinha, em especial, com cabelo crespo trançado com as tranças figurando uma coroa no alto da cabeça e enfeitadas com missangas coloridas, além de búzios. Dançam celebrando a entrevista na TV de três blocos afros (Didá, Ilê Aiyê e Olodum) que farão um concurso voltado para crianças e o prêmio principal é a ida para Angola, um dos 54 países africanos.

Também anuncia que deseja contar uma “história sensacional” partindo de um dia de quarta-feira em que sua irmã Maria Felipa foi lhe buscar na escola. Além de apontar que gosta de a irmã ir buscá-la, porque no caminho fazem mágicas “com a mente”, Luiza Mahin vai narrando a trajetória para o seu retorno à casa da família: Igreja da Lapinha, Praça da Soledade até chegar na Liberdade. Estes três bairros guardam a memória das culturas e revoltas protagonizadas por pessoas negras entre os séculos XVIII e XIX. Na Lapinha¹⁰, as celebrações católicas com o Terno de Reis e um dos ambientes de luta pela Independência da Bahia, junto a Soledade e a Liberdade.

O nome da irmã que a conduz ser Maria Felipa¹¹, não é por acaso. É uma reverência à uma das personalidades femininas atuantes na libertação dos negros escravizados e liderando homens e mulheres de classes e etnias diferentes em Itaparica e Recôncavo Baiano, lutou contra os portugueses pela Independência da Bahia. Liderança negra, capoeirista, quituteira e rezadeira.

Ao desenhar com a mente, a personagem fala de “superpoderes da imaginação”. Sobre isso, Pretinha de Ébano lembra de certa vez que sua mãe disse que a trajetória para casa leva quinze minutos, então, neste dia mencionado no início da narrativa, ela começa a contar na mente a partir do tocar da sirene escolar, falando à sua irmã que sobrarão quarenta e cinco

10 Ver pesquisa de Cruz *et al* (2021) em <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/131809.pdf>.

11 Ver mais dados na pesquisa <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62353785>. Acesso em 07/04/2023.

minutos quando chegar em casa, pois estava tudo organizado no “Ori”¹² dela.

Uma característica da escrita desta narrativa protagonizada por Pretinha de Ébano é o diálogo constante com o leitor/a leitora, informando pensamentos ou desejos. Em determinado momento, ao chegar em casa e a mãe pontuar que ela está com “eu-fo-ri-a” (está grafado da mesma forma como a autora expõe na obra), Luiza Mahin diz que esta e demais palavras foram solicitadas por ela para a autora contar o significado no final do livro. Também tem perguntas retóricas como: “- Onde eu parei mesmo? Ah! Lembrei!” (p.09).

Sobre os aprendizados de aula (pois a narrativa começou com a saída da escola), Pretinha menciona algo dito por sua professora Maria Flor: a ocorrência de uma “grande revolução identitária no Reino da Bahia de Todos os Encantos”. Em seguida, pontua os grupos afros da cidade: Didá, Ylê Aiyê, Olodum, por ventura, os mesmos que estão organizando o concurso que levará as crianças e seus responsáveis à Angola. Durante a narrativa, Luiza se encontra em sonho com Nzinga Mbandi Ngola Kiluanji, a rainha Nzinga de Angola que visita patrimônios materiais culturais em diferentes países da África. Menciona a Lei 10.639/2003, como a possibilidade de contar sobre uma África que não está na maioria dos livros das escolas do Brasil.

Tanto a ilustração quanto o texto verbal trazem a imagem da família reunida assistindo a TV para ver a entrevista coletiva dos blocos afros para o carnaval de Salvador. A irmã de Pretinha admira-se da união dos blocos para a efetivação de um projeto exclusivo para crianças negras, além de associar o ato aos quilombos que, com sua resistência, contribuíram para a sobrevivência da população negra no Brasil.

Referências em Dandara e Zumbi dos Palmares; a rainha Nzinga Mbandi Ngola Kiluanji é descrita na narrativa por diversos substantivos: comandante de exército, diplomata, poliglota. Um que caberia dizer: líder!

Nzinga Mbandi¹³, durante a segunda década dos anos 1600, disputou

12 “Cabeça”, em idioma yorubá (BENISTE, 2019, p. 591), assim como também a primeira entidade a ser referenciada nas religiões de matriz africana (BARROS, 2009, p. 88).

13 Resumo inspirado no texto Nzinga Mbandi (1583-1663), em <https://www.ufgrs.br/africanas/nzinga-mbandi-1583-1663/>. Acesso em 08/04/2023.

trono de Dongo e Matamba (antiga Angola) com seu “meio-irmão”, o qual venceu e governou até 1623, quando faleceu e Nzinga retorna de sua viagem a Luanda para se tornar a Rainha Ginga até 1626. Era uma ótima negociadora, líder guerrilheira e estrategista, inclusive, quando estava em Luanda era pra negociar com os portugueses. Contudo, ao sentar no trono em Angola, quebrou o pacto com os portugueses e bloqueou as rotas de comércio. Por conta disto foi perseguida, refugiou-se em diferentes lugares do continente africano e fora dele, como o Brasil – local onde há coroação à rainhas Gingas em cerimônias das Igrejas da Rosário dos Pretos como em Minas Gerais, Goiás e Bahia.

Esta cerimônia de coroação é ilustrada na obra da Kalypsa no fim do sonho da Pretinha, em que aparece vestida de Cleópatra em frente às pirâmides no Egito e a Rainha Nzinga a coroa com *hedjet*¹⁴. Para os egípcios,

[..], as coroas eram entidades divinas, sagradas, dotadas de força sobrenatural, mágica e taumaturga que ligavam os seus portadores à esfera sobre-humana. Por isso, prestava-se-lhes culto e dirigiam-se-lhes hinos de acompanhamento das cerimônias culturais, com refrões e litânias, como os acima citados.

Repletas de sortilégios, as coroas apresentavam para os egípcios um imanente e eloquente simbolismo e significado religioso e político. (SALES, 2016, p.68)

A coroa e a túnica são símbolos (egípcios) de uma realeza passada por outra (no caso, a rainha Nzinga de Angola), ambas do continente africano, contudo, empossando uma criança negra brasileira conhecedora dos aspectos identitários do legado ancestral africano em sua família e que a levará ao continente novamente após vencer a 1º EDIÇÃO DO CONCURSO ERÊS ODARAS – um rei, uma rainha e uma corte de sete erês a serem coroados; grande prêmio: uma viagem para Angola. A cena final do sonho nas terras egípcias é um outro exemplo da memória e corporeidade no título infantojuvenil, pois o Egito, reconhecido como o antigo Kemet, é uma das primeiras civilizações da Humanidade. Assim como se tem conhecimento do registro de fórmulas matemáticas, descobertas

14 “A coroa branca, chamada em egípcio *hedjet* (HDT), era uma oblonga e longa mitra usada, na época pré-dinástica, pelo rei do Sul e fazia também parte dos emblemas usados pela deusa Nekhebet, a deusa protectora do Alto Egito. [...] Quando o faraó usava, isoladamente, a [...] *hedjet*, proclamava a sua soberania sobre a respectiva área geográfica que essa coroa identificava.” (SALES, 2016, p. 69).

científicas¹⁵ e primeiras grafias nas paredes das Pirâmides, enquanto uma grande biblioteca no meio do deserto subsaariano.

Dentre os elementos da obra que destacam a presença da religiosidade enquanto valor civilizatório afro-brasileiro, inicialmente pontuamos a intensa referência dos blocos afros à religião de matriz africana, o candomblé, no primeiro volume de “Pretinha de Ébano”. Nesta segunda obra, Pretinha aparece com sua avó, que é uma representação das egbomi¹⁶ dos terreiros: bata e saia rodada comprida branca, torso na cabeça com uma amarração específica das senhoras de Axé.

Antes do encontro das mulheres da família diante da TV, a mãe de Luiza Mahin prepara um banho de alfazema para acalmar da euforia da menina em saber mais sobre o concurso. Esse conhecimento terapêutico das ervas para diferentes fins vem do legado dos banhos de cura dos primeiros africanos em terras diaspóricas, sendo cultivados até a contemporaneidade nos terreiros de candomblé, umbanda e por rezadeiras. As primeiras anotações sobre plantas medicinais também foram encontradas no Egito (ARGENTA, 2011), e esse saber sobre as plantas foram passados na diáspora negra e preservados, principalmente, enquanto recurso natural de cura quando em banhos, incensadores, unguentos e chás.

A presença da citação ao banho de folhas na narrativa, assim como o elemento da dança afro dos blocos citados são marcas da religiosidade de matriz africana permeando a corporeidade e os cuidados coletivos no tempo presente. Além de representar, junto aos demais conhecimentos históricos, geográficos e filosóficos mobilizados na obra literária, um acervo da memória africana no Brasil.

Considerações em conclusão

A chamada da Lei 10.639/2003 pela personagem Nzinga é uma forma de compromissar os agentes da educação básica escolar – caso a obra seja utilizada enquanto um recurso paradidático aos conteúdos a serem ministrados pelas disciplinas ou projetos interdisciplinares nas escolas

15 SILVA; PINHEIRO, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Downloads/2043-Texto%20do%20Artigo-482483295-1-10-20180715.pdf>.

16 Pessoas mais velhas na iniciação da religião candomblé, sacerdotisas.

brasileiras – a inserir a história da Bahia e do Brasil enquanto construtos de descendentes de africanos ou a prática viva e presente da dança, música, ciência afrorreferenciada no cotidiano brasileiro. Segundo Gomes:

Há que se ressaltar, ainda, que os docentes precisam conhecer a influência da cultura africana na cultura brasileira, para que a Lei 10.639/03 - cujo objetivo é de produzir conhecimentos a respeito da pluralidade étnico-racial nas escolas públicas e nas privadas e de garantir o respeito aos direitos legais e à valorização da identidade cultural brasileira e africana, como outras culturas que, direta ou indiretamente, contribuíram/contribuem para a formação da identidade cultural brasileira - possa se cumprir a contento nas instituições de ensino. (GOMES et al, 2016, p.11)

A obra literária “Pretinha de Ébano vai à África”, exaltando a corporeidade das mulheres negras cuja dança, musicalidade e vestimenta se conectam aos saberes religiosos de matriz africana, além da medicina através das plantas enquanto saber mantido por sacerdotes deste seguimento religioso, endossa a religiosidade enquanto valor civilizatório afro-brasileiro presente no cotidiano da nossa sociedade e permeado na cultura artística, popular e na memória das comunidades afro-diaspóricas.

Trazer a narrativa literária infantojuvenil em verbo e ilustrações com representações negras da cultura e territorialidade africana e afro-diaspórica possibilita a mudança em comportamento e tendência racista à intolerância das religiosidades por entendê-las desconexas das práticas diárias de nossa população brasileira, assim como enraizada da afetividade e riqueza cultural a qual estamos imersos contemporaneamente.

Referências

ARAÚJO, Débora Cristina de. **Relações étnico-raciais na Literatura Infantil e Juvenil**: a produção acadêmica stricto sensu de 2003 a 2015. Relatório Final de Estágio Pós-doutoral. Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Federal do Paraná, 2017.

ARGENTA, Scheila Crestanello; ARGENTA, Leila Crestanello; GIACOMELLI, Sandro Rogério; CEZAROTTO, Verciane Schneider. **PLANTAS MEDICINAIS: CULTURA POPULAR VERSUS CIÊNCIA**. In: **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**. Vol.7, N.12: p.51-60, Maio/2011 - ISSN 1809-1636 Disponível em: <https://www.ufpb.br/>

nepfh/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantas-medicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf. Acesso em 08/04/2023.

BARROS, Marcelo. **O candomblé bem explicado** (Nações Bantu, Iorubá e Fon)/ Odé Kileuy e Vera de Oxaguiã. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

BENISTE, José. **Dicionário yorubá-português**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRITO, Kalypsa. **Pretinha de Ébano vai à África: Pretinha de Ébano goes to Africa**. Ilustração Pakapim; tradução Ana Clara Teixeira. Iaçú, BA, 2021. Edição bilíngue: português/inglês.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria história-literária. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Ouro sobre Azul, 2011.

CRUZ, Mirella Rodrigues da; SOUZA, Catiane Rocha Passos de; PINTO, Paulo Henrique da Silva. **A Lapinha Dos Reis**: Memória, Diversidade E Resistência. ENECULT, Salvador-Bahia, 24 a 27 de julho de 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/131809.pdf>. Acesso em 07/04/2023.

DUARTE, Eduardo de Assis. (coordenação). **Literatura afro-brasileira**: 100 autores do século XVIII ao XX. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FERREIRA, Ceíça. **A força do feminino negro em “Deusa do Ébano: Rainha do Ilê Aiyê”**. De 05/03/2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-forca-do-feminino-negro-em-deusa-do-ebano-rainha-do-ile-aiye/>. Acesso em 06/04/2023.

GOMES, Érica Monale da Silva; SILVA, Paula Paulino da; CIRILO, Suzana dos Santos; FONSECA, Ivonildes da Silva . **A afirmação dos valores civilizatórios afro-brasileiros na formação da criança negra**. Anais. Editora Realize, 2016, 12p. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA9_ID6084_11082016101038.pdf. Acesso em 06/04/2023.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 5ª ed. Editora Record: Rio de Janeiro. 2009.

LEI nº 10.639/2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 06/04/2023.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In.: **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério

da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.101-116.

LUIZA MAHIN. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=26662>. Acesso em 06/04/2023. **Nzinga Mbandi (1583-1663)**. Disponível em <https://www.ufrgs.br/africanas/nzinga-mbandi-1583-1663/>. Acesso em 08/04/2023.

OLIVIER, Giovanina Gomes de Freitas. **Um olhar sobre o esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade**. Giovanina Gomes de Freitas Olivier. Dissertação (mestrado) --- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP, 1995. 108p.

Orí. Direção: Raquel Gerber. Textos e Narração: Beatriz Nascimento. 1989.

SALE, José das Candeias. Coroas, Toucados e Ceptros na colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian (Lisboa). In: **Revista Mundo Antigo** – Ano V, V. 5, Nº 11 – Dezembro – 2016, p. 67-88, ISSN 2238-8788.

SALTO PARA O FUTURO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnlem/111-tv-mec-818951690/tv-escola-1440558247/13258-salto-para-o-futuro-sp-1346571866>. Acesso em 07/04/2023.

SILVA, Cuti. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SILVA, Luiz Henrique da; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Produções científicas do antigo Egito: um diálogo sobre Química, cerveja, negritude e outras coisas mais. In: **REVISTA DEBATES EM ENSINO DE QUÍMICA**. 01/10/2018, ISSN: 2447-6099. Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Downloads/2043-Texto%20do%20Artigo-482483295-1-10-20180715.pdf>. Acesso em 01/04/2023.

TRINDADE, Azoilda Loretto da (org.). **Africanidades brasileiras e educação: salto para o futuro**. Rio de Janeiro: TV escola /MEC, 2013.

Literatura e cura: Kiusam de Oliveira é presença ilustre na Feira do Livro, por Maria Helena de Carvalho. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/euestudante/cultura/2022/06/5016536-literatura-e-cura-kiusam-de-oliveira-e-presenca-ilustre-na-feira-do-livro.html>. Acesso em 12 fevereiro 2023.

A LITERATURA INFANTIL DE AUTORIA NEGRA

*Ananda da Luz Ferreira*¹⁷

A literatura infantil de autoria negra vem ganhando muitas dimensões à medida que mais autores(as) publicam suas obras, seja de modo independente ou em editoras independentes e grandes. Nesse movimento, mais autores(as) negros(as) vêm se apropriando do processo de criação e circulação de suas obras literárias, bem como tecendo diálogos com as teorias literárias, o que nos convida a refletir, em diferentes dimensões, sobre conceitos que estavam circundando esse objeto que suscita muitos debates: a *literatura infantil*. Ainda porque, o campo da literatura infantil é pouco valorizado, como afirma o pesquisador Peter Hunt (2010, p. 10): “não que a literatura infantil seja universalmente aceita. Em muitos países, ela tem uma existência precária e é encarada com ceticismo”. Muitas vezes, encontramos a literatura infantil apenas reduzida ao fazer pedagógico, invisibilizando seu caráter artístico literário. Antes de prosseguir com o debate, é importante ressaltar a urgência das literaturas habitarem as escolas de modo que reforcem o seu caráter literário e não utilitário. Ainda porque, a literatura por si só gera diálogos interdisciplinares, ou seja, é um território de conversas e muitos encontros, inclusive com os muitos saberes.

A literatura infantil como campo de estudo possui muitos debates. Destaco, aqui, a literatura infantil negro-brasileira, a qual é a literatura realizada para as crianças e/ou para o encontro com as muitas infâncias de diferentes leitores(as) que seja de autoria negra, seja na ilustração ou na escrita. Cuti (2010) traz o conceito de literatura negro-brasileira para nomear as literaturas realizadas por pessoas negras, que por terem letramento

17Doutoranda em Difusão do Conhecimento (DMMDC-UFBA/IFBA/UNEB). Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPPGER-UFSB). Especialista em O Livro Para A Infância (A Casa Tombada -SP). Pedagoga (UNESA). Professora e cocoordenadora na pós-graduação O Livro Para A Infância e coordenadora na pós-graduação Educação e Relações Étnico-Raciais (A Casa Tombada -SP).

racial contribuem de muitas formas para combater o racismo e, principalmente, não reproduz estereótipos em personagens e narrativas que representem corpos negros.

É relevante ser dito que, por muito tempo, nos livros para as infâncias havia uma invisibilidade de personagens negras, bem como invisibilidade ou inacessibilidade de publicação de autoria negra e de como as personagens eram (e ainda encontramos) representadas de formas estereotipadas, por exemplo: mulher negra somente como empregada doméstica, associação da cor à maldade ou sujeira, glamourização do mundo branco, personagens negras sem nomes ou construção de uma narrativa, entre muitas outras representações estereotipadas (LIMA, 2015; ARAÚJO, 2019). Essa invisibilidade está até nos modos de publicar, pois as grandes e médias editoras ainda possuem poucas histórias de autorias negras em seus catálogos, levando autores/as às publicações independentes ou às editoras pequenas que se organizaram para publicarem obras de autorias negras. Refletindo como o racismo, em nossa sociedade, não reconhece a produção literária de pessoas negras e as colocam em nichos de produções somente de temáticas que envolvem debates sobre relações étnico-raciais.

As histórias, obras literárias, autorias e debates que emergem a partir das produções literárias realizadas por pessoas negras constroem um campo de estudo que é vivo e que precisamos lançar percepções heurísticas. Ainda porque é necessário compreender outros modos de perceber, escutar, ver, narrar, registrar o mundo para, assim, realizarmos pesquisas sobre a literatura infantil de autoria negra. Visto que, quando se fala de literatura, não é mais possível ignorar as particularidades e os debates que envolvem as literaturas infantis de autoria negra; seja nas publicações de nomes já conhecidos, seja nos nomes insurgentes que se auto publicam e se fazem existir em um mercado editorial que por muito tempo insistiam em não os publicar. Temos que lançar outras lentes de análise às literaturas infantis de autoria negra e com personagens negras para podermos compreender a boniteza que há nessa arte. E sobre boniteza, mais do que ser bonito, como Freire (2021) apresenta, tem conexão com a fé em um mundo mais equânime e livre, onde as pessoas possam existir com todos seus direitos garantidos na potência de possibilitar isso ‘cotidianamente’ e em todos os territórios.

Diante desse debate, podemos compreender que a pesquisa em torno das produções de temáticas africanas e afro-brasileiras também tem se colocado, cada vez mais, nessa perspectiva de construção de conhecimentos sobre as obras literárias produzidas por autoras negras e as obras com personagens negras. Assim, esse capítulo, cogita reunir parte do debate que tem se construído sobre literatura infantil produzidas por autores(as) negros(as) a partir de como estão nomeando suas obras e quais debates teóricos há nesse processo. Obviamente que não dará conta de todo debate que rodeia a temática e nem tem a pretensão de lançar um novo conceito, mas sim costurar o debate tem sido realizado pelos(as) próprios(as) autores(as). Dito isso, o artigo se dividirá nesse abre-alas que é a introdução, seguindo do *Nomear-se: como autores(as) negros(as) percebem seus fazeres* que apresenta como os(as) autores(as) negros(as) vem nomeando suas produções artísticas literárias; e o *Para não findar...* onde se tece considerações sobre o debate provocado pelo capítulo.

Nomear-se: como autores(as) negros(as) percebem seus fazeres.

Quais os debates que estão fluindo nas produções literárias para infância de autoria negra? Quem está fomentando esse debate? Como tecer percepções sobre essas obras? Como o(a) autor(a) negro(a) está classificando suas obras? Essas são algumas questões que se aspira suscitar no intuito de agregar e apresentar o posicionamento de autores(as) negros(as) de literatura infantil sobre suas obras. Essa pesquisa, de abordagem qualitativa descritiva, parte da análise bibliográfica vinculada às discussões em torno de como os(as) autores(as) negros(as) estão nomeando seus fazeres literários, a partir de pesquisa já consolidada ou em consolidação; emergentes do diálogo com autoras(es) de livros, ativistas e pesquisadoras(es) que estão produzindo conhecimento fora da academia e dentro dela.

É relevante que se compreenda o quão importante são os(as) próprios(as) autoras nomearem seus fazeres literários a partir de suas pesquisas, percebemos a relevância de trazer os conceitos que têm emergindo sobre o livro para infância e o debate das relações étnico-raciais. Iniciaremos com as pesquisas realizadas por Eliane Debus (2017) sobre Literatura Infantil e Juvenil que vem desenvolvendo na Universidade

Federal de Santa Catarina e com seu Grupo de Pesquisa em Literatura Infantil e Juvenil e Prática de Mediação de Leitura Litalise¹⁸. A autora apresenta três grandes categorias nas quais as produções negras estariam divididas. A autora ressalta em seus escritos que, no que diz respeito à literatura infantil e juvenil e às relações étnico-raciais, há muito que se discutir, deixando evidente que suas pesquisas não têm intencionalidade de fechar um ciclo e sim propor conversas sobre. A autora oferta dados, informações e análises para podermos construir nossas interpretações. Sobre isso, também, o pesquisador Paulo Vinícius Baptista da Silva nos atenta na escrita do prefácio do livro da Eliane Debus. Na obra, *A temática Da Cultura Africana e Afro-Brasileira Na Literatura Para Crianças e Jovens* (2017), a autora propõe um debate sobre o tema e apresenta para discussão alguns autores e autoras de livros que abordam a temática da cultura africana e afro-brasileira como prefacia Silva:

A seleção de escritores/a tem um ponto compartilhado com a própria Eliane; estes/as autores/as que têm a “pele cor de chocolate” (como se auto definiu Chimamanda Adichie) revelam em seus escritos o interesse em falar dos seus, de suas histórias ancestrais, de seus conflitos, de contradições que observam. **A discussão que anuncia novidadeira** e inicia no capítulo inicial é se, de forma similar aos autores que propõem uma literatura afro-brasileira, seria possível esta classificação, literatura negra ou afro-brasileira, para as publicações que são crescentes de literatura de recepção infantil e juvenil com temática africana ou afro-brasileira. À moda de Georgina Martins, Eliane não oferece uma resposta direta e muito menos cabal. Caberá a você, leitor, chegar à sua interpretação. Mas Debus apresenta muitos dados e uma rica discussão, ao longo do livro, que subsidia em muito a afirmação de uma literatura afrodescendente infantil e juvenil. (SILVA, 2017, p. 14-15)[*Grifo da autora*]

Eliane Debus (2017), que também é autora de dois livros para a infância, refere as literaturas com personagens negras, que apresentam a culturas e histórias africanas e afro-brasileiras e de autoria negra das seguintes formas:

- *Literatura que tematiza a cultura africana e afro-brasileira* que não foca na autoria e sim no tema que aborda.

18 Página no Instagram do grupo de pesquisa coordenado pela professora Eliane Debus, Litalise: <https://www.instagram.com/litalise.grupodepesquisa/>.

- *Literatura Afro-Brasileira*, escrita por autores afro-brasileiros, Eliane Debus ressalta que essa categoria há dificuldades de delimitação por ser um conceito em debate.
- *Literatura Africana* a de autoria africana que, segundo a autora, pode ter várias subdivisões, mas anuncia dois grupos: o das *Literaturas Africanas De Diferentes Línguas* porque o continente tem múltiplas línguas e o das *Literaturas Africanas De Língua Portuguesa*, que ainda pode ser subdividida em contemporaneíssima – com “narrativas curtas em diálogo com a ilustração” - e/ou vinculadas à origem oral. A autora também coloca que, nas *Literaturas Africanas De Língua Portuguesa*, as análises ocorrem pela demarcação dos países falantes da língua “sem adentrar na especificidade da negritude dessa literatura”; ou seja, não é necessariamente escrita por pessoas negras, um exemplo é o escritor Mia Couto.

Outra denominação foi a formulada pela autora de livros para infância com personagens negras e também pesquisadora das relações étnico-raciais, Sônia Rosa. Autora de livros desde 1995, quando publicou o clássico *O Menino Nito* (1995), de lá para cá já são mais de 40 livros, nos quais, em sua grande maioria, as personagens são negras e/ou evocam a cultura, história e ancestralidade negra-brasileira. Após concluir o mestrado no CEFET-RJ¹⁹, no qual revisitou toda sua trajetória como escritora em uma escrita de si²⁰, Sônia Rosa nomeou seu fazer literário como uma *Literatura Negro Afetiva Para Jovens e Crianças*, que, com afeto, contribui para o debate racial no intuito de construir uma sociedade para todas as pessoas. Quando olhamos para as obras de Sônia Rosa, percebemos o quão assertivo foi esse nome, pois suas obras transbordam relações afetivas que contribuem reflexivamente para a construção de uma sociedade antirracista, mas trago, aqui, as palavras da própria autora:

19 CEFET é a sigla de Centro Federal de Educação Tecnologia Celso Suckow da Fonseca, na instituição Sonia Rosa cursou o Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais.

20 Sua dissertação de mestrado, defendida em 2019, com o título: *A Literatura Infantil Afro-Brasileira como letramento racial e fortalecimento das identidades negras: uma narrativa autobiográfica*.

Os estudos visam, ainda, acolher e potencializar o protagonismo negro com foco na literatura com temática negra e/ou africana, afetiva e humana, com a intenção de que essa literatura venha contribuir para uma convivência inter-racial mais respeitosa e digna entre os brasileiros de todas as idades na perspectiva de uma sociedade não racista.

[...]

Ressalto que comecei a divulgar o termo Literatura Negro Afetiva para crianças e jovens em entrevistas, em encontros presenciais e em participações online desde o final de 2019. **Explicava que meus livros ofereciam uma Literatura “negro afetiva” por terem muita representatividade negra e muita afetividade dentro das histórias que inventava.**

[...]

vou tecendo o conceito de *Literatura Negro Afetiva* fortalecendo a necessidade de atenção e de prestígio que os personagens negros precisam ter dentro dos livros voltados para infância e juventude. Nunca mais a desatenção, o descuido, a invisibilidade, o silenciamento e a margem. Nem em texto e nem em imagens. Livros que respeitem as infâncias negras. (ROSA, 2021)[*Grifo da autora*]

Temos, também, a autora-pesquisadora Kiusam de Oliveira trazendo contribuições importantes para o cenário de debate sobre livros para infâncias com sua *Literatura Negro-Brasileira Do Encantamento Infantil e Juvenil (LINEBEIJU)*. Kiusam de Oliveira é autora de importantes livros para as infâncias como *Omo-Oba – histórias de princesas*, seu primeiro livro lançado em 2009. Nele as princesas são orixás e, entre seus livros publicados temos a famosa Tayó, que foi apresentada ao público pelo livro *O Mundo No Black Power De Tayó* em 2012 e, em 2021, ganhou vida nas histórias em quadrinhos na obra *Tayó Em Quadrinhos*. Além de autora de livros para infância, Kiusam é professora universitária, contadora de história, atriz, bailarina e muitos outros fazeres que estão sempre na relação dialógica entre a palavra e o gesto (FREIRE, 2019). *Literatura Negro-Brasileira Do Encantamento Infantil e Juvenil* nasce a partir de todas suas experiências e com base na *pedagogia ancestral*, também cunhada pela autora: “A Pedagogia da Ancestralidade está presente também nas literaturas infantil e juvenil que tenho lapidado, engenhosamente fundamentadas na intencionalidade para o empoderamento negro feminino” (OLIVEIRA, 2019, p. 147). Depois de algumas reflexões, Kiusam de Oliveira trouxe uma perspectiva ecológica então passou a chamar, também, de Pedagogia Eco Ancestral; por compreender a importância

de destacar a natureza e sua força. Assim, a humanidade relembra o que vem esquecendo: que somos parte desse ecossistema, somos parte da natureza, portanto somos seres ecológicos.

Diante de todo esse debate e de toda sua experiência e pesquisas, Kiusam de Oliveira cunha o termo Literatura negro-brasileira do encantamento infantil e juvenil:

Essa literatura que tenho produzido e que reconheço nela particularidades bem específicas ao campo do combate à discriminação e da luta antirracista. Antes de aprofundarmos nesse aspecto, fundamental fazer uma referência que revela de onde parto o meu olhar. Trago, aqui, Tierno Bokar quando afirma que a escrita e o saber são diferentes, pois a escrita pode até registrar um saber sem sê-lo em si, pois o saber que guia os seres vêm dos ancestrais e é isso que dá luz ao humano. (OLIVEIRA, 2020, p. 04)

É importante contar quem é Tierno Bokar, uma das grandes referências de Kiusam de Oliveira: um mestre, sábio, pensador, filósofo, etnólogo e, portanto, um tradicionalista africano. Africano porque Tierno Bokar nasceu e viveu no Mali, o sétimo maior país do continente, e tradicionalista porque as pessoas que recebem esse nome são conhecedoras das explicações da vida, das ciências da vida, e as fazem emergir de diferentes modos, seja com música ou contando uma história, para trazer ensinamentos e não só falar a história, mas apresentar uma cultura, um passado e/ou uma história para aqueles que ouvem. Amadou Hampâté Bâ, que teve em Tierno Bokar seu principal mestre, apresenta os tradicionalistas como:

Tais homens eram capazes de abordar quase todos os campos do conhecimento da época, porque um “conhecedor” nunca era especialista no sentido moderno da palavra, mas, mais precisamente, uma espécie de generalista. O conhecimento não era compartimentado. O mesmo ancião (no sentido africano da palavra, isto é, *aquele que conhece*, mesmo se bem todos os seus cabelos são brancos) podia ter conhecimentos profundos sobre religião ou história, como também ciências naturais ou humanas de todo tipo. Era um conhecimento mais ou menos global segundo a competência de cada um, uma espécie de “ciência da vida”; vida, considerada aqui como uma unidade em que tudo é interligado, interdependente e interativo; em que o material e o espiritual nunca estão dissociados. E o ensinamento nunca era sistemático, mas deixado ao sabor das circunstâncias, segundo os momentos favoráveis ou a atenção do auditório. (BÂ, 2013, p. 175)

Bebendo nessa fonte e em muitas outras, na busca do diálogo entre escrita e oralidade, entre os saberes e os fazeres, trazendo os valores civilizatórios africanos, do continente e aqui ressignificado, na qual o saber é plural e não fragmentado, Kiusam de Oliveira constrói uma pedagogia da ancestralidade, e como a autora reformula: uma Pedagogia Eco-Ancestral, com inúmeras ações dialógicas, um “grande guarda-chuva com suas inúmeras barbatanas” (OLIVEIRA, 2020, p. 08), entre elas a literatura:

A Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil é uma delas, utilizada recorrentemente, como forma de empoderar crianças negras mediante personagens como elas, com família, contextos familiares saudáveis, com estratégias capazes de fortalecê-las na superação das práticas racistas no cotidiano, entre tantas outras possibilidades de cruzamentos. (OLIVEIRA, 2020, p. 8)

Kiusam de Oliveira ainda acrescenta sobre seu fazer literário:

Entendo, portanto, que a literatura que tenho produzido é uma Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil, pois tenho sido capaz de ver, ao longo desses onze anos publicando livros, o poder das palavras que encantam, possibilitando, assim, que as crianças, jovens e adultos reencantem seus próprios corpos, cotidianamente machucados, violentados pela opressão de cunho racista. As crianças, a partir desse livro, percebo, que são capazes de *tayorizarem* a vida, isto é, como Tayó, ser simplesmente criança, vivendo a sua infância fortalecida pelo autoamor, porque tem como espelho uma mãe que se enxerga em sua potência, fazendo com que a própria filha se veja da mesma forma e consiga dar respostas imediatas e criativas às práticas racistas, sem que isso provoque rupturas psíquicas em seu ser. (OLIVEIRA, 2020, p. 13)

Também, nessas andanças de pesquisas e ativismo por uma literatura para todas as pessoas encontramos outras três categorias, que muitas vezes podem ter muitas similaridades entre si, mas que acho pertinente compartilhar: *Literatura Infantil Afrocentrada* e *Literatura Infantil Afrofantástica*. É importante reforçar que as categorias que estamos apresentando são para analisar a literatura infantil e que sabemos que algumas dessas categorias já são utilizadas em outras literaturas, principalmente as escritas exclusivamente para o público adulto, mas aqui será evidenciado, como já dito anteriormente, a literatura escrita exclusivamente para crianças.

A *Literatura Infantil Afrocêntrica* (ou *Literatura Infantil Afrocentrada*) é

um termo que surge em diferentes momentos, mas como classificação ao para se referir à produção literária infantil ocorreu em dois momentos dessa pesquisa: um foi pela autora, pesquisadora, pedagoga, contadora de histórias e educadora Nini Kemba Náyò, que em sua página do *Instagram LiterAfro Infantil*²¹ e nos cursos que promove apresenta os livros que utiliza dessa forma, apontando como identificar e como trabalhar essas literaturas. As suas investigações, como a autora afirma, são pautadas nas escritas por pessoas pretas realizadas, principalmente, para leitoras pretas (NÁYÒ, 2021). Outro autor que contribui nesse debate é o professor, escritor, filósofo e pesquisador Renato Noguera, ao provocar a importância de que haja literaturas que *afrocentrique* o olhar negro para as coisas, ou seja:

Denegrir um pouco o olhar. Quando eu falo denegrir é tornar negro, não significa difamar. Denegrir quer dizer, tão somente, trazer uma compreensão negra; estabelecer um olhar negro sobre as coisas. O que é muito necessário. Ou seja, contar histórias para essas crianças a partir de um repertório negro, um repertório africano. (NOGUERA, 2021)

A afrocentricidade parte de uma reescrita da história negra. Mariana Gino, pesquisadora doutora em História Comparada, apresenta o conceito como derivado “de todas as perspectivas intelectuais negras em oposição à hegemonia intelectual branca” (GINO, 2018, p. 250), para dialogar com essa proposta também encontramos o doutor em filosofia Valter Duarte (2020) e suas investigações metodológicas que trazem a afrocentricidade como uma proposta epistemológica africana, baseada no método do filósofo e doutor do departamento de Africologia da Universidade do Temple (Filadélfia-EUA) Molefi Asante:

Essa ideia se refere a uma proposta epistemológica africana, ou seja, de estudo do modo de conhecer desses povos, o que não se limita a isso. Tal perspectiva parte da constatação de que os povos não-europeus, sobretudo os africanos, têm sido deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos. Sendo de tal maneira importante que qualquer avaliação de suas condições seja feita com base em uma localização centrada na África e em sua diáspora, já que os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica. (DUARTE, 2020, p. 237)

21 <https://www.instagram.com/liteafroinfantil/>.

A afrocentricidade vai ao encontro de visibilizar as epistemologias africanas em uma estrutura que não aceitava sequer a existência de outras culturas que não fossem a europeia. Para Molefi Asante refere-se ao lugar, à proposta epistêmica, em que os africanos, sejam viventes em Áfricas ou em outro território, em função da diáspora dos povos africanos, sendo: “um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e atuando de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 93). Ou seja, como Maurício Reis nos coloca, o paradigma afrocêntrico defende não haver universalidade epistêmica, mas, sim, “o que se deve sustentar é a pluriversalidade dos sistemas culturais” (REIS, 2020, p. 139). Assim, compreendemos que a Literatura Infantil Afrocêntrica (ou Literatura Infantil Afrocentrada) está pautada em todo esse debate, pois as(os) autores(as) de livros vão sempre embeber-se de tais perspectivas para o objeto livro.

Encontramos, também, o termo *Literatura Infantil Afrofantástica* como forma utilizada pelo escritor Marcus Cajé para denominar o seu fazer literário. A Literatura Afrofantástica, segundo o autor, brinca e desperta o lado da fantasia do leitor, além de estar sempre aliada à informação, algum tipo de curiosidade ou reflexão. A personagem negra é protagonista, tanto como a heroína ou a princesa, quanto como a vilã ou qualquer outra personagem, porém, não deixam de possuir um enredo, uma identidade elaborada e nunca é estereotipada. Em entrevista para a Revista Cenarium - da Amazônia Para O Mundo, realizada pela jornalista Priscila Peixoto, o autor traz considerações importantes sobre o conceito que adota para sua literatura:

É um conceito que aplico nas produções artísticas do corpo negro e negra com elementos da realidade, se misturando com fatos históricos, míticos, lendas e folclore, políticos, onde essas combinações geram uma narrativa nova diante do personagem negro e negra, onde busco explorar novas vertentes e noções da realidade, fazendo esse ser negro ser um protagonista e fazendo desse protagonismo cultural negro uma força. A Literatura Afrofantástica brinca com o sistema imagéticos e lógico-científico. (CAJÉ, 2021, s/p).

Outro encontro foi com a *Literatura Infantil Afrofuturista* a partir do livro escrito por Henrique André e ilustrado pelo Tutano Nômade (Fábio

Gonçalves): *Afrofuturo: ancestral do amanhã*. A literatura foi fruto de financiamento coletivo, no qual obteve somente 57% do financiamento²², mas mesmo assim foi publicado de forma independente. Seu sucesso foi enorme que logo esgotou e hoje, em 2023, foi republicada pela editora Kitembo. O termo afrofuturismo é cunhado nos Estados Unidos da América por Mark Dery ao questionar, em uma entrevista, a ausência de autores negros na ficção científica produzida no seu país (BUROCCO, 2019). O termo, que nasce no cenário literário, ganhou outras dimensões principalmente nas artes. No Brasil, o termo ganha espaço nas pesquisas acadêmicas e no ativismo nas redes sociais e fora dela, como afirma Edmilson Júnior (2021, p. 163) ao dizer que “obras musicais e literárias alimentam uma geração que acessa o conteúdo hoje principalmente por meio das redes sociais on-line”. O afrofuturismo vai ganhando camadas de conceituação conforme os seus contextos. E pensemos contextos, no plural, não só o gênero artístico, mas também o território que utiliza o termo. Porém, mesmo com algumas nuances, há características que une as produções do afrofuturismo, como vemos em Waldson Souza:

Quando há narrativa, o afrofuturismo pode mudar o passado, elevar a imaginação para além das convenções da realidade, questionar os problemas do presente e criar outros parâmetros de expectativa para pessoas negras. Pode utilizar a ficção como ferramenta para resgatar passados sistematicamente apagados ao mesmo tempo em que projeta futuros, mesmo que o pensamento sobre o futuro seja algo prejudicado pelas amarras do racismo (WOMACK, 2013, p. 41). O protagonismo negro previsto para esse tipo de produção vai além das personagens representadas, também diz respeito a quem produz a obra. (SOUZA, 2019, p. 34)

Dessa mesma forma, Henrique André (2021), durante uma entrevista para o canal do *Youtube* Farofa Crítica, realizada pelo professor Dennis Oliveira, apresenta como suas pesquisas caminham e principalmente como o afrofuturismo vem se estabelecendo no Brasil; inicialmente com o escritor Fábio Kabral na literatura e seguindo pela música como as cantoras e compositoras Ellen Oléria e Xênia França.

22 Página do financiamento coletivo: https://www.catarse.me/afrofuturo_ancestral_do_amanha_5288.

É um movimento que ele vai além da estética artística como muita gente pensa. O afrofuturismo é um movimento político, social, econômico, principalmente, e que têm a arte como seu principal viés de disseminação e de pulverização do que é o afrofuturismo. O Afrofuturismo nada mais é do que com base na ancestralidade você construir no presente um futuro onde corpos pretos possam existir e coexistir da forma que eles quiserem, sem as pressões estruturais que nós temos. Eu costumo dizer que quando uma pessoa preta, um corpo preto levanta de manhã cedo para ir trabalhar, seja ela qual for sua função, toma benção do seu pai e da sua avó e sai atrás de um sustento melhor, de um futuro melhor para os seus, para os seus filhos, pensando no futuro dos seus filhos, na continuidade, isso já faz desse cidadão e dessa cidadão um ser um pouco futurista. (ANDRÉ, 2021)

A multiartista e pesquisadora Zaika dos Santos (2018) afirma para TV UFMG que existe um afrofuturismo africano e um afrofuturismo afro-diaspórico. Este último é o que cabe às pessoas negras nascidas no Brasil, que carregam em si uma ancestralidade africana. Zaika dos Santos ainda acrescenta, em depoimento ao programa *Afrofuturismo e o protagonismo negro*, que o afrofuturismo apresenta aspectos como a ancestralidade, a tecnologia, a inovação, a ciência e, também, apresentar novas narrativas e ficções. Isso tudo visibilizando as produções negras, ou seja, “está no âmago do Afrofuturismo o desafio às narrativas coloniais atualizadas no contemporâneo” (JÚNIOR, 2021, p. 163). O afrofuturismo confuta a história narrada a partir de uma ótica, a história única como nos apresenta Chimamanda Adichie (2019), e apresenta muitas formas de perceber esse mundo, reafirmando a pluralidade dele. E tudo isso dialoga com as produções do afrofuturismo proposto por Henrique André (2021) ao afirmar o “um corpo preto quando se movimenta já é um ato político” e tudo isso é evidente quando pensamos a partir de suas provocações que o afrofuturismo “é apenas um nome para o que a gente faz cotidianamente, que é buscar intelectualidade, mas também vivências cotidianas que nos humanifiquem, que tire esse estigma hegemônico de primitivo e também desumanização”. O autor-pesquisador também acrescenta que o afrofuturismo é pensar o presente valorizando o passado e todas as ações realizadas pela ancestralidade para que um futuro outro seja construído:

Principalmente valorizando as tecnologias que nos trouxeram até aqui. A tecnologia da roda, a tecnologia da oralidade, a tecnologia da cura pelas ervas e também as tecnologias que são consideradas *hi tech, hi fi*, que desenvolvemos em muitas linhas; como as vacinas, mas não só as vacinas como também tecnologias cotidianas como ar condicionado, por exemplo, que foi criado por uma pessoa preta (ANDRÉ, 2021)

Outras classificações emergiram durante a pesquisa, porém, a opção por apresentar as formas de nomear realizadas pelos(as) autores(as) de livros que estão construindo pesquisas sobre seu fazer. E fica implícito que o não investigar outras formas de caracterizar é porque ainda estão em debates, ou ainda porque são minhas percepções e não uma classificação da autoria como sugerimos nessa. Contudo, é pertinente provocar uma faísca de debate sobre duas classificações que emergiram e valem a pena pela discussão futura que pode provocar. Uma delas é a *Literatura Infantil Periférica*, que ouvi no encontro, proporcionado pela pós-graduação O Livro Para A Infância, com o escritor Otávio Junior autor do premiado *Da Minha Janela* entre outros livros. Apesar do autor não nomear assim, suas obras trazem características da literatura periférica para o seu fazer literário ao dizer “a literatura periférica vem com uma potência muito grande” (JUNIOR, 2021) ou quando disse da sua relação com o território:

Eu não sei da relação de outros autores, eu vou trazer para a Literatura Infantil. Talvez tenha autores de romance, poesia, do conto... assim, que tenha essa relação com seu território. Não sei se se restringe ao Brasil, de literatura infantil e juvenil, se tem algum autor que vive fortemente essa realidade de que vivo, de estar em um território, de escrever sobre esses territórios e de ter essas questões ligadas à segurança, ligadas aos confrontos, ligadas ao poderio bélico. Talvez eu me coloco, eu também me transporto para territórios que estão em guerra no mundo. Territórios do Oriente Médio, de guerra civil na África, em países africanos. (JUNIOR, 2021)

Vimos essas questões em outras obras como, por exemplo, *A menina que nasceu sem cor*, escrito por Midrian Pereira da Silva, poeta e *slammer* que tem uma obra levada para o universo dos livros para infância a partir das ilustrações de Ana Teixeira. Não foi uma obra pensada para uma literatura infantil e sim adaptada de uma poesia da autora, mas é uma literatura que, talvez, podemos refletir como periférica, por ser uma literatura produzida

e/ou que fala de um território específico, uma literatura que nasce do *slam*, como a crítica literária, ensaísta, escritora e pesquisadora Heloisa Buarque de Hollanda apresenta a poesia do escritor e agitador cultural, idealizador da Semana de Arte Moderna e fundador da Cooperifa²³ Sérgio Vaz, “capaz de um empoderamento visível através da palavra e que permite transformar vidas, disseminar sonhos e politizar desejos de um futuro melhor” (HOLLANDA, 2011, p. 12). A autora ainda destaca a força do território, “a presença do local é tão forte que dele nasce uma fala, uma presença real do lugar que transforma-se em protagonista quando menos se espera. Essa pegada literária do lugar-personagem é uma inovação interessante” (HOLLANDA, 2011, p. 12-13). Outra materialização da literatura periférica é apontada pela pesquisadora de teoria literária e relações étnico-raciais Mariana Santos de Assis, ao perceber um modo diferenciado de retratar os sujeitos literários. Não são mais objetos e sim sujeitos, saem do lugar permanente postos, de marginalizados socialmente e recheados de estereótipos preconceituosos para sujeitos ativos da literatura: “romancistas, contistas e poetas que criam personagens, dessa vez caracterizados por suas próprias experiências e retratando sua realidade, falando de si e por si” (ASSIS, 2014, p. 42).

Outra forma de classificar as literaturas infantis de autoria negra foi a apontada por Cidinha da Silva (2021), escritora e pesquisadora, em uma *live* realizada no canal Balada Literária²⁴: *Literatura de promoção da autoestima de crianças negras*, na qual referenciou a literatura que traz o debate da estética negra, a discussão sobre lacunas que precisam ser trabalhadas com crianças negras, de alguns temas que estão ausentes e precisam estar em evidência para que, de alguma forma, fortaleça a identidade dessas crianças.

Para não findar...

É relevante ressaltar que, mais do que classificar literaturas, é importante que os livros estejam nas diversas mãos e em muitos espaços, circulando e sendo objeto de mediação. Tecer o que essas pesquisas e pesquisadoras vêm produzindo só evidencia o protagonismo de suas

23 <https://www.instagram.com/cooperifa.oficial/>.

24 https://www.youtube.com/watch?v=gMIM_CQJ7nA.

produções, nas quais são sujeitos e não objetos, como a escritora, teórica feminista, professora, ativista antirracista e pesquisadora bell hooks²⁵ (2019) nos provoca a refletir. Sendo o sujeito aquela que conta sua própria história e objeto aquela que as tem contada pelo outro. As pesquisas aliadas às produções artísticas dão corpo, constroem paradigma, fortalecem os conhecimentos acadêmicos e literários e contribuem para desrotular essas formas de arte, tirando da invisibilidade os livros para a infância que narram a história da população negra que por muito tempo foi pouco valorizado, pouco ouvida, pouco lida. Colocadas, muitas vezes como panfletária e não boas, ainda porque quando as dores e as alegrias que assolam pessoas negras são colocadas em livros, essas são ditas “não tão boas”; muitos que assim as classificam são as pessoas que contribuem para manutenção da violência racista, que não quer problematizar a si mesmo. Então não é bom e pronto, não busca conversa, não dialoga sobre.

Hoje, com os muitos estudos e ativismos, com todo debate para construção de uma sociedade antirracista, vem se construindo um não espaço para essa proliferação racista. Sabe-se que quando os(as) autores(as) negros(as) de livros nomeiam suas produções literárias, contam as suas histórias em todos os aspectos: artístico, científico, sensível e ancestral é revolucionário e deve ser compartilhado. Porque é a história delas, é a possibilidade de pessoas negras verem suas histórias sendo contadas e de que todas as pessoas possam conhecer essas histórias. Ainda porque o antirracismo se constrói com amor, cuidado, respeito, empatia e reconhecimento do corpo negro e toda a história que esse corpo carrega.

Portanto, lançar percepções para o que os(as) autores(as) negras vêm produzindo como literatura infantil, mas também como pesquisa no campo científico da literatura infantil é legitimar saberes, indo de encontro com o epistemicídio que invisibilizou uma camada das produções realizadas nesse país, impedindo um acesso democrático ao conhecimento e principalmente uma existência para muitas pessoas. Ainda porque, como a Azoilda Trindade (2014) afirma, o racismo é a morte em vida, a invisibilidade.

25 “O nome da escritora bell hooks é grafado com letra minúscula em respeito ao seu posicionamento e militância em colocar o debate do que foi escrito acima da própria autora. Dando ênfase à discussão, que pertence ao coletivo, e menos ao individual, que é o ato solitário da escrita”. (FERREIRA, 2019, p. 51)

Referências:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma História Única**. Tradução Julia Romeu. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDRÉ, Henrique. Farofa Crítica: Henrique André sobre o Afrofuturismo, o negro na academia e o aprendizado ancestral. Live com o Professor Dennis Oliveira do canal **Farofa Carioca**. 16set2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iJ7oS4Y-1_4&ab_channel=Farofa-Cr%C3%ADtica Acesso em 10abr2023.

ARAUJO, Débora Oyayomi. **Personagens negras na literatura infantil: o que dizem crianças e professoras**. Curitiba: CRV, 2017.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ASSIS, Mariana Santos de. Literatura periférica. In: SILVA, Cidinha da (org). **Africanidades e Relações Raciais: insumos para Políticas Públicas na Área do Livro, Literatura e Bibliotecas no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

BUROCCO, Laura. Afrofuturismo e o devir negro do mundo. Arte & Ensaios. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**. n. 38. julho de 2019.

CAJÉ, Marcos. Entrevista. Por: PEIXOTO, Priscila. Mestre em história da África usa rede social para incentivar leitura e disseminar literatura negra infanto-juvenil. **Revista Cenarium da Amazônia para o mundo**. 05 de maio de 2021. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/mestre-em-historia-da-africa-usa-rede-social-para-incentivar-leitura-e-disseminar-literatura-negra-infantojuvenil/>. Acesso em 03 jan. 2021.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DEBUS, Eliane. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Cortez: Centro de Ciências da Educação, 2017.

DUARTE, Valter. A Afrocentricidade e seus desafios. **Prometheu – Journal of Philosophy**. n.32, p. 235-238, jan-abr2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/12207-Article%20Text-38123-1-10-20200422.pdf> Acesso em 03jan2021.

FERREIRA, Ananda da Luz. **Karingana wa Karingana: por entre histórias africanas e afro-brasileiras**. Orientação: prof. Dr. André Domingues

dos Santos e prof. Dra. Fabiana Carneiro da Silva. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER-UFSB), 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Apresentação. *In*: FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.) **Boniteza**: a palavra boniteza na leitura de mundo de Paulo Freire. 1ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GINO, Mariana. Paradigmas Afrocêntricos: intelectuais e a escrita da história da África Negra. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)**, [S.I.], v. 10, n. 25, p. 248-270, jun. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/615/543> Acesso 03jan2021.

HOLLANDA, 2011, p. 12. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque. Apresentação. *In*: VAZ, Sérgio. **Literatura, pão e poesia**: histórias de um povo lindo e inteligente. 1ed. Coleção Literatura Periférica. São Paulo: Global, 2011.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Editora Elefante, 2019.

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

JÚNIOR, Edmilson Forte Miranda. Afrofuturismo como alternativa para a construção de outros currículos de lazer. **Licere**. Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer - UFMG. Belo Horizonte. v. 24. n. 4. dez/2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/37723> Acesso em: 09abr2023.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. *In*: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ed revisada. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005.

NÁYÒ, Nini Kemba. O rolê de Nini Kemba na literatura. Canal **Literanegra**. Aos 00:4:45. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=GnOUY0rjPBk&ab_channel=Literanegra. Acesso em 01jan2021.

NOGUERA, Renato. Cultne – Literatura Infantil. Canal **Cultnet** Acervo. (00:02:18) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BHW2SWmIKQA&ab_channel=CultnetAcervo. Acesso em 03jan2021.

OLIVEIRA, Kiusam Regina de e MACEDO, Yuri Miguel. Pedagogia

da ancestralidade: um referencial metodológico afrorreferenciado. *In*: FERREIRA, Ananda da Luz; OLIVEIRA JÚNIOR, Gilson Bradão; PEREIRA, Jéssica Silva; e REIS, Maurício de Novaes. [Anais] I Seminário Regional de Ensino e Relações Étnico-Raciais: Mulheres, Culturas e Políticas: diálogos interseccionais, memória, poder e resistência no Sul baiano. PPPGER/UFESB. 2ed. Porto Seguro-BA: Oyá, 2019.

OLIVEIRA, Kiusam de. Literatura Negro-brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil. **Abatirá** - Revista De Ciências Humanas E Linguagens. UNEB – Campus XVIII, 2020, vol. 01, n. 1, p. 03-14.

ROSA, Sonia. Literatura Negro Afetiva para Crianças e Jovens. **Geledès**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/literatura-negro-afetiva-para-criancas-e-jovens/> Acesso em 27dez2021.

REIS, Maurício de Novais. **Ensino de Filosofia**: Do universo eurocêntrico ao pluriverso epistêmico. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SANTOS, Zaika dos. Afrofuturismo e protagonismo negro. Programa realizado para **TV UFMG**. 29nov2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WIOY9_jxMcU&ab_channel=TVUFMG Acesso em 10abr2023.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Prefácio. *In*: ARAUJO, Débora Oyayomi. **Personagens negras na literatura infantil**: o que dizem crianças e professoras. Curitiba: CRV, 2017.

SILVA, Cidinha da. A importância da Literatura Infantil negra. Live com Janine Rodrigues do canal **Balada Literária**, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gMIM_CQJ7nA Acesso em 15fev2022.

SOUZA, Waldson Gomes. **Afrofuturismo**: o futuro ancestral na literatura brasileira contemporânea. Orientação Profa. Dra. Regina Dalcastagnè. Mestrado [Dissertação]. Instituto de Letras Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade de Brasília. 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35472/1/2019_WaldsonGomesdeSouza.pdf Acesso em 08abr2023.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **Olhando com o coração e sentindo com o corpo inteiro no cotidiano escolar**. *In*: TRINDADE, Azoilda e SANTOS, Rafael dos (orgs). Multiculturalismo mil e uma faces da Escola. 5ed. Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2014.

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA PARA CRIANÇAS BEM PEQUENAS E OS 20 ANOS DA LEI 10 639/03: UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA POSSÍVEL

*Danielle Barroso Caldas*²⁶

Introdução

A leitura de mundo é realizada a partir de diferentes práticas que podem levar a criança à curiosidade e conduzi-la ao processo de leitura e escrita como consequência do letramento literário. No cotidiano da Educação Infantil é possível o Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, conforme a Lei 10.639/03 preconiza, portanto, ao dar acesso à literatura afro-brasileira à criança bem pequena promove-se uma educação antirracista. Nas escolas brasileiras é necessário considerar os saberes não eurocêntricos a partir de uma perspectiva decolonial e intercultural da educação. Destacando a urgência dos docentes apropriarem-se de conhecimentos que foram negados na maioria dos currículos de formação de professores. Os livros presentes na escola ainda apresentam uma visão colonial de sociedade, como se houvesse uma cultura universal. Adichie (2019), afirma: “[...] que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros”.

O Projeto intitulado: “Africanidades Literárias: para fazer valer a lei 10.639/03”, engajou crianças bem pequenas em um trabalho coletivo a partir das experiências vivenciadas em uma Creche e Pré-Escola, localizada na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense/RJ, para fazer valer a lei 10.639/03, que determina que as instituições escolares incluam em seus currículos a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira.

²⁶ Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II (MPPEB). Professora na Rede Municipal de Duque de Caxias/RJ. Graduada em História. Pós-Graduada em História da África e da Diáspora Atlântica e Educação Especial e Inclusiva. E-mail: daniellebcaldas@gmail.com.

Portanto, utilizou-se como estratégia, para a promoção da educação antirracista, a literatura africana e afro-brasileira, além da realização de atividades que incluíssem jogos, brincadeiras e brinquedos de origem africana e afro-brasileira como parte do currículo da Educação Infantil. As experiências descritas foram fundamentadas na ação pedagógica intercultural e decolonial de combate ao racismo. Os resultados promoveram a circularidade de saberes outros no cotidiano escolar.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais e a Lei 10.639/03: do movimento negro à Literatura afro-brasileira nas escolas

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

Chimamanda Ngozi Adichie

A Educação para as relações étnico-raciais no Brasil não deve ser considerada apenas como mais um componente a ser incorporado ao currículo escolar, mas como uma possibilidade de reparação histórica fomentada pelas lutas dos movimentos sociais brasileiros. Nilma Lino Gomes (2017, p. 40), destaca o papel decisivo do Movimento Negro:

Essa lacuna na interpretação crítica sobre a realidade racial brasileira e sobre as lutas empreendidas pela população negra em prol da superação do racismo tem impelido o Movimento Negro de demandar e exigir da escola práticas pedagógicas e curriculares que visem o reconhecimento da diversidade étnico-racial e o tratamento digno da questão racial e do povo negro no cotidiano escolar.

A escravização dos povos africanos e seus descendentes causou a perda de identidades e histórias de vida. Pessoas eram retiradas à força de suas terras de origem para serem escravizadas e vendidas como mercadoria. Nos dias atuais, ainda são percebidas as consequências desta diáspora forçada. Ao longo da história do Brasil, tanto no Império quanto na República, a cidadania foi negada às pessoas negras. Além da falta de acesso à terra, pois foi dado como privilégio aos brancos imigrantes europeus e pela falta de oportunidades de trabalho. Nos dias atuais, a posição

que o Negro ocupa na sociedade diz respeito às oportunidades que não receberam e às que foram negadas.

As políticas públicas foram decisivas, mas não suficientes para a superação da posição privilegiada de uma elite branca na sociedade contemporânea. Posição esta que se deu às custas dos períodos de escravização e submissão dos povos africanos, registradas ao longo da história brasileira. Portanto, políticas públicas de Estado são necessárias numa tentativa de reparação. Embora não promovam uma reparação imediata, configuram um novo horizonte para as futuras gerações que carregam não só no imaginário, mas na pele a marca de um sofrimento ancestral.

Apesar da raça ser uma construção social e não existir biologicamente, durante muito tempo foi utilizada como um modo de inferiorizar, senão coisificar e desumanizar as pessoas negras. Não bastava ser objeto, não bastava a falta de garantias de sobrevivência: o objetivo era subjugar:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p. 118).

Na trajetória da luta do movimento negro no Brasil, desde o início do século XX até os dias atuais, destacou-se a implementação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições escolares:

Para melhor compreendermos esse processo de construção da Lei nº 10.639/2003, não podemos analisar somente o período contemporâneo. É fundamental entendermos esse processo como resultado de demandas históricas da população negra em geral e do movimento negro em específico, desde o início do século XX. [...] a relação com a questão da educação e, mais especificamente, com a história ensinada nas escolas como parte da luta do movimento negro pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil é evidente em muitos momentos e em diferentes lugares. (PEREIRA, 2016, p. 25)

As lutas contra o racismo no Brasil devem ser destacadas perpassando pelas ações afirmativas. Os debates nas Universidades e nos meios de comunicação, além de outros setores da sociedade civil que passaram a divulgar as ações de combate ao racismo. O movimento social negro estava consciente de que além da criação da Lei era e, ainda é, preciso lutar por sua implementação:

A Lei n.º 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) e pode ser considerada uma reivindicação do Movimento Negro e de organismos da sociedade civil, de educadores e intelectuais comprometidos com a luta antirracista. Pode também ser entendida como uma resposta do Estado às demandas em prol de uma educação democrática, que considere o direito à diversidade étnico-racial como um dos pilares pedagógicos do País, especialmente quando se consideram a proporção significativa de negros na composição da população brasileira e o discurso social que apela para a riqueza dessa presença. (GOMES, 2012, p.19)

A importância da Lei 10.639/2003 para a educação das relações étnico-raciais, foi impulsionada pela sua relevância na área educacional e representa uma contribuição positiva para todos, pois valoriza a cultura afro-brasileira, africana e a Escola, fundamental para implementá-la por meio da transformação das práticas de ensino nas instituições escolares que:

Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que consequentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (MUNANGA, 2005, p.17)

Para promover a educação para as relações étnico-raciais no Brasil é necessário que a população não negra se reconheça como racializada, nos cursos de formação de professores haja disciplinas sobre a História e a Cultura Afro-brasileira baseando-se na consciência política, histórica e filosófica da diversidade que fortalece as identidades e os direitos. Portanto, as ações educativas de combate ao racismo são necessárias tanto na formação de professores, quanto na formação de estudantes da educação básica, bem como na reformulação do currículo escolar brasileiro.

A Perspectiva Decolonial

O pensamento decolonial partiu da crítica sobre o sistema vigente de dominação desenvolvido por pesquisadores latino-americanos e encontra-se presente em várias esferas da sociedade. Percebe-se que a instituição escolar ainda apresenta forte influência da colonialidade na materialização de um currículo hegemônico e excludente, pois não menciona saberes e outras formas de pensar o mundo. O período histórico referente à colonização do mundo pelos europeus na desenfreada busca pela expansão de seus territórios terminou, mas os elementos de dominação ainda continuam presentes na sociedade. Essa influência perdura até hoje apesar do tempo histórico ter posto fim a esse período na questão referente à colonização. Como afirma Ballestrin (2013), a partir das contribuições dos estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade que reúne alguns elementos que constata a influência colonial na sociedade:

Dentre as contribuições consistentes do grupo, estão as tentativas de marcar: (a) a narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo, e, portanto, da modernidade; (b) a importância da América Latina como primeiro laboratório de teste para o racismo a serviço do colonialismo; (c) o reconhecimento da diferença colonial, uma diferença mais difícil de identificação empírica na atualidade, mas que fundamenta algumas origens de outras diferenças; (d) a verificação da estrutura opressora do tripé colonialidade do poder, saber e ser como forma de denunciar e atualizar a continuidade da colonização e do imperialismo, mesmo findados os marcos históricos de ambos os processos; (e) a perspectiva decolonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento (BALLESTRIN, 2013, p. 110).

Movimento este iniciado na América Latina se espalhando pelo mundo chegando até a África, gerando debates sobre racismo e antirracismo no Brasil. A Instituição Escola representa a institucionalização dos saberes através do sistema eurocêntrico. E Gomes (2012), menciona a organização dos currículos escolares como uma forma de dominação:

Essa lacuna na interpretação crítica sobre a realidade racial brasileira e sobre as lutas empreendidas pela população negra em prol da superação do racismo tem impedido o movimento negro de demandar e exigir da escola, práticas pedagógicas e curriculares que visem o

reconhecimento da diversidade étnico-racial e o tratamento digno da questão racial e do povo negro no cotidiano. (GOMES, 2017, p.40)

Destacando que nos dias atuais, ainda, há uma forte influência colonial no cotidiano escolar, principalmente no que se refere ao ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas.

O cotidiano da Creche e Pré Escola

O cotidiano da Creche e Pré-Escola é repleto de subjetividades. São crianças entre 2 e 4 anos que circulam pelo espaço a fim de explorá-lo. Mesmo com o passar dos meses as crianças continuam suas explorações para além dos brinquedos. É uma formiguinha que aparece, um pássaro, uma borboleta, uma árvore e tudo é motivo para experimentação. A descoberta da relação do próprio corpo com o espaço tempo. A interação com seus pares e a experiência de passar horas fora do núcleo familiar sob os cuidados de outros adultos acentuam as marcas culturais presentes na corporeidade, no movimento, na fala e na música. São cantigas populares que atravessam gerações, as quais são apresentadas às crianças pelos adultos. As formas de brincar e o brinquedo são elementos marcantes. Ao terem contato com este ambiente que se apresenta as crianças percebem a diversidade em seu pequeno universo e as identidades afloram.

A dificuldade para encontrar leitura literária africana e afro-brasileira para trabalhar com crianças bem pequenas é perceptível, pois não há uma política pública específica para as creches. Os professores costumam providenciar com recursos próprios algum material que não esteja disponível para adquirir uma literatura mais atualizada, adequados à faixa etária e que estivesse em consonância com a lei 10.639/03. Os murais da escola são organizados pelos próprios professores compostos por atividades realizadas em turma, geralmente de cunho artístico. O mural seria o resultado das atividades realizadas com a turma que expostas contribuem para a formação dos alunos, pois podem observar o resultado final de seus trabalhos e observar os dos colegas de outras turmas.

A rede municipal de educação de Duque de Caxias/RJ, realiza parceria com universidades locais para levar formação continuada aos professores. Mas é preciso acrescentar, que por interesse próprio ou pela necessidade

observada pelo professor, ao longo da prática como docente, ao perceber que as temáticas interculturais atravessam os saberes do currículo escolar. Além de reconhecer as diferenças é preciso incluí-las. Autores como Vera Candau, Boaventura Souza Santos, entre outros são citados para poder ter embasamento teórico-metodológico para atuar em sala de aula.

A Creche e os primeiros contatos com a Literatura Africana e Afro-brasileira

A Escola é o primeiro espaço onde as crianças vão conviver em grupo. Assim, os primeiros anos, que as crianças frequentam a Educação Infantil, representam um marco, pois a convivência com outras crianças da mesma faixa etária, contribui para a troca entre pares e, conseqüentemente, para o desenvolvimento infantil. A oralidade presente não pode ser deixada em segundo plano, evitando a supervalorização da escrita. Portanto, a literatura infantil com sua multiplicidade de linguagens proporciona momentos diversificados de aprendizagem próprios do universo infantil.

A literatura deve ser apresentada na mais tenra idade. Na infância deve se valer por sua relevância, pois caracteriza-se por ser uma etapa da vida onde é formada a identidade. Portanto, se faz necessário observar as subjetividades presentes no cotidiano escolar, assim como a preservação da memória, estética, história e da cultura, por meio do olhar e de uma escuta pedagógica sensível às problematizações que surgem dentro da escola.

Com o objetivo de refletir sobre a educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil, atividades foram desenvolvidas para crianças bem pequenas, utilizando como referencial uma turma de entre 2 a 3 anos de idade da Creche e Pré-Escola que faz parte da Rede Municipal de Educação da Cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Levou-se em consideração fatores que possibilitam o processo de implementação da Lei 10.639/03 na Educação Infantil, que é a primeira etapa da Educação Básica, momento de interação com um grupo fora do núcleo familiar e com os seus pares contribuindo para as identidades e os valores, para às percepções do outro e das diferenças. É importante compreender os aspectos da educação para as relações étnico-raciais não somente por meio de Projetos Pedagógicos pontuais, mas incorporar ao currículo utilizando práticas pedagógicas cotidianas.

Figura 1 – Parte do acervo literário da autora.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2022

São apresentadas estratégias pedagógicas para um ensino das relações étnico-raciais nas Creches e a importância da socialização das práticas, experiências de cada uma das crianças bem como os adultos presentes nesta relação na contribuição de uma educação antirracista.

Figura 2 – Multimodalidade e as diferenças

Exibição do curta "Amor de Cabelo"

Zuri acorda empenhada em fazer um penteado para um dia especial, e seu pai, Stephen, vendo a dificuldade da filha em lidar com seu cabelo crespo, resolve ajudá-la.

Cenas

- Reconhecer as diferenças
- Autoestima
- Relações interpessoais

Fonte: Arquivo Pessoal, 2023

Figura 3 – Ludicidade, Motricidade e Socialização

Livros com brincadeiras africanas

A Motricidade ampla e Socialização

NDULE NDULE: assim brincavam as crianças africanas

Brincadeiras e Jogos

KAKOPI, KAKOPI: brincando e jogando com as crianças de 20 países africanos

Autor: Rogério Andrade Barbosa
Professor e Contador de Histórias
Formado em Letras pela UFF

Fonte: Arquivo Pessoal, 2023

Percebe-se que os títulos dos livros de Literatura africana e afro-brasileira destinados ao público infantil, remetem a uma série de aprendizagens descritas ao longo do currículo de Educação Infantil. Ao observar os livros de Literatura Literária, descritos na tabela acima, que apresentam muitos elementos da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, o ponto principal perpassa pela oralidade. Nesta faixa etária é preciso priorizar a oralidade e apresentar instrumentos como a contação de histórias e a ludicidade para despertar o gosto das crianças pela literatura. A leitura deleite, para além da realização de atividades escritas, e que priorizem a ludicidade.

Considerações Finais

O trabalho desenvolvido foi fundamental para a Educação Infantil, pois relacionou a Lei 10639/03, que marca os seus 20 anos de existência e demonstrou que é possível o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira para crianças bem pequenas na perspectiva de uma educação antirracista. A Literatura Afro-brasileira, juntamente com os recursos de jogos, brincadeiras e brinquedos de origem africana, como parte do currículo escolar, proporcionara experiências e vivências de uma pedagogia intercultural e decolonial. Além da relevância do potencial da

Literatura Afro-brasileira, sobretudo na relação com o ensino a partir das questões ligadas à educação e das atividades exercidas pelas crianças. A contribuição aqui apresentada demonstrou impactos positivos produzidos nos aspectos curriculares da Educação Infantil, alicerçados na Literatura Afro-brasileira como forma de implementar a Lei 10.639/03. Portanto é possível a circularidade de saberes outros no cotidiano das creches e pré-escolas brasileiras.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da História única**. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.

BARBOSA, Rogério Andrade. **Kakopi, kakopi: brincando e jogando com as crianças de vinte países africanos**. São Paulo: Melhoramentos, 2019.

BARBOSA, Rogério Andrade. **Ndule, Ndule: assim brincam as crianças africanas**. São Paulo: Melhoramentos, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **História e Cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SECADI, UFSCAR, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639** de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

CHERRY, Matthew A. **Amor de Cabelo**. Tradução: Nilza Rizzi. 5. ed. Rio de Janeiro: Galerinha Record, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. 1. ed. Bra-

sília: MEC; Unesco, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2. ed. revisada. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, Kiusam de. **O Mundo no Black Power de Tayó**. São Paulo: Petrópolis, 2013.

OLIVEIRA, Kiusam de. **O Black Power de Akin**. 1. ed. São Paulo: Cultura, 2020.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Com qual penteado eu vou?** São Paulo, SP: Melhoramentos, 2021.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O movimento negro brasileiro e a lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação**. Revista Contemporânea de Educação, vol. 11, n. 22, ago/dez, 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E LITERATURA INFANTIL: PERSPECTIVAS CURRICULARES E POSSIBILIDADES TEMÁTICAS DA DIVERSIDADE CULTURAL

Márcia Maria Silva Peixoto²⁷

Introdução

Os debates educacionais na atualidade giram em torno do que é função da escola no que se refere a formação dos alunos. No entanto, na atual conjuntura, mostra-se cada vez mais ser imperativo que a escola seja lugar para refletirmos as demandas sociais que afetam nosso fazer docente e a formação integral de nossos alunos, reafirmando a responsabilidade sócio educacional de educadores e educadoras nos espaços formais de educação.

Formar sujeitos críticos e conscientes de seu papel em uma sociedade onde a diversidade cultural e étnica é necessária nos espaços formais de educação, não é tarefa fácil. Para tanto temos, a nossa disposição, políticas públicas, currículos e diretrizes educacionais entre outros documentos e recursos que discutem e normatizam as práticas e teorias da educação tornando-as fundamentais para solidificar nossas práticas em favor de uma educação antirracista.

Nesse sentido, recorreremos aos conceitos da Educação para as Relações Étnico-raciais para fundamentar a relevância histórica e cultural das temáticas das africanidades e cultura indígenas brasileiras, refletindo como as mesmas podem ser desenvolvidas por meio da literatura infantil. Isso sem nos distanciar do entendimento de que as considerações dos

²⁷ Mestra em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).
Contato: marcinhapeixoto@gmail.com.

eixos de abordagem dos temas, desenvolvidos pedagogicamente, dialogam intimamente com as práticas da educação para as relações étnico-raciais inseridas no currículo escolar.

O espaço escolar é dotado de histórias literárias e as mesmas fazem parte do imaginário lúdico na educação humana tanto formal quanto informal. Nesse sentido, ao considerarmos a literatura infantil nas construções que os alunos fazem de sua visão de mundo a partir das histórias, compreendemos o papel da literatura infantil como ferramenta didático pedagógica na implementação e efetivação da Educação para as relações étnico-raciais.

Educação para as Relações Étnico-raciais: perspectivas curriculares

Em outubro de 2004, visando regulamentar os processos pedagógicos que se baseassem nas culturas negras, e atendessem as demandas da Lei 10.639/2003, foram inauguradas as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Afro-brasileira e Africana* (DCN's, 2004). Estas diretrizes justificaram o entendimento dos movimentos sociais, em destaque o Movimento Negro, que a escola deve exercer seu papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade (GOMES; FONSECA, 2011, p. 41).

Desse modo, ao analisarmos o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP n.º 3/2004) para as diretrizes, identificamos as indicações básicas para instituições de ensino, famílias, educadores e toda a comunidade, de como promover uma educação que concorra para a formação de “[...] cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, qualquer que seja este, cujos direitos devem ser garantidos e cujas identidades devem ser valorizadas” (BRASIL, 2004). Uma educação que compreendemos como Antirracista.

A implementação das diretrizes, por meio do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, envolveu um conjunto de ações que procuram transcender os limites das aulas de História e envolver os sujeitos em todos os espaços da educação. Em síntese, Guimarães (2012) afirma:

Evidencia-se no texto do documento a necessidade de assegurar a formação inicial e continuada de professores, adequada não só para o ensino dessas temáticas, mas para as ações educativas multiculturalmente orientadas. Isso requer profundas transformações nos currículos, nos projetos pedagógicos dos currículos superiores e na formação dos formadores de professores (GUIMARÃES, 2012, p.84).

Observamos que as leis e pareceres, aqui citados, não se limitam apenas à inclusão dos conteúdos sobre História da África e Afro-brasileira e, sequencialmente, indígena, em uma tentativa de rever os currículos vigentes em sua base que traduzem a visão eurocêntrica com a qual foram constituídas a História e os modelos curriculares atuais. Superando o debate curricular, o documento pretende possibilitar o tratamento da temática das Relações Étnico-raciais no cotidiano escolar com discussões e práticas que se direcionam ao combate à discriminação e ao racismo, ressaltando o importante papel dos sujeitos que estão envolvidos nesse projeto de educação. E este tratamento precisa ser aprofundado e demasiadamente dialogado nos componentes curriculares, configurado nas competências e habilidades do currículo e movimentado nas práticas pedagógicas de todas as modalidades, séries/anos de estudo, etapas de ensino, no chão da escola.

Literatura Infantil e Africanidades: possibilidades pedagógicas com os temas da diversidade cultural

Nos processos de ensino e aprendizagem da literatura, em especial desenvolvidas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a presença das Africanidades e da cultura indígena, em ações da educação antirracista, encontra uma área estratégica e eficaz ao apresentar, por meio das histórias dos livros infantis, os conceitos de diversidade, respeito, identidade, multiculturalismo, entre outros. Temas que julgamos ser fundamentais na educação antirracista. As Africanidades presentes na língua e literatura brasileiras, por exemplo, são fontes riquíssimas de resgate e valorização da cultura afro-brasileira, sendo parte integrante da formação humana de nossos alunos. O princípio formativo da leitura e da literatura infantil negra e indígena nos convida a destacar a diversidade e

o reconhecimento das identidades culturais de nossa sociedade de forma efetiva, e não apenas alegórica na construção da consciência humana dos discentes.

Mas, afinal, o que são Africanidades? Podemos compreender o conceito de Africanidades por meio dos apontamentos conceituais dos autores Kabengele Munanga e Petronília Beatriz Gonçalves e Silva, que se tornaram, entre outros, as principais referências no tema na atualidade. Partindo do pensamento de Munanga (2015) apresentamos a delimitação do termo em sua perspectiva histórica, que remete aos traços culturais comuns de comunidade no contexto africano. Para Oliveira (2015) podemos compreender as africanidades pelo pensamento de Munanga, como sendo “[...] um conjunto de traços culturais e históricos comuns a centenas de sociedades da África subsaariana”.

Continuando a discussão sobre os significados e as possibilidades das abordagens pedagógicas no estudo e ensino das Africanidades Brasileiras, Silva (2005), define:

A expressão africanidades brasileiras refere-se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, queremos nos reportar ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros e, de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (SILVA, 2005, p. 26).

Igualmente a Munanga (2015), a autora aponta para a base ancestral africana onde se sustenta e desenvolve os elementos da cultura brasileira. O ensino e a aprendizagem das Africanidades Brasileiras significam enraizar-se no modo de perceber e viver a vida, e conviver lutando por dignidade, que seja próprio dos descendentes de africanos que “[...] ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências, e, em simultâneo, recebem e incorporam as daqueles (SILVA, 2005, p.26) ”.

Sendo assim, identificamos como Africanidades toda a produção cultural destas sociedades, seus elementos políticos, econômicos, religiosos, artísticos, filosóficos, entre outros, que remontem a uma unidade na diversidade, tanto tradicional, que evoque a ancestralidade, quanto na modernidade histórica, cujo sentido se traduz no despertar

da consciência moral, do pertencimento e da resistência de conceitos que também identificamos na cultura e diversidade dos povos indígenas brasileiros.

Ao analisar a vasta produção e distribuição literária com a temática étnico-racial negra e indígena, constatamos que a mesma se tornou um crescente junto às editoras. Seja pela demanda editorial que se impôs nas últimas décadas, seja por um espírito de consciência coletiva sobre os temas relevantes, ou, ainda pelo nicho econômico em ascensão, o que podemos observar ao buscar em sites de pesquisa ou livrarias virtuais, é um considerável acervo no campo da literatura negra e indígena com destaque nos temas, personagens e autores. Uma variedade de gêneros devidamente catalogados e, mais, a ferramenta de busca que sempre te conduz a outro “título relacionado” aumentando a oferta de livros no formato digital e impresso.

Outro grande ganho em relação às produções literárias, está em ultrapassar as fronteiras quanto a histórias, autores, culturas, geografia. Nossas histórias ganham o mundo e as histórias do mundo ganham nosso espaço. Sobre esse movimento globalizado da circulação das culturas pelo mundo, define o sociólogo Stuart Hall que,

Portanto, é importante ver essa perspectiva diaspórica da cultura como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação. Como outros processos globalizantes, a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos. Suas compreensões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o “lugar”. Disjunções patentes de tempo e espaço são abruptamente convocadas, sem obliterar seus ritmos e tempos diferenciais. As culturas, é claro, têm seus “locais”. Porém, não é mais tão fácil dizer de onde elas se originam (HALL, 2003, p.36).

Nesse movimento globalizado e desterritorializante nos aproximamos de autores e culturas que são referências e destaques no mundo inteiro, tendo rápido acesso aos seus textos em nosso idioma de forma síncrona aos lançamentos das publicações.

Ainda sobre acesso e disponibilização das obras literárias, admitimos a sua ascensão, em especial na última década. No entanto, temos que reconhecer que muitos dos títulos com a temática negra e indígena não

alcançam a sala de aula e ainda é preciso um movimento que mobilize as escolhas de livros pelas políticas públicas educacionais para as escolas e exija a oferta de literaturas que contemplem as Africanidades. Mas, já adiantando sobre o processo de escolha do livro para a escola, defendo ser crucial para a inclusão dos temas e títulos da literatura negra e indígena na biblioteca da escola, uma escolha que componha o projeto político pedagógico da escola, ultrapassando as ocorrências e práticas isoladas dos docentes e pedagogos cujo trabalho pedagógico já se aproximam da educação para as relações étnico-raciais.

Quanto ao processo de escolha dos livros na escola como atividade pedagógica planejada e alinhada com a Educação para as Relações Étnico-raciais, alguns critérios devem ser considerados para não correremos o risco de reproduzir conceitos que queremos combater na proposta da Educação Antirracista. Não basta escolher um livro pela capa e continuar a perpetuar símbolos e significados que desvalorizam a cultura e identidade negra, e que precisam ser superados nas propostas pedagógicas.

Sugere-se que, dentre os critérios formativos que conduzem as escolhas de novos títulos com a temática étnico-racial, como prática de uma educação antirracista, dediquemos atenção às ilustrações, com foco nas produções que destacam os negros com elementos que sejam positivos para a reconstrução e valorização de sua identidade. Com textos que trazem verossimilhança com o contexto social dos alunos. A linguagem, elemento importante nas produções literárias, também deve atender a compreensão dos alunos. Salas (2019), defende que é importante a escolha de temas que possam incentivar a imaginação e tratem as emoções dos alunos.

Sendo assim, uma Educação Antirracista privilegia histórias que exaltam a beleza da estética negra destacando e valorizando os cabelos, a pele, os olhos, remontam as práticas e cotidianos, destacam as relações sociais, rememoram os ancestrais, revelam as princesas, príncipes, guerreiros e sereias ressignificados pelos elementos das Africanidades brasileiras e ancestralidade africana. O universo indígena, outro tema presente na educação para as relações étnico-raciais, também é recontado por títulos que revisitam a cosmovisão indígena brasileira propondo uma releitura das referências culturais, do cotidiano, da organização familiar,

entre outros elementos.

Outro critério para o fazer pedagógico com a Literatura Infantil, e que pessoalmente adotamos em nossas práticas, é analisar obras de autores étnico-raciais — negros e indígenas — com histórias que apresentem a perspectiva negra e indígena no universo literário. Obras onde os sujeitos contam suas próprias histórias, apresentam seus universos e a diversidade que constitui sua cosmovisão.

Análise de obras literárias com a temática étnico-racial

Ao optarmos por pesquisar e analisar uma literatura afro-centrada, e exclusivamente produzida por autores indígenas, encontramos termos como “Literatura Negra” e “Literatura indígena”. Assim, após delimitar os resultados dentro de nossos objetivos formativos, pudemos compreender essas literaturas como sendo aquelas que se traduzem, no cenário literário do Brasil, em obras de autores que se propõem a retomar a palavra sobre suas próprias histórias, atuando de forma antirracista, desconstruindo estereótipos, preconceitos e discursos políticos que se cristalizaram no imaginário popular (PESTANA, 2020).

Dessa forma, observamos nestas literaturas afro-centradas e indígenas, produzidas na contemporaneidade, além da temática racial e étnica, discursos que evidenciam a luta, o protagonismo, a resistência e o empoderamento de autores e autoras negras e indígenas. A perspectiva de suas percepções e visões do mundo são transmitidos por meio de seus personagens e pelas ilustrações que se fundem às histórias.

Nesse sentido, caminhando na contramão de obras com histórias e práticas equivocadas e racistas, ou que simplesmente não valorizam a identidade negra e suas especificidades, ressaltamos títulos que se dedicam a exaltar a beleza da cultura africana e as africanidades brasileiras, reforçando a ancestralidade da população negra, além da diversidade e a cosmovisão indígena. Obras que julgamos contribuir de forma significativa com a construção da identidade de crianças negras e não negras, indígenas e não indígenas formando sujeitos críticos e reflexivos.

Segundo Pestana (2020),

A formação de uma identidade positiva nas crianças negras tem sido assunto recorrente em várias áreas da educação. Ainda vemos muito a imagem dos negros associada à escravidão, à marginalidade, à pobreza extrema e à discriminação, sobretudo na TV, na internet, inclusive em livros didáticos. Para que nossas crianças cresçam com conhecimento e capacidade de mudar este cenário, é preciso que elas se constituam como cidadãos conscientes de sua origem, de sua importância histórica, de seu valor e seus direitos. Sendo assim, com uma autoestima bem desenvolvida e convicta de seu lugar na sociedade, esta criança se tornará, no futuro, agente de mudança e de ressignificação de valores. Um lugar propício para tais transformações seria a escola.

Sendo a criança capaz de estabelecer uma identificação com as histórias e personagens com as quais entram em contato, por meio da Literatura Infantil, defendemos que o reconhecimento positivo das diferenças étnico-raciais precisa ser proporcionado e desenvolvido, pedagogicamente, desde os primeiros anos na vida escolar.

Ao pesquisar uma seleção de referências da Literatura Infantil, seguindo os critérios e descritores convergentes com a educação para as relações étnico-raciais, nos mantemos em uma perspectiva afro-centrada em relação aos autores e aos títulos com a prerrogativa de destacar a representatividade no campo das africanidades e, ainda, o protagonismo na produção de obras na cosmovisão indígena. Assim, apresentamos algumas obras que julgamos relevantes para nossa perspectiva de educação para as relações étnico-raciais e nossa estratégia de educação antirracista, tendo como ferramenta de ensino-aprendizagem a literatura infantil. A apresentação inclui o título e a temática desenvolvida pelos autores com uma perspectiva didático-pedagógica que contempla os eixos de abordagem dos temas em sala de aula, seguindo as referências pedagógicas da Educação para as Relações étnico-raciais, que conduzam, ainda, os docentes, pedagogos e gestores educacionais, a discutirem e refletirem sobre as temáticas dentro de suas propostas curriculares e pedagógicas.

Princesas Negras

O livro das autoras, e doutoras em educação, Edileuza Penha de Souza e Ariane Celestino Meireles, apresenta as princesas na nossa

contemporaneidade destacando que as mesmas estão presentes em todos os campos e postos de trabalho. Destaca ainda suas características mais marcantes: inteligência, beleza, força e luta além de relacionar as suas vivências à sabedoria de suas mães e avós.

Os eixos de abordagem temática do livro que podem ser desenvolvidos, por meio do diálogo nas aulas, é o empoderamento, a ancestralidade, a cultura afro-brasileira e a estética negra, corporeidade entre outras possibilidades temáticas.

A obra nos traz a reflexão e a resignificação do conceito de princesas que está cristalizado no imaginário popular. Aqui, as princesas negras, a despeito daquelas romantizadas nos contos de fada, circulam em nossas ruas, escolas e casas, dotadas de beleza, luta, intelectualidade, estética negra e ocupam diversos espaços de nossa sociedade. Mas, como alerta as autoras, para reconhece-las é preciso, antes de tudo, senti-las, pois apenas as pessoas diferentes conseguem vê-las.

Amoras

De autoria do cantor e compositor Emicida, o livro *Amoras* apresenta uma história repleta de poesia e simplicidade. Ressalta a importância do reconhecimento das pequenas coisas no mundo que fazem parte de um todo em nós. O livro é referência à música homônima. Em *Amoras* o artista apresenta a possibilidade de olharmos o mundo pelo olhar de uma criança.

Os eixos de abordagem temática compõem a família e a comunidade, a ancestralidade, a cultura afro-brasileira, identidade, corporeidade.

O conceito de identidade que pode ser explorado a partir do livro ao destacar a estética e os fenótipos negros e sua relação com a construção humana de cada no sentido de possibilitar momentos formativos nos quais as crianças possam se reconhecer como únicos e, em simultâneo, diversos, identificando nos elementos culturais e representativos, as características pessoais e culturais, próprias de sua etnia, sua cultura e sua família.

Com que Penteados eu vou

Fundamental para discutir sobre a diversidade e a beleza presentes em cada criança, o livro da autora, doutora Kiusam de Oliveira, destaca elementos da corporeidade dos negros e sua beleza, que independem do penteados da roupa e outros. No evento da festa de 100 anos do Seu Benedito, a família toda se prepara e se anima para comemorar o seu centenário.

Dentre os eixos temáticos para diálogos sobre a obra a família, a comunidade e a ancestralidade se destacam, sem deixar de abrir diálogo sobre cabelo, pele e corporeidade.

Novamente selecionamos um texto que traz a reflexão sobre a diversidade estética dos cabelos dos negros. Tranças, coques, pentes, garfos, cortes, pinturas, adornos, entre outros, fazem parte do universo das africanidades brasileiras em uma imensidão de referências estéticas, culturais e ancestrais. Seja em penteados tradicionais ou com as técnicas mais contemporâneas, o cabelo está ligado às relações de identidade, ancestralidade, família e autoestima com a qual nos desenvolvemos, enxergamos o mundo e queremos ser enxergados por ele. Nossas coroas.

Betina

“Sobre a cabeça que pensa e recorda nada melhor que colocar tranças”. Essa é a afirmação na sinopse do livro da mestra em Educação, pedagoga, autora, Nilma Lino Gomes. O livro discorre sobre a jornada de Betina no universo das tranças e a importância de compartilhar o conhecimento ancestral pelas gerações futuras.

Destacamos, entre os eixos temáticos de diálogo, o cabelo, a ancestralidade, a família e a comunidade. Novamente, voltamos à temática dos penteados para abordar identidade, oralidade, tradição, cooperativismo, comunidade e família. Os saberes transmitidos de avó para filhas e netas são redimensionados na contemporaneidade de Betina, perpetuando os valores que aprendeu desde a infância e são retransmitidos em sua vida adulta. As vivências e experiências de sua ancestralidade foram disseminadas na sua comunidade com os seus e com os demais.

O Pequeno Príncipe Preto

Com história originária de uma peça de teatro, o autor Rodrigo França conta sobre um Pequeno Príncipe que vive em um pequeno planeta. Além do príncipe, existe apenas uma árvore Baobá, que é sua única companheira. A narrativa da história destaca a importância do valor que damos para quem somos e de onde viemos.

Dentre os eixos temáticos de diálogo, ressaltamos a ancestralidade, a cultura africana presente na figura do Baobá e afro-brasileira, além de família e comunidade. Nessa versão de “O pequeno príncipe” as referências negras fazem parte do universo do personagem: o Baobá, árvore originária da África e repleta de simbolismos sobre a ancestralidade. Valorizar nossas origens e nossa identidade – valores destacados na história – também nos leva a discutir conceitos e valores como afeto, carinho, empatia e fraternidade.

Memórias de índio: uma quase autobiografia

No livro de Daniel Munduruku o autor indígena relembra alguns episódios da sua vida que remontam aspectos como: amor, ancestralidade e a cultura Munduruku. Ressalta, ainda, sobre a construção de sua identidade como indígena na atualidade. A obra é composta por crônicas curtas, com narrativa que resgata a oralidade. Os eixos temáticos da ancestralidade, cultura e resistência dos grupos étnicos da obra podem ser melhor desenvolvidos, didaticamente, com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, dado seu formato e estrutura.

O pioneirismo do autor, na literatura indígena infanto-juvenil, faz com que as buscas pelos descritores do tema mostrem resultados onde suas obras aparecem em unanimidade nas listas de pesquisa. Justifica-se, assim, que nossas indicações sejam selecionadas dentre suas obras. Mesmo não sendo listada aqui como indicação de leitura e trabalho pedagógico, destacamos a obra precursora do autor no gênero da literatura infanto-juvenil: “Histórias de índio”. Publicada no ano de 1996 e reeditada em 2016, a obra do autor traz contos, crônicas e histórias a respeito de povos indígenas brasileiros.

Coisas de índio

Em mais essa produção de Daniel Munduruku, o autor discorre sobre a ascendência da expressão “coisas de índio”. Mesmo que o termo tenha sido depreciativo durante um bom tempo, Munduruku defende as possibilidades transformadoras do termo ao abordar a diversidade e a pluralidade cultural dos povos indígenas. Podemos desenvolver estratégias temáticas nos eixos de família e comunidade, línguas e dialetos, diversidade e grupos étnicos.

Em sua versão infantil, o livro explora os aspectos da vida cotidiana de alguns povos indígenas, suas tradições, moradias, expressões linguísticas, alimentação e arte, entre outras manifestações. A narrativa apresentada pelo autor, como pertencente à cultura e identidade indígena, contribui para a resistência dos saberes e das crenças que, tradicionalmente, se transmitem pela oralidade.

Kurumi Guaré no Coração da Amazônia

Classificado como livro infanto-juvenil e de autoria do autor indígena Yaguarê Yamã, o livro descreve suas aventuras infantis e o cotidiano do povo Maraguá, localizado no Mato Grosso. Traz, ainda, ensinamentos dos povos da floresta e desenhos. Narrando detalhes do modo de vida e tradições de sua comunidade indígena e as memórias de sua infância em contato direto com a natureza inalterada, sua família e amigos. Mesmo não sendo uma história com elementos visuais e texto voltados para a literatura infantil nos primeiros escolares e com leitura indicada para os 6.º e 7.º anos, o texto propõe em seus eixos temáticos temas como preservação, autonomia, família e comunidade, grupos étnicos, direito à terra.

Novamente, pautamos nossa seleção no protagonismo do autor como pertencente à cultura e às tradições que traduz no texto e nas ilustrações da produção literária. O lugar de fala como conceito de realidade social e cultural na qual se construiu e se desenvolveu a obra literária. Esse mesmo protagonismo do enunciador é fortalecedor de sua cultura, identidade e memória.

Morõgetá Witã: oito contos mágicos

Neste livro, escrito pelo autor Yaguarê Yamã, reúnem-se oito contos que retratam a tradição do povo Maraguá, que vive no Amazonas, à beira do rio Abacaxis. São textos curtos que convidam o leitor a refletir sobre questões que ele julga importantes para nossa existência, através de mitos. Dentre os eixos temáticos, podemos destacar: autonomia, família e comunidade, grupos étnicos, direito à terra, ancestralidade. Vale ressaltar, ainda, que o autor escreve sobre suas memórias, o que aprendeu com os mais velhos e suas experiências pessoais, com a perspectiva da diversidade indígena.

Salientamos que as sugestões pedagógicas estratégicas, eixos de debates temáticos, bem como os títulos e autores aqui mencionados são parte de um trabalho de pesquisa que pretende se aprofundar teoricamente e pedagogicamente, não limitando as abordagens e tampouco desconsiderando outros fazeres pedagógicos.

Considerações finais

É imperativo que nós, como docentes, pedagogos e gestores da educação, entre outros atores, possamos compreender a diversidade cultural que forma nossa sociedade no sentido de valorizar as raízes afro-brasileiras e indígenas e superar a lógica europeia colonizadora que permeia as constituições de tudo que fundamenta nossa sociedade: educação, política, economia, cultura e outros.

Implementar em nossos processos educativos temas e conceitos que estejam pautados na educação antirracista, além de fundamental, é urgente. Desse modo, apontamos a literatura infantil como ferramenta de ensino e aprendizagem por meio do desenvolvimento de temas e histórias que se alinhem à diversidade cultural e contribuam de forma significativa para o reconhecimento e a construção da identidade, formação humana, crítica e reflexiva dos sujeitos.

A Educação para as Relações Étnico-raciais precisa sair do campo teórico e ser naturalizada como prática e pensar docente em todos os espaços educativos, sejam formais ou informais. Nesse entendimento, sabemos que os debates e as reflexões que aqui propomos não se esgotam e apontam para aprofundamento e proposições futuras.

Referências

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, Marcus Vinicius; et. al (Orgs.). **Relações étnicoraciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: MAZZO, 2011. p.39-59.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações Culturais. Liv Sovik (Org). Tradução Adelaide La Guardia Rezende... [et all]. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. O Universo Cultural Africano, in **Revista Fundação João Pinheiro**, 14 (1-10). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, julho a outubro de 1984.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma. **O negro do Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2015.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. Educação, Literatura infanto-juvenil e relações étnico-raciais. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.4, n.2, dez.2015.

PESTANA, Cristiane Veloso de Araújo. As africanidades na literatura infantil contemporânea. **Revista Crioula**, São Paulo, n. 25, p. 286-300, 1º Semestre, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/issue/view/11444/1852>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o**

Racismo na Escola. 2 ed. revisada. Brasília – DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.101-115.

O DISCURSO LITERÁRIO DAS CRIANÇAS SOBRE RAÇA E CORPO

Daniele do Nascimento Silva²⁸

O presente trabalho apresenta um recorte das vivências ocorridas durante a pesquisa de mestrado em conclusão “Letramentos e encantamentos: uma experiência com a literatura infantil afro-brasileira”. Este estudo ocorreu numa escola comunitária e promoveu rodas de contação de histórias de distintas obras de literatura infantil afro-brasileira para uma turma do primeiro ano da Educação Básica, tendo como objetivo principal desta experiência, “entender as possibilidades de letramentos da literatura infantil afro-brasileira”. Contudo, este trabalho faz um recorte, destaca e traz uma breve reflexão a partir das produções literárias criadas pelas próprias crianças durante a pesquisa. A sociedade brasileira hodierna ainda tem em si a impressão de dois grandes marcos históricos: a colonização e a escravidão. A literatura afro-brasileira é uma das possibilidades de escrever uma nova história e resgatar a cultura e identidade do povo negro.

Se está diante de nós, o desafio de re/escrever uma outra história e resgate da cultura e identidade do povo negro, tem sido urgente o debate sobre racismo e direitos humanos, na contemporaneidade, nomeadamente no contexto de uma crescente onda de ataques à comunidade escolar, passando a nosso ver, pelo resgate da origem do conceito de raça. Como sabido, a perspectiva ocidental sobre o mundo desenvolveu o conceito de raça, classificando, hierarquizando e desumanizando seres humanos para servir aos fins do capital.

O conceito raça vem do latim *ratio* e significa sorte, categoria, espécie. Nas Ciências Naturais foi primeiro usado na Zoologia e na Botânica para categorizar as espécies de animais e vegetais. Assim o naturalista sueco Carl Von Linné classificou as plantas em 24 raças ou classes, taxonomia que hoje

²⁸ Mestranda do Programa de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia. Cientista social, pedagoga e docente pela secretaria de educação do município de Salvador.

está em desuso. Ao decorrer do tempo, o conceito de raça passa a designar a descendência, a linhagem, isto é, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum. O teórico Kabengele Munanga faz um resgate histórico do conceito de raça (2004), no qual explana que em 1684 o termo já é utilizado no sentido moderno para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente comparados, denominados raça. A expressão, que se consolida com as navegações e ações exploratórias e colonizadoras do Ocidente e as descobertas do século XV seguidas de invasão, põe em dúvida o conceito de humanidade até o momento restrito à civilização ocidental. Porém, o que se dizer acerca dos povos ameríndios, negros, melanésios, dentre outros? Possuem a mesma condição humana como os ocidentais?

Assim, até o fim do século XVII são usadas explicações teológicas para aceitar ou negar a humanidade destes grupos, sendo necessário provar que eram descendentes de Adão, justificando a catequização destes povos. Porém, no século XVIII, os filósofos iluministas confrontam o monopólio de conhecimento e da explicação sobre o mundo e os fenômenos sociais e naturais concentrados nas mãos da Igreja e dos monarcas. Assim, buscam uma explicação fundamentada na razão transparente e universal na história cumulativa e linear, trazendo à tona o questionamento sobre quem eram esses outros grupos humanos, recém-descobertos, fazendo uso do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes.

É fato que os grupos humanos são ricamente diversos. A classificação da diversidade humana em raças diferentes, os conceitos e as classificações são ferramentas para operacionalizar o pensamento segundo Munanga (2004), este era o propósito a que o conceito de raça teria servido, a classificação da diversidade humana em raças desencadeou a estrutura de hierarquização que traçou o caminho do racismo. Desta forma, no século XVIII, a cor da pele foi considerada um critério basilar, separatista entre as raças, dividindo a espécie humana em 3 raças: branca, negra e amarela. A cor da pele é determinada pela melanina, a concentração desta definirá a cor da pele, o cabelo e os olhos. No século seguinte ao critério cor somou-se outros morfológicos como o formato do nariz, dos lábios, do queixo, do crânio, o ângulo facial para aprimorar a classificação dos sujeitos. Porém, no século XX, os pesquisadores concluíram que a raça

não é uma realidade biológica, mas apenas um conceito, cientificamente equivocado, para explicar a diversidade humana e para categorizá-las em grupos estanques. Isto é, biológica e cientificamente as raças não existem.

A negação do conceito de raça não significa que todos os sujeitos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. A herança genética é distinta, mas essas diferenças não são suficientes para separar grupos humanos em raças. A grande questão do debate sobre raças não é sobre as diferenças entre os grupos humanos, mas em fazer das distinções um mérito para um grupo e demérito para o outro, padronizando, hierarquizando, reduzindo os grupos humanos, sua diversidade de manifestações sociais, culturais, religiosas a partir de uma única matriz, a europeia.

De acordo com Munanga (2004), há o estabelecimento de uma escala de valores entre as raças a partir de uma relação falaciosa entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Destarte, os sujeitos da raça branca são considerados superiores aos das demais raças, sendo o ideal de indivíduo e de sociedade a ser atingido pelas demais raças. Devido aos seus traços, cor de pele clara, formato do crânio, a forma dos lábios, do nariz, do queixo, o cabelo, dentre outros, que os tornam mais bonitos, inteligentes, criativos e honestos. Logo, quem não tem estes traços é o contrário deste padrão de humanidade branca, é animalizado, tem suas histórias, culturas e subjetividades aviltadas. Portanto, os sujeitos da raça branca, nesta perspectiva, são mais aptos para dominar e dirigir as demais raças, principalmente, a raça negra, a mais escura, a considerada a mais inferior na escala evolutiva, mais sujeita, equivocadamente, à escravidão e a todas as formas de dominação.

Este pseudodiscurso científico que hierarquizou a humanidade em raças justificou e legitimou no passado os sistemas de dominação racial, ainda se estende até o presente, fundamentando o genocídio de povos indígenas, negros e judeus, além de sistemas legais de segregação como houve nos Estados Unidos e na África do Sul com o apartheid. O conceito atual de raça não tem nada de biológico, nem natural, para fundamentar e abrandar as opressões, mas é um constructo sociológico, uma categoria social de dominação e exclusão, fomentado pelas estruturas globais da sociedade e pelas relações de poder que querem perpetuar seu *status quo*.

A diversidade genética absolutamente necessária à sobrevivência da

espécie humana nos distintos ambientes tem sido utilizada para subjugar e oprimir os grupos humanos. Assim, pouco adiantam as adaptações que biologicamente a espécie humana desenvolveu no seu cabelo e na pele se a humanidade não evoluir no que tange aos seus conjuntos de valores e códigos sociais entendendo o valor, a dignidade intrínseca, a singularidade a todos os grupos étnicos, suas organizações sociais, políticas, religiosas. Só quando a singularidade e diversidade de cada história humana não for reduzida, nem encaixada em padrões hierárquicos, moralistas, mas aceita com toda sua riqueza ancestral e possibilidades para o porvir, orquestrada com outras distintas vivências em complementariedade a sociedade encontrará seu caminho.

Estética e corpo negro

A construção da identidade negra no Brasil, o movimento de rejeição e aceitação que a sociedade faz deste grupo e que estes sujeitos fazem de si mesmos está baseado em um universo mais amplo, que inclui dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e ideológicas enraizadas no conceito sociológico de raça. O processo de distanciamento e aproximação social entre negros, brancos e não negros evidencia como estes grupos sociais se reconhecem a si mesmos e aos outros, está assentado em relações de poder, numa falaciosa construção sociopolítico-cultural da supremacia da raça branca e inferioridade da raça negra.

O racismo oriundo da racialização assegura não só a distância social e cultural ente negros e brancos, mas também biológica, usando os símbolos, características e traços naturais para cristalizar grupos e indivíduos no seu devido lugar, fundamentando a distância e legitimando opressões sociais. Destarte, confere um sentido negativo às diferenças culturais, físicas, estéticas, a fé, a arte, o corpo, a cor da pele, o tipo de cabelo e toda a cosmogonia e cosmologia, esvaziando e negando todas as riquezas deste grupo.

Nesta perspectiva, o olhar sobre o corpo negro é normalmente atravessado pela ideologia do embranquecimento, é um processo identitário que a aceitação da beleza negra passa pelo tratamento dado ao cabelo crespo e ao corpo negro. Enxergar beleza no seu corpo e nos seus traços naturais é um resgaste da autoestima e da subjetividade aviltada pela racialização.

A teórica Nilma Lino Gomes (2020) afirma que a rejeição ao corpo negro perpassa várias esferas sociais, inclusive a afetividade, como a escolha do parceiro para uma relação furtiva ou perene e até na escolha da aparência dos filhos que almeja ter. Uma rejeição que se estende ao futuro, no fenótipo de seus descendentes. A melhor maneira de alcançar este objetivo é minimizando os traços negroides, clareando a raça através da escolha do parceiro. O cabelo é um fator preponderante para esta escolha, simbolizando a possibilidade ou não do embranquecimento das gerações futuras.

A dinâmica de aceitação e exclusão dos sujeitos negros faz parte da condição do negro diaspórico ou em África. Este contínuo conflito desenvolve-se socialmente vivenciado e aprendido nas relações sociais externas (espaços de ensino, religiosos, de lazer, trabalho) e nas relações familiares, ainda que seja uma família negra que valoriza e afirma a cultura negra. Pois mesmo os lares que afirmam a cultura afro são afetados pela representação e representatividade do sujeito negro na mídia, os espaços de poder que ocupam no dia-a-dia, a imagem positiva ou negativa construída dos personagens nas novelas, nos telejornais sensacionalistas que exploram a imagem das pessoas em condição de vulnerabilidade social ou carcerária, reforçando um imaginário perverso destes sujeitos.

Importa como o corpo negro é apresentado nestes espaços, como as marcas identitárias são valorizadas ou invisibilizadas, como o cabelo negro é mostrado, enaltecido ou não, a valorização dos sinais diacríticos e da herança cultural afro-brasileira. Todos estes fatores fomentam o conflito que os sujeitos negros vivenciam não só de aceitação, porém de autoaceitação e rejeição, de seus traços, história, cultura e beleza. Num desafio de encontrar amor e beleza onde afirmavam categoricamente não haver.

Fanon (2008), ao explanar sobre a experiência do povo negro, afirma que a sociedade tenta continuamente embranquecer corpo e mente das pessoas negras.

No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas. (2008, p. 104)

Assim, a sociedade eurocêntrica impõe um olhar branco e um peso

demasiado que oprime o povo negro. O mundo branco, com seus valores, ethos e cosmogonia, domina e contém o corpo negro fragmentando-o e alienando-o de si mesmo. Desta forma, o sujeito negro tem uma construção corporal penosa, marcada pela negação, um conhecimento de si em terceira pessoa, uma constituição de si atravessada por incertezas, sofismas e desconhecimento de sua própria história.

Escrevivências infantis

A literatura é uma das formas de pensar o corpo, a estética, expressar e reproduzir padrões sociais nocivos ou não para a vida em sociedade, como o racismo e outros males sociais, além de perpetuar privilégios elitistas. A arte literária é um instrumento que se utiliza da palavra como meio de expressão para, de alguma maneira, dar sentido à nossa existência. É importante deixar nas nossas práticas cotidianas espaço para que esta arte possa nos dar pleno sentido, nos enriquecer e ressignificar as relações sociais marcadas pela opressão e colonização. Assim, a literatura pode ser compreendida como as criações de toque poético, ficcional ou dramático, em todos os níveis da sociedade, sendo manifestação universal da humanidade em todos os tempos. Não há povo nem ser humano que possa viver sem a possibilidade de entrar em contato com alguma forma de fabulação.

A literatura infantil é basilar no desenvolvimento das crianças, para a sua apropriação do mundo. Por meio da história a criança pode descobrir outros lugares, outros tempos, jeitos de agir e de ser, outra ética e outra ótica, além de vivenciar emoções importantes como tristeza, raiva, indignação, bem-estar, medo, alegria, insegurança, tranquilidade e tantas outras, experimentando tudo que as narrativas podem suscitar em quem ouve com toda a sua amplitude e relevância. Pois, como Debus (2017) afirma, o texto literário divide com os leitores valores de natureza social, cultural, histórica e /ou ideológica por ser fruto da cultura e estar inserido num processo comunicativo, valores que são apresentados não de forma explícita, mas através da trama estabelecida no diálogo leitor-texto.

A literatura infantil afro-brasileira não é somente um meio de fruição, é também um espaço de luta por participação e transformação social. Como afirma Moura (2022, p. 224), ela “deve ter um papel metamorfoseador, que

desperta o sujeito para os seus processos individuais e coletivos, que o impulsiona a refletir e a questionar o status quo”. Entendendo a relevância da literatura infantil, esta seção apresentará a representação das crianças sobre o corpo negro e sua estética, a partir da produção literária das mesmas.

As produções das crianças são o resultado da pesquisa empírica do mestrado onde os pequenos, após encontros de contação de história da literatura infantil afro-brasileira, desenvolveram seus próprios livrinhos e fizeram os desenhos. As crianças foram divididas em duplas ou trios para desenvolverem os seus textos. Foram feitas três histórias: Maria Docinho, das autoras e ilustradoras Beatriz, Júlia e Lunna Sofia; O Jogo de Pedro, cujos autores e ilustradores foram Francis e Ana Júlia; e Cabelos Dourados Lindos, produzida pelas autoras e ilustradoras Isabela, Ana Bella e Daniele.

O livro Maria Docinho conta a história de uma menina branca que ama comer doces, mas após a mãe ralhar com a mesma, ela aprende a comer frutas, além de doces para proteger os dentes de cáries. A obra seguinte, O jogo de Pedro, conta a história de uma criança que não era aceita para jogar futebol com os colegas porque era negro. Após os avós de Pedro conversarem com os colegas dele, eles deixaram de reproduzir os atos racistas e ficaram amigos. Por fim, Cabelos Dourados Lindos conta a história de Frozen, uma menina branca que briga com a vizinha, pois esta tem um cabelo feio. Após conversa com a avó, a menina pede desculpas à vizinha, a mesma arruma o cabelo e elas se tornam amigas.

Figura 1: Cena do livro O jogo de Pedro: onde o personagem chora após sofrer racismo.



Escrevivências infantis: perspectivas

A escrita literária para o povo negro é uma escrita marcada por sua experiência, por sua vivência, são as escrevivências, como afirma a teórica Conceição Evaristo (2009). Num texto escrito “por dentro”, as nossas culturas e histórias viram ficção literária e cobrem uma lacuna de nossa história que foi apagada e roubada do povo negro. O passado do povo afro-brasileiro não foi expurgado, portanto trabalhar ele através da literatura é um ato revolucionário no presente e, além disso, é uma forma de afirmar a identidade afro-brasileira.

As obras escritas pelas crianças expressam suas visões de mundo, suas experiências, medos e alegrias. A primeira história, Maria Docinho, apresenta uma questão comum à infância – as cáries – e um desejo muito imperativo nesta fase da vida: a pulsão por doces. Este livro não apresenta a temática racial negra, nem estética como foco principal. Ela, naturalmente, reproduz o que as crianças estão acostumadas a ver como representatividade e ocupações de espaço de poder e subalternidade.

A segunda história, O jogo de Pedro, foi escrito por uma dupla de menino e menina, então a obra apresenta uma realidade muito mais natural na vida de um menino – uma partida de futebol – com as dinâmicas desta experiência, inclusões e exclusões. O livreto tem um personagem principal negro retinto e relata uma experiência de racismo que é resolvida pela família da criança protagonista. Assim, esta obra avança na questão do protagonismo negro, embora este personagem ainda reproduza o padrão sofredor, muitas vezes imposto aos sujeitos negros, reduzindo a história destes sujeitos a esta situação. Novamente, é notório a reprodução das questões sociais na escrita das crianças.

A terceira obra – Cabelos Dourados Lindos – já traz no seu título a valorização de um padrão estético-racial que não é o negro. Além disso, tem como protagonista a personagem Frozen, nome de uma das princesas da Disney, que reproduz o padrão de ser branca, loira, cabelos lisos e magra. Assim, naturalmente, as crianças capturam o que este personagem representa e trazem para sua história. A personagem não aceita a outra, justamente, por conta da estética - “briga com a vizinha por causa do cabelo dela que é feio” - como é descrito na obra. Apesar de Frozen se

arrepende e pede desculpas, a menina que sofreu preconceito na história alisa o cabelo e agora elas são amigas. Esta personagem que não tem nome e ao longo da história também não tem cor nem nas roupas, nem na pele. Apresenta cor de roupa, pele e cabelo “arrumado” (o que se entende por alisado) na última cena da história.

Figura 2: Última cena do livro *Cabelos Dourados Lindos*: Frozen é a loira e a personagem secundária ao seu lado apresenta o cabelo alisado.



Apesar de as histórias das crianças parecerem apresentar fatos pontuais e isolados da realidade, elas apresentam a síntese de um equivocado discurso científico sobre raças, criado para fim do capital e que dividiu e hierarquizou a humanidade, justificando a dominação racial, o genocídio de povos indígenas, negros e judeus. As três histórias criadas pelas crianças, como diz Fanon (2008), cedem ao esquema corporal epidérmico racial.

Só há um personagem que se apresenta como negro na história, que usa o cabelo *black power*: o protagonista Pedro, da história *O Jogo de Pedro*. Ele carrega em seu corpo as memórias ancestrais em sua figura se sobressaltam a negritude, história, fetichismo, características étnicas não só dele, mas o legado invisibilizado de seus ancestrais. Como explana Fanon, após o convívio com o branco as pessoas negras voltam para si com o sentimento de “Meu corpo era devolvido desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado (...). O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio” (2008, p. 106-107). Desta forma, as demais personagens não são identificadas no texto, explicitamente, sobre

sua raça. Muitas vezes aparecem sem cor; estes personagens reproduzem o que acontece com estes sujeitos na sociedade: são extirpados de si mesmo.

A coisificação social imposta aos africanos escravizados, fruto do conceito equivocado de raças humanas, tem sido continuamente combatida desde os sujeitos escravizados até os dias atuais. É uma luta pela afirmação da humanidade que tentam negar. Gomes (2020) afirma que na busca por serem aceitas, as pessoas negras no seu cotidiano negam a sua condição e a sua origem. Assim, as imagens sociais negativas sobre o negro sofreram refinamento e passam a fazer parte do imaginário de negros e brancos.

A casa-corpo dos negros é vista como espaço a ser conquistado, de degradação e dominação. Na história infantil *Cabelos Dourados Lindos*, quando o cabelo é depreciado, feio, aparece curto e a personagem não apresenta cor. Quando é bonito, o cabelo é alisado, humaniza a vizinha anônima da Frozen, que abre as portas para a personagem. Assim, ela ganha beleza e amizade, pois para ser aceita tem que ser assimilada pela cultura branca. Apesar disso, a teórica Gomes afirma que o alisamento, alongamento e permanente afro também podem ser vistos como práticas sociais de resistência, reexistência e de ressignificação da estética negra na diáspora.

O cabelo e corpo negros, diversos em forma, tamanho e estética de múltiplas belezas, são símbolos de resistência, mas também acumula estereótipos e representações. Falar, tocar, manipular, pensar este corpo e cabelo não afetam apenas no exterior, mas mexe com questões subjetivas, identitárias, sociais e históricas. O acesso do sujeito negro ao seu corpo é atravessado por todos estes aspectos. Destarte, as dores da condição deste sujeito na sociedade podem cercar o pleno acesso e aceitação de si mesmo, de sua potência e história. A literatura é um dos caminhos de acesso a si mesmo e ao outro, a rica identidade negra e ao entrar nesta luta ora oculta, ora explícita pode trazer conhecimento, valorização e autoamor, resgatando raízes outrora perdidas.

Considerações Finais

A compreensão hodierna de raça não é biológica, nem natural, para justificar e minimizar as opressões sociais, mas é uma construção sociológica, uma categoria social de dominação e exclusão, suscitada pelas

estruturas globais da sociedade e pelas relações de poder para manter seus privilégios. Assim, a pele negra traz no seu corpo esta herança conceitual, as dores, alegrias de toda a sua ancestralidade. Desta forma, os constructos sociais que marcaram os corpos, mentes e almas dos africanos escravizados trazidos compulsoriamente para aqui são renovados em cada novo afro-brasileiro que aqui nasce.

O reconhecimento de si, do ser negro e a confirmação de seu valor é a energia da existência. Viver um processo de negação e não aceitação produz resultados nocivos a nossa identidade e subjetividade. O sentimento de negação é um aspecto do processo histórico identitário do povo negro brasileiro. Ainda é viva no imaginário popular a objetificação do corpo negro, a transformação deste em mercadoria e o sentimento de posse, atualizado na subalternidade e baixa representatividade nos espaços de decisão impostos ao povo negro na sociedade brasileira, reproduzida muito furtivamente nas brincadeiras e histórias infantis produzidas pelas próprias crianças.

A literatura afro-brasileira tem um papel combativo, abordando temas que assolam o papel da mulher negra na contemporaneidade, dando protagonismo às culturas africanas e afro-brasileiras apontando as condições marginalizadas e subalternizadas das pessoas negras, promovendo uma literatura de resistência e de afirmação, evidenciando estruturas racistas, patriarcais, brancas e naturalizadas pelo apagamento do outro.

É notório que na Literatura afro-brasileira as imagens do negro são veiculadas com evidente intuito de autoconscientização, a fim de ampliar o espaço de visibilidade dos negros e de seus descendentes, independentemente da cor da pele, do tipo de cabelo ou de seu fenótipo. A luta por maior representatividade nos distintos espaços de poder e produção do conhecimento, visa reverter as associações que ligam pessoas negras à feiura, à sujeira, ao que está fora dos padrões determinantes de um gosto estético e desenvolver uma semântica que esvazie os significados negativos gravados no corpo negro e nos lugares por onde ele circula, a fim de semear uma nova sociedade para que estes sujeitos tenham liberdade para viver e ser naturalmente como são, tendo seus corpos e subjetividades respeitados.

Referências

DEBUS, Eliane. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Cortez: Centro de Ciências da Educação, 2017.

Evaristo, C. (2009). **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasili-
dade. *Scripta*, 13(25), 17-31. [http://periodicos.pucminas.br/index.php/
scripta/article/view/4365](http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365) Acesso em 14 de novembro de 2021.

FANON, Frantz; SILVEIRA, Renato da. **Pele negra, máscaras brancas**.
Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos
de identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de
raça, racismo, identidade e etnia**. In: Cadernos PENESB (Programa de
Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), UFF, Rio de Janeiro,
n. 5, 2004, p. 15-34. Disponível em [https://www.ufmg.br/inclusaosocial/
?p=59](https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59) Acesso 13 de abril de 2023.

NARRAR O MUNDO, (RE)FAZER O MUNDO: A POESIA SLAM DE MULHERES NEGRAS POR OUTROS MODOS DE MORTE E DE VIDA

*Amanda Julieta*²⁹

O lance dessas histórias é que elas já foram contadas. Só que do avesso, erroneamente, apagadas pelos outros. Porque a história é contada pelos vencedores sempre. O slam é uma oportunidade de contar a nossa história com a nossa voz. Ninguém vai contar por mim.

- Roberta Estrela D'Alva

Introdução

Quando eu era criança, a leitura era a minha atividade favorita. Eu lia todos os dias, qualquer livro que chegasse às minhas mãos e, por vezes, na falta de novos títulos, repetia leituras antigas. Os livros narravam histórias comuns e extraordinárias que me entretinham e me transportavam para outros lugares. No entanto, pouquíssimas mulheres figuravam entre os autores daquelas obras, que chegavam até mim, em sua maioria, através da mediação da escola. Entre as escassas autoras a quem eu tinha acesso, nenhuma era negra. Não havia em sala de aula nenhuma discussão que problematizasse essa ausência e eu, ainda muito nova para entendê-la ou questioná-la, também não a estranhava. Era como se escritoras negras – e, junto com elas, suas produções literárias e leituras de mundo – simplesmente não existissem.

Embora esta seja uma história pessoal, ela é o reflexo de um projeto de seleção e exclusão da produção do conhecimento de determinados grupos que não é desinteressado, pois, como aponta Achille Mbembe (2020), o poder funciona não só através da brutalização dos corpos, mas também produzindo ausências – por meio da invisibilidade, do silêncio e do esquecimento. Esta

²⁹ Mestra e doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista CAPES. Integrante dos projetos de pesquisa Etnicidades (ILUFBA) e NELLA - Núcleo de estudos de literaturas e outras artes Latino-americanas (ILUFBA).

ideia também é corroborada pelo pensamento de Le Goff, ao afirmar que

“Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. (LE GOFF, 2003, p. 426)

Historicamente, o lugar da autoria tem sido negado às mulheres negras na Literatura Brasileira, seja pelas dificuldades impostas para a publicação, seja através da invisibilização de suas obras. A falta de livros de escritoras negras nas salas de aula e bibliotecas das escolas que frequentei durante a infância – e, posteriormente, na adolescência – não é, portanto, vazia de sentido, mas uma ausência que *revela*. A que vezes é garantido o direito de escuta e quais vozes devem ser silenciadas?

Muito mais do que a simples capacidade de contar histórias ou de criar poesia, a produção literária é, portanto, um meio de *fazer* o mundo que não se dá nem por acaso nem de forma neutra, pois, como aponta Florentina Souza (2006, p. 38), “se a cultura hegemônica escolhe e constrói para si um modelo de produções textuais, este modelo deverá veicular as crenças, os símbolos, os significados que ela lhes atribui e que compõem seu imaginário”. Assim, tanto os lugares institucionais da memória quanto a crítica especializada são responsáveis pela legitimação dos discursos literários que servirão como modelos para a sociedade e, ao mesmo tempo, pela marginalização e exclusão daqueles textos que *devem* ser esquecidos.

Se a manutenção dos poderes hegemônicos depende, dentre outros fatores, da fabricação da lembrança e do esquecimento, assumindo assim a violência contornos mais sofisticados (GONZALEZ, 1988), o que acontece quando nós, mulheres negras, nos apossamos do ato de narrar?

A fala e a escrita de mulheres negras, afirma Conceição Evaristo, compõem duplamente o dizer e o fazer, no qual a palavra também se constitui enquanto ação – uma forma de “exorcizar o passado, arrumar o presente e predizer a imagem de um futuro que queremos” (EVARISTO, 2012, p. 10). Assim, narrar o mundo é, de certa forma, a tentativa de refazimento de um mundo que foi forjado através da violência, no qual vozes e corpos negros enfrentaram/enfrentam cotidianamente o risco de serem apagados, arrancados dos espaços privilegiados de produção de conhecimento, como

a literatura – ou, nos casos mais extremos, da vida.

Neste trabalho, reflito a respeito da poesia *slam* de autoria de mulheres negras, como uma forma de narração poética construída a partir de experiências pessoais e coletivas que contam histórias, compartilham vivências, tecem críticas sociais e produzem presença. Trazendo “à tona não só suas histórias pessoais, mas a função social de fazer com que vozes e narrativas ancestrais, historicamente silenciadas, sejam finalmente ouvidas” (NASCIMENTO, 2019, p. 230), estas produções literárias se situam em um contínuo movimento de *dizer-fazer* o mundo, através do qual poetas negras exigem outras formas de vida, de morte e de futuro para a população negra.

O poetry slam

“A invisibilização, a que são submetidas escritoras negras, não é um evento sem razões”, aponta Ana Rita Santiago da Silva (2010, p. 26), estando relacionada às barreiras impostas a gênero, raça e classe presentes na academia e no campo literário. No entanto, a autora lembra que “mesmo ausentes da literatura instituída e de agenciamentos literários, elas escrevem, publicam e tensionam as interdições de suas vozes, abalando discursos cerceadores sobre si e suas africanidades” (SILVA, 2010, p. 26). Assim, ainda que a violência adquira novas faces com o passar do tempo, reinventam-se também as formas de resistência e de criação.

O *poetry slam* é um dos espaços contemporâneos de insurgência de mulheres negras na produção literária. Trata-se de uma batalha de poesia falada, aberta a todas as pessoas, na qual poetas são avaliadas/es/os por um júri composto por pessoas escolhidas entre o público. Sua popularização e reconhecimento tem se dado, no Brasil, principalmente a partir de vozes de jovens negras/es/os oriundos das periferias, que encontram nos *slams* não apenas uma forma de competição, pois, como afirma a poeta *slammer*³⁰ e *slammaster*³¹ Roberta Estrela D’Alva,

(...) o *slam* é uma possibilidade de encontro. É um portal que se abre e muitas coisas acontecem – de conhecimento, de autoconhecimento, de troca, de encontro, de criação estética, de prática política, de prática de

30 Poetas que se apresentam em *slams*.

31 Mestre de cerimônias, pessoa que apresenta e organiza um *slam*.

resistência, de fomento de talentos periféricos – *negres*, mulheres, *surdes*. É um lugar onde vozes que sistematicamente são silenciadas se encontraram para serem ouvidas e valorizadas. (D’ALVA, 2021)

Neste movimento literário, que cumpre, ao mesmo tempo, funções estéticas e políticas, vozes marginalizadas e seus discursos contra-hegemônicos circulam e ganham outros espaços, sendo frequentemente ampliadas dentro e fora das periferias. O gesto de narração torna-se, desta forma, um gesto de resistência e de liberdade, por meio do qual poetas negras narram a si e o mundo através do corpo e da palavra.

Este corpo, negro e mulher, não opera de forma neutra e nem apenas a partir da mera repetição gestual do que é transmitido pela oralidade, pois está repleto de memória. Dele, portanto, origina-se uma performance que está marcada pelas experiências de vida de um grupo minoritário, pelos seus pertencimentos identitários e, conseqüentemente, pelas escritas que no corpo foram feitas pelo racismo, sexismo e por outras violências que marcam a vida das mulheres negras na sociedade brasileira. Por outro lado, nestes corpos em performance repousa também uma memória ancestral da história e das culturas africanas e afro-brasileiras, cujas imagens são evocadas através de penteados, de cabelos, tatuagens, vestes, adereços, gestos, movimentos e da própria tradição da oralidade.

À semelhança da figura do *griot*, contador africano mestre na arte da palavra, as *slammers* negras contam performaticamente acontecimentos passados e atuais e se voltam para o futuro, inserindo seus corpos e suas vozes em uma disputa de narrativas. E assim como aponta Leda Maria Martins (2021, p. 96) a respeito das performances da oralitura, “como sopro, hálito, dicção e acontecimento, rítmica sonora, a palavra vocalizada e cantada grafa-se e ecoa na reminiscência performática do corpo, lugar do acontecimento e da sabedoria”.

Neste circuito performático, no qual o público se torna co-criador da experiência, tão importante quanto a presença do corpo são, portanto, as palavras que circulam de ouvido em ouvido, narrando histórias que, reatualizadas na performance, tornam-se uma experiência sentida por aquelas e aqueles que dela participam, desarticulando assim a linearidade do tempo. Implicadas nos saberes das performances, tornamo-nos, poetas e público, um corpo que circula entre o presente, o passado e aquilo que pode vir a ser.

Ora reencenando uma memória que é, ao mesmo tempo, pessoal e coletiva, ora apontando para o futuro, as *slammers* negras apresentam performances que, dentro de uma diversidade temática – na qual ganham espaço narrativas sobre racismo, sexismo, violência policial, amor, sexualidade, empoderamento, estratégias de luta, etc. –, exigem outras possibilidades de vida e de morte para a população negra, na qual a necropolítica não seja mais uma ferramenta reguladora da nossa existência.

A palavra por mundos de vida

Em meio à pandemia de coronavírus que assolou o Brasil e o mundo, assistir a *slams* virtuais ou a vídeos que registram batalhas que aconteceram em um tempo pré-pandêmico se tornou para mim a única forma possível de acompanhar estas produções literárias. De minha casa, diante da incerteza de quando poderíamos nos reunir novamente, circulei remotamente entre novos *slams* criados neste novo formato e os *slams* agora adaptados para a internet, além dos vídeos de batalhas antigas. Embora este tipo peculiar de presença não tenha a mesma energia dos encontros físicos, seguimos, poetas e público, compartilhando deste espaço marginal de criação e circulação de narrativas.

Acesso o *Youtube* numa tarde em Salvador. Subitamente, sou transportada para uma noite no Rio de Janeiro em 2017. No centro de um círculo de pessoas, iluminada pelas luzes amarelas dos postes no Largo do Machado, Carol Dall Farra performa o poema *Na ponta do abismo*:

Na ponta do abismo lá vai a mãe preta
 Aguenta o infinito num corpo
 que o grito socorro acusa suspeito
 não chora nem fala das mortes diárias
pariu cinco vezes sem anestesia com falas no ouvido:
 - preta é firme!
 teu corpo foi alvo da falta de amor
teu peito batuca a dor de um dos filhos que ontem dormiu
quando na escura da noite um corpo fardado mirou sem certeza
 por causa da cor
mas preto é forte, sempre ouvi falar (...) (DALL FARRA, 2017)³²

32 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DbQXy_jcCXE>.

O corpo negro da poeta se movimenta e parece preencher todo o espaço da noite. O silêncio entre o público é quase absoluto. Quatro anos e mais de mil e quinhentos quilômetros nos separam, mas os saberes da performance desarranjam noções de tempo e espaço: do outro lado da tela, sentada em minha cadeira, sou interpelada pela raiva expressa em seus gritos e gestos amplos e, em um movimento circular, transportada ao presente da performance que, de maneira visceral, narra as violências cotidianas na vida de uma mãe negra.

(...) Mãe preta resiste
desde que não sabia o que era existir
Mãe preta teve teus calos calejados pela falta de arrego
dos atrasos da história que traçaram teu destino
Mãe preta
que pariu no reboição
e trouxe com muito ofício
outra preta que não sorriu
filha de Preta!
Que com a vida já traçada
me desfiz de tanta tralha
com grito de cansaço
entalado na garganta
e os bicos de diarista
entalado na minha herança
vi o mundo cortar com a foice
minha passagem pela infância
os homens que me olhavam
revestidos de ganância
e pra eles não importa
se trata-se de uma criança
de hipersexualizar o hobby da vizinhança
dedos te apontaram ontem
hoje o cano te aponta
amanhã outro julgamento
julgando que se aguenta
tua cabeça um reboição
teu corpo cumpriu caprichos
tua mãe também passou por isso
e todas da tua família
tua avó bem que dizia:
- é uma praga feito sentença
eles dizem que a gente aguenta
mas vejo uma morte lenta

e pra cada abuso novo
um branco te orienta:
- negra é forte, negra aguenta
tua vida nunca passou disso
nunca fugiu da sentença
com a força dos ancestrais
internalizou que aguenta
imaginou o chicote lento
na vértebra de um branco
e viu que a força é um detalhe
pra quem vive resistência. (DALL FARRA, 2017)

O poema de Dall Farra, ao mesmo tempo em que expõe a forma sinérgica com a qual o racismo e o sexismo violentam mulheres negras, aponta para o desejo de outra vida e marca uma quebra na cadeia de violências. Tendo seus corpos e a sua existência desumanizados, associados à força, à falta de intelectualidade e à sexualização através de práticas de violência material e simbólica, as mulheres negras estão posicionadas no entrecruzamento de gênero, raça e classe, no qual estas opressões se sobrepõem e agem conjuntamente, provocando diferenças significativas entre mulheres negras e mulheres brancas ou, ainda, homens negros. Isto porque os eventos e as condições da vida social e política são, geralmente, moldados por muitos fatores, de maneiras diversas, que se influenciam mutuamente, sendo a interseccionalidade uma forma de compreender a complexidade da sociedade, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2020).

A filha de preta, voz poética que cumpre também a função de narradora, desestabiliza as relações de poder porque não é mais aquela falada pelo outro branco, mas sujeita de seu próprio discurso. Nele, a história é contada a partir de um outro ponto de vista, que humaniza as mulheres representadas e tratadas historicamente ora como mera força de trabalho destituída de subjetividade, ora como objeto sexual. Mulheres que, além de questões como a precarização do trabalho e as violências obstétrica e policial narradas no texto, precisam enfrentar a dor de velarem os corpos de filhos mortos “quando na escura da noite um corpo fardado mirou sem certeza por causa da cor” (DALL FARRA, 2017). Mulheres que vivem equilibrando-se na ponta de um abismo no qual violências de ordem física e simbólica tentam constantemente fazê-las despençar.

Seguindo o pensamento de Mbembe (2020), apesar de toda

brutalidade operada contra os corpos considerados abjetos, não é possível falar sobre violência sem refletir sobre as práticas de resistência organizadas pelos grupos e povos marginalizados. Para o autor, quando o poder é brutal, as resistências assumem uma face visceral, ligadas à reabilitação dos afetos, das emoções e das paixões. Assim, ainda que os poderes hegemônicos trabalhem para violentar e invisibilizar mulheres negras de maneiras específicas, e também, de modo geral, as pessoas marginalizadas, as performances de autoras negras nos *slams* brasileiros são um exercício de produção de presença e visibilidade que desafiam e desorganizam o estado das coisas.

Neste sentido, a própria presença da poeta, cujo corpo opera em conjunto com o texto, é fundamental para pensarmos no gesto de narração como um ato de resistência aos apagamentos produzidos pelos poderes hegemônicos. Se por um lado, os meios virtuais e audiovisuais abolem a presença física, a tangibilidade de quem traz a voz, por outro, a poesia não pode ser “lida” sem que estejam em cena a voz e o corpo da poeta. Assim, ainda que disseminadas no campo virtual, onde tempo e espaço ganham novos sentidos e o ato performático ocorre em uma repetição sem fim, estas criações demonstram a centralidade do corpo nas narrativas poéticas de mulheres negras nos *slams*. Ele funciona como uma espécie de texto que, discurso per se, cria sentido com e para além do texto-palavra.

Ao acessar outra performance publicada na internet, deparo-me com uma silhueta posicionada no centro da tela. Não há outras pessoas ou cenário no espaço físico no qual a poeta se apresenta, apenas uma contraluz que vem de cima para baixo e que contorna levemente seu corpo. Ela canta.

*“Racistas! Querem meu corpo pra estudo...”*³³

Uma luz frontal vai se acendendo aos poucos e revela a imagem da poeta baiana Negafya de pé diante de um microfone. Ela veste uma camiseta amarela do Slam das Minas BA e tem orelhas, pulso e pescoço adornados por acessórios dourados. No topo de sua cabeça, tranças se prendem em um coque e é possível, ainda, ver a linha reta que corta sua sobrancelha. A poeta se movimenta suavemente, sem sair do lugar, como em um gingado, e mantém a expressão séria. Seu corpo em performance é, como aponta Leda Maria Martins a respeito das performances da oralitura

33 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=08KUemCz2eA>>.

nos congados, “o lugar do que curvilineamente *ainda* e já *é*, do que pôde e pode vir a ser, por sê-lo na simultaneidade da presença e da pertença” (MARTINS, 2002, p. 87, grifos da autora).

A performance do poema *Brasil Genocida*, apresentada no quadro *Slam* do programa Manos e Minas da TV Cultura, tem pouco menos de dois minutos de duração. Ao apontar diferentes métodos por meio dos quais o Estado *faz* ou *deixa* morrer pessoas negras e indígenas, a voz poética reflete a respeito da articulação entre racismo, sexismo e capitalismo como fazedores de um mundo onde a imposição da violência é a realidade cotidiana de determinados grupos de pessoas.

Racistas só visam ao lucro. E eu ainda estou em busca da minha humanidade, eu tô na luta pra não perder minha sanidade. E os pretos em diáspora aqui nessa cidade, rebelião é a saída sem piedade. Vocês não sabem de nada, vocês não enxergam o tamanho da desgraça. Violência obs-tétrica pra uma só raça. Enfermeira que nem te reconhece como humana e culpabiliza pela causa. Médico que mata vida pra ser menos um na massa. Médico que mata vida pela quantidade que a vítima porta de melanina. Sem perdão, mulheres que abortam sofrem tortura psicológica, lógica do Estado cristão. Pretas, preteridas, feminicídio, menos uma na lista: Helem Moreira. Pretas, preteridas, feminicídio, menos uma na lista: Claudia, arrastada. Vocês não sabem de nada, pornografia incentivada, crianças parindo mão de obra barata. Necropolítica pra preto e pobre. Cuidado, você pode ser o próximo da lista. Observa várias formas de genocídio: hospitalar, alimentar, oito horas esperando atendimento. Eles te matam devagar. Fala isso pros índios que tiveram sua mão decepada, sua cabeça degolada pelo agronegócio. Canibalismo, cadê o Deus de vocês que há 500 anos não tá vendo isso? Vocês não sabem de nada. Vocês nem enxergam o tamanho da desgraça chamada Brasil. Racistas. (NEGAFYA, 2019)

Ao refletir sobre diferentes formas de genocídio da população negra, temática que aparece com frequência nas batalhas de poesia em todo o Brasil, o poema de Negafya estabelece uma relação com o conceito de necropolítica, cunhado por Achille Mbembe (2018). De acordo com o autor, a soberania “reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (MBEMBE, 2018, p. 5). O controle da morte e da vida se configuram, portanto, como

uma ferramenta utilizada para o exercício do poder.

Mbembe aponta a relação entre necropolítica, escravidão e colonialismo, mas destaca que a necropolítica não diz respeito apenas a um passado distante. Assim, o autor analisa a criação do que chama de “mundos de mortes”, onde as armas de fogo são utilizadas pelo poder público para provocar a destruição de pessoas. O terror define não apenas os Estados escravistas, mas as sociedades contemporâneas: matar e deixar morrer não é, portanto, uma exceção à regra, mas a própria regra.

No poema apresentado por Negafya, cuja voz poética revela sua busca constante pela própria humanidade e pelo equilíbrio da saúde mental diante das violências que perduram desde o Brasil colonial, rebelar-se é a solução proposta. Tomar a palavra e falar a partir do ponto de vista daquelas e daqueles que são vítimas da política de morte pode ser interpretado, assim, como um meio de rebelião. Além disso, ao registrar os nomes de mulheres que tiveram sua vida interrompida de maneira violenta, suas palavras marcam memórias e reivindicam outras formas de viver o agora e o futuro.

Em suas apresentações, tanto Negafya quanto Dall Farra elaboram críticas à necropolítica que extrapolam os limites do discurso-texto, pois a performance, ao produzir presença e tornar visíveis corpos e narrativas considerados supérfluos e perigosos, é, em si mesma, uma maneira de resistir ao apagamento de corpos e de conhecimento, uma forma de lutar contra a política de morte. Através do corpo e da palavra, posicionam-se contra os “mundos de morte”, chamando por “mundos de vida”. Não há, portanto, passividade diante das violências material e simbólica infligidas contra a população negra, mas uma luta constante por transformação, na qual lembrar e tornar visível são ferramentas primordiais de resistência e de criação de possibilidade de outros modos de viver e de morrer.

Em *Da necropolítica à ikupolítica*, o filósofo Wanderson Flor do Nascimento (2020) reflete sobre a morte a partir da perspectiva iorubá, na qual *Iku* significa a morte em si, mas também a divindade que, ao nos tocar, retira-nos de nossa ligação com o corpo. Através dela, o nosso vínculo com a comunidade não é rompido, mas transformado: passamos de pessoas viventes, em carne e osso, para ancestrais. Ao contrário da morte executada pela violência da necropolítica, *Iku*, de acordo com Nascimento, não é punição, destruição nem a manifestação de nenhum mal:

(...) *Iku* não é a morte que assola, destroça e que participa de uma existência sofrida. Ela não é, em si, violenta. Diferentemente da “morte” (thánatos) experimentada nos regimes necropolíticos baseados em matar (nekróu) ou em expor a essa “morte”, *Iku* não é um resultado do peso de um viver que, em vez de ser experimentado como potência, é vivenciado como maldição para alguém que pode ver esse sujeito vivo como um inimigo, como parte de um Eles. (NASCIMENTO, 2020)

Iku é, portanto, a morte que queremos alcançar depois da oportunidade de viver uma vida sem sofrimento, na qual não precisemos mais nos equilibrar “na ponta do abismo”. Que existências seriam possíveis nestes novos “mundos de vida”, nos quais possamos viver a vida como potência “em vez de sofrê-la sob a égide do racismo e de outras violências que a modernidade nos legou” (NASCIMENTO, 2020)?

É para essas outras possibilidades de vida que aponta a poesia *Mulher de palavra*³⁴, da poeta paulista Luz Ribeiro, apresentada no *Grand Poetry Slam* – a Copa do Mundo de Poesia Slam, realizada na França. Nela, a voz poética atribui à palavra o poder de libertação e de transformação da realidade: é a palavra que lhe dá asas e permite que escreva as histórias que lhe foram negadas pelos livros. O fazer literário, como aponta Conceição Evaristo, assume, assim, um papel para além da estética, pois “busca semantizar um outro movimento que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o *lugar da escrita*, como direito, assim como se toma o *lugar da vida*” (EVARISTO, 2005, p. 54).

Considerações

A literatura, afirma Édouard Glissant (2005, p. 42), “não é produzida em suspensão, não se trata de algo em suspensão no ar. Ela provém de um lugar, há um lugar incontornável de emissão da obra literária”. Silenciar e invisibilizar a produção literária de determinados grupos de pessoas, como o experienciado pelas escritoras negras, é, portanto, uma forma de violência que tenta garantir a manutenção dos poderes estabelecidos, impossibilitando a circulação de uma diversidade de discursos, com diferentes pontos de vista.

34 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ozgQtB8dnzM>>.

Resistindo e reexistindo por meio da palavra, as poetas negras aqui citadas – e muitas outras além delas – fazem conhecer narrativas poéticas sobre a periferia e sobre as experiências coletivas de mulheres negras não através de um olhar externo, mas a partir de um ponto de vista *de dentro*. Tornam-se, dessa forma, não aquelas faladas por um outro, marginalizadas por uma escrita alheia, mas as que falam em seu próprio nome.

Conectada à realidade e aos anseios daquelas e daqueles historicamente silenciados, essa produção poética heterogênea que circula pelos *slams*, abrangendo uma ampla diversidade temática, traz consigo a reivindicação pelo direito de ocupar os espaços de produção de conhecimento, por outras formas de representação das mulheres negras e da população negra, por outras maneiras de vida, outras configurações de mundo, enfim.

Por isso, embora o *poetry slam* seja um fenômeno relativamente recente, tendo sido realizado pela primeira vez no Brasil em 2008 e cujo marco de criação aponta para o ano de 1986, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos (SOMER-WILLET, 2009), é importante pensar em como a atuação das mulheres negras nas batalhas de poesia é muito mais um movimento de continuidade do que de novidade. Essas vozes fazem parte daquilo que Angela Davis (2017) chamou de um “*continuum* de lutas” e se conectam com as vozes de outras mulheres negras que, ao longo da história e a partir de diferentes suportes, se insurgiram e propuseram outras formas de existência através da palavra.

“Se o discurso é um meio de instauração do poder”, aponta Florentina Souza (2006, p. 57), “a desautorização e a ruptura com certo tipo de discurso promoverão abalo nas estruturas discursivas e nas malhas de poder”. Por isso, mais do que simples ferramenta para a expressão, mais do que o meio através do qual somos e estamos no mundo, a palavra e o corpo nas narrativas poéticas de *slammers* negras se revelam como um instrumento de criação de outros sentidos para este mundo: um jogo performativo de reinventar-se a si mesma e a vida.

Referências

AGNES MARIÁ. Agnes Mariá – **Acorda** (FINAL SLAM DA TINGA), 9 out. 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=QSo-8FSnATr4>>. Acesso em: 27 de jul. 2022.

DALL FARRA, Carol. **Slam das Minas RJ – Final 2017** – Carol Dall Farras, 08 out. 2017. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=DbQXy_jcCXE >. Acesso em: 15 jan. 2022.

D'ALVA, Roberta Estrela. O mercado não consegue reproduzir a magia do slam. **Revista Continente**: 27 out. 2021. Entrevista concedida a Chico Ludermir. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/secoes/entrevista/-o-mercado-nao-consegue-reproduzir-a-magia-do-slam->>. Acesso em: 02 ago. 2022.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares**, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005. Disponível em: < <https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf> >. Acesso em 05 de jan. 2022.

EVARISTO, Conceição. Dos sorrisos, dos silêncios e das falas. **Nossa Escrivência**, 2012a. Disponível em: < <http://nossaescrevencia.blogspot.com/2012/08/dos-sorrisos-dos-silencios-e-das-falas.html> >. Acesso em 10 de abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>> Acesso em 20 de mai. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

MARTINS, Leda. Performances do tempo espiralar. In: **Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais**. Belo Horizonte: UFMG, p. 69-92, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Poder brutal, resistência visceral**. N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/n-1publications/docs/cor-del_mbembe>. Acesso em 03 de jul. 2022.

NASCIMENTO, Roberta Marques do. **Vocigrafias**. 2019. XXf. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Da necropolítica à ikupolítica. **Revista Cult** – dossiê filosofia e macumba, ano 23, ed. 254, 29-31, fev. 2020.

NEGAFYA. **Vocês não enxergam o tamanho da desgraça chamada**

Brasil, 05 jul. 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=08KUemCz2eA>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

RIBEIRO, Luz. **Luz Ribeiro (Brésil), “Mulher De Palavra”**, 02 fev. 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ozgQtB-8dnzM>>. Acesso em 12 jun. 2022.

SILVA, Ana Rita Santiago da. *Vozes literárias de escritoras negras baianas: identidades, escrita, cuidado e memórias de si em cena*. 2010. 255 f.: il. Orientadora: Prof^a Dr^a Florentina Souza. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2010.

SOMERS-WILLET, Susan B. A. **The Cultural Politics of Slam Poetry: Race, Identity and The Performance of Popular Verse in America**. Michigan: The University of Michigan Press, 2009.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CAMINHOS E ACESSOS ÀS LITERATURAS EM SALVADOR

*Valdeck Almeida de Jesus*³⁵

Introdução

O objetivo desta conversa escrita é trazer dados e informações sobre a cena da literatura em Salvador, na tentativa de traçar caminhos possíveis, indicar rotas, fortalecer autorias das quebradas, aproximar estudos e debates já consolidados das novas fontes de tecituras literárias. Provocar nas pessoas e organizações o debate pela inclusão de escritores e poetas jovens nas rodas onde já circulam os mais experientes, na tentativa de enriquecer a cena e conectar caminhadas, cruzar e entrecruzar os passos/mãos e mentes de jovens escritoras/es com os/as nossos/as mais velhos/as, entrelaçando afetos literários que possam manter a teia viva, atuante, fortalecedora das escritas que nos libertam das opressões e nos dão novos respiros e possibilidades de vitórias.

As artes são importantes ferramentas que mantêm nossa humanidade em vários aspectos, seja na economia, turismo, gastronomia, transporte. A arte da palavra é a base de tudo, seja no teatro, dança, circo, música, educação etc. E precisa da valorização e destaque necessários para sustentar as demais expressões, manter artistas e projetar a cultura para outros estados. Nesse sentido, todos os caminhos que levem às artes, e, em se tratando da arte de literatura, o olhar de quem produz/frui, também contribui e recebe influências para quebrar padrões, ressignificar olhares, como se depreende de fragmento do texto de apresentação do Instituto Sociocultural de Barretos-SP:

35 Valdeck Almeida de Jesus é Bacharel em Comunicação social, escritor e poeta. Andarilho dos Saraus, autor de Memorial do Inferno (biografia), Gayroto de Programa: 5000 tons de sexo (romance lgbt), Trilhos da minha trilha (poemas). E-mail: poeta.baiano@gmail.com.

“De um modo geral, a arte proporciona às pessoas a possibilidade de desenvolver habilidades interculturais em todas as idades, combatendo, principalmente, os “pré-conceitos” que vivem na sociedade. Além disso, ela muda a forma como as pessoas interagem com o mundo, solucionam seus dilemas e enxergam outras culturas.”
(INSTITUTO, s/d)

Mas fica difícil apontar caminhos e acessos às literaturas sem apoio institucional num cenário como ocorrido recentemente com a extinção do Ministério da Cultura o que, felizmente, em 2023, foi recriado. O trabalho conjunto entre órgãos oficiais e sociedade dinamiza o financiamento, o investimento, fazendo com que planos e práticas alcancem produtores e fruidores. Os caminhos para as artes da palavra prescindem de fomento a toda a cadeia produtiva, de maneira justa, diversificada e facilitada.

Desenvolvimento

As ações governamentais são importantes, necessárias e estruturantes, precisam acontecer com frequência e precisam dialogar com as ações da sociedade civil e na potência da juventude. Temos vários caminhos em Salvador. São mais de 100 saraus (JESUS, 2016), *slams*, batalhas de *free style*, batalhas de RAP e outras atividades culturais transversalizadas com a literatura, o que se torna uma rede de democratização do acesso, incentivo à escrita e leitura que se espalha por toda a capital baiana. A Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador também realiza excelente trabalho de mediação de leitura, oficinas de criação literária, e contação de história, bem como se articula com os conselhos de cultura municipal e estadual na propositura de ações governamentais e exigindo a aplicação das leis de cultura. Tem os quilombos educacionais do Urubu, em Cajazeiras, o Gbesa, no Lobato, as aulas de reforço escolar, do Sarau do Cabrito, no Alto do Cabrito. Todas essas e outras iniciativas trabalham com pouco ou nenhum apoio institucional.

Pensar em caminhos é vislumbrar rotas, trilhas, estradas, mapas e, também, incluir a mobilidade entre escritoras/es e leitoras/es, o planejamento viário, a segurança pública. Na discussão dos caminhos é necessário incluir toda a cadeia do livro, leitura, literatura e biblioteca, os artistas da palavra; é necessário incluir todas e todos, indistintamente, para evitar

exclusão e apagamentos históricos das literaturas produzidas por negras/os indígenas, pessoas LGBTQIA+, etc. É preciso corrigir rotas e caminhos, a fim de que haja interatividade, interconexão, bibliodiversidade.

Acessos

Pensar em acesso é pensar também a acessibilidade. Os temas estão imbricados, interligados intimamente. Quando pensar o acesso aos nossos livros, à literatura, precisamos promover a produção de conteúdo diverso, suporte diverso e inclusão de leitores diversos. Há necessidade de criar livros em braile, audiolivro, com fonte ampliada para quem tem baixa visão; pensar no suporte acessível, incluindo as novas tecnologias e redes sociais, democratizar as narrativas, as representações de quem escreve e de quem lê.

Pensar, finalmente, em quão inspiradora é Salvador, sua riquíssima história, os cenários e o povo/personagem e como esses elementos são representados na literatura e quem domina esse campo, quem ocupa os lugares de poder, quem representa, quem ganha com a arte da palavra em Salvador. O bolo precisa ser repartido com justiça entre todas/os e que a Salvador que escreve e não é reconhecida precisa contar sua própria história, protagonizar, sem tradução, sem intermediários. Finalmente, escritoras/es das literaturas diversas e divergentes precisam usufruir e lucrar com sua literatura.

É preciso investir na difusão das memórias de nossos mais velhos:

- Amélia Rodrigues (Santo Amaro, 26 de maio de 1861 — Salvador, 22 de agosto de 1926),
- Bule-Bule (Antônio Cardoso, 22 de outubro de 1947),
- Mestre Didi (Salvador, 2 de dezembro de 1917 — Salvador, 6 de outubro de 2013)
- Jaime Sodré (Salvador, 19 de fevereiro de 1947 — Salvador, 6 de agosto de 2020),
- Luís Gama (Salvador, 21 de junho de 1830 – São Paulo, 24 de agosto de 1882),
- Manuel Querino (Santo Amaro, 28 de julho de 1851 — Salvador, 14 de fevereiro de 1923),
- Mãe Stella (Odé Kayode; Salvador, 2 de maio de 1925 – Santo Antônio

de Jesus, 27 de dezembro de 2018),

- Neusa Santos Souza (Cachoeira, 1948 - Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2008).

É preciso revisitar nossas estrelas e mantê-las em evidência. E também é preciso investir na difusão das memórias de nossos mais novos, com cachês justos, e atendendo representatividade e equidade na participação em eventos literários.

No mercado de trabalho há uma máxima que pode ser usada em analogia: quem não tem experiência não consegue espaço/trabalho e só se adquire experiências quem consegue trabalhar. Para evitar essa ciranda sem saída, o espaço de celebração da literatura precisa abraçar os mais novos, os contemporâneos, colocar todos na gira, da produção, da divulgação, da remuneração. Pode-se citar alguns dos nomes da cena atual, com pessoas mais experientes e pessoas iniciantes, como exemplo: Lívia Natália, Jocélia Fonseca, Rool Cerqueira, Alessandra Sampaio, Vânia Melo, Anajara Tavares, Fabrícia de Jesus, Luz Preta Marques, Gonesa Gonçalves, Fabiana Lima, Lissandra Ramos, As Zeferinas, Fábio Mandingo, Carlos Vilarinho, Ana Quézia Xavier, Davi Nunes, Jairo Pinto, Landê Onawalê, Evanilson Alves, Nelson Maca, Sandro Sussuarana, Marcos Paulo Silva, Hamilton Borges, Andreia Beatriz, Juraci Tavares, Ayran Búfalo, Zezé Olukemi, Gilmara Silva, Gwellwar Adún, Fabiana Moura, Margarete Carvalho, Esteban Rodrigues, Rilton Junior, Bia Santana, Jocevaldo Santiago, Kátia Borges, Rita Santana, Juraci Tavares, Ana Célia Silva, Kelvin Foky, Joana Flores, Jovina Souza, Negreiros Souza, Evanilton Gonçalves, Ludmila Singa, Dejanira Rainha, Lucas de Matos, Leno Sacramento, Kuma França, Yuna Vitória, França Mahin, Lázaro Ramos, Raimundo Moura, Vanise Vergasta, João Vanderlei de Moraes Filho, Ana Fátima, Camillo César Alvarenga, Wesley Correa, Vanessa Coelo, Marcos Cajé, Lorena Ribeiro, Anderson Shon, Deko Lipe, Marcelo Ricardo.

Estas/es escritoras/es estão nos caminhos do fazer literário, e fatalmente não podem estar ausentes em eventos literários, devido a sua importância na construção da cena. Consequentemente, precisam desfrutar da economia gerada por sua arte, estar representadas/os nos lugares de decisão, nas feituas de editais, nas equipes de seleção, nos órgãos oficiais, nos projetos de educação e cultura do Estado.

Representação

Pesquisa da Doutora Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília, demonstra sub-representação e falta de diversidade nas autorias e nas personagens de romances:

dos “258 romances de autores brasileiros publicados pelas três mais importantes editoras do país entre 1990 e 2004”, se extrai que “Os dados mostram que o romance brasileiro contemporâneo privilegia a representação de um espaço social restrito. Suas personagens são, em sua maioria, brancas, do sexo masculino e das classes médias. Sobre outros grupos, imperam os estereótipos. As mulheres brancas aparecem como donas-de-casa; as negras, como empregadas domésticas ou prostitutas; os homens negros, como bandidos”. (DALCASTAGNÈ, 2005).

Esta baixa diversidade de autoria e representatividade de personagens em romances também é percebida em pesquisa publicada no livro “Retratos da literatura baiana contemporânea (2000-2014)”, o que demonstra que mudanças significativas precisam ser realizadas com urgência, sob pena de se manter a grande maioria da população apartada da produção literária e replicar exclusões, injustiças, apagamentos, silenciamentos.

A pesquisa baiana percebe que os vários romances se voltam para um olhar saudosista, narrativas de fatos históricos e questões interioranas, e poucos deles se inspiram nas cidades e questões mais urgentes e contemporâneas:

“(…) pode-se vislumbrar uma carência considerável no tocante aos anseios coletivos, à diversidade cultural e à inclusão mais acentuada das múltiplas diferenças que têm feito parte das reivindicações sociais, principalmente na atualidade.” (LIMA, Lílian. *at.all.* 2022).

E faz um alerta: (...) os resultados da pesquisa podem ser comparados a uma balança literária que pende menos para uma literatura que se entende por marginal e mais para uma literatura que se aproxima de um cânone estabelecido na Bahia.” (Idem, 2022).

A constatação paralela da pesquisa nacional e da estadual precisa ser atacada por todos nós que pensamos em construir um mundo mais diverso e inclusivo. Os questionamentos de nossas ações e nossas críticas devem ser desdobrados: como acessar o cordel e xilogravura, onde acessar

as literaturas das/os escritoras/es negras/os, LGBTQIA+, ciganas/os, indígenas? Qual o incentivo para ilustradores, editoras, livrarias/livreiros? Na cadeia produtiva temos escritoras/es, vendedores, escola, bibliotecas, leitores, mediadoras/es e contadoras/es de histórias, instrutoras/es de escrita, tradução, pesquisa, divulgação, adaptação para outras artes (cinema, teatro etc), crítica, o fomento e as políticas públicas. Mas, há política pública para todas e todos, como todo esse mercado se articula? Há ausências...

E a ausência dessas representatividades silencia, exclui, apaga memórias. E dada a constância dessa falta, pode-se pensar que se trata de algo programado, pensado, organizado, para manutenção do poder nas mãos dos mesmos de sempre? Este apartheid se manifesta na literatura como produto, e também e, principalmente, nos postos de mando, de onde surgem as políticas públicas e os incentivos culturais. A literatura é um espelho da falta de representatividade nas academias de letras, faculdades e universidades, grupos oficiais de pesquisa, fundações, conselhos, secretarias e ministérios, fruto de uma política de exclusão.

Salvador é uma cidade leitora, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Pró Livro em 2019. Apesar de os/as leitores/as da capital terem bastante acesso ao livro, pelo panorama de produção literária e oferta dessa produção ao público, pode-se concluir que estamos repetindo em Salvador o que as pesquisas nacional e estadual revelam: pouca diversidade de temas e autorias.

Leitura (o que nossa cidade está lendo?)

A 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró Livro em 2019 traz números bastante animadores sobre Salvador. Infelizmente não faz o recorte por raça/etnia, a fim de termos uma visão crítica mais diversa. A pesquisa constata que mais da metade dos moradores de Salvador são leitores: 1.600.000 responderam que leem, e 54% são mulheres. Entre estudantes, leitores se dividem igualmente entre os níveis fundamental, médio e superior. Há estudantes em todas as camadas sociais, sendo que 56% deles estão na classe média, 24 por cento na classe alta e 21 por cento na classe baixa. Desses entrevistados, 58% compra livro e 64% deles leram mais de quatro livros em 2018. A influência para leitura

se divide em 57% procura os livros por conta própria, 31% faz escolha por tema/assunto e somente 15% segue indicações e sugestões oriundas da escola. Quase metade dos leitores fazem compra em livraria física, enquanto os demais foram a bancas de jornais, sebos ou lojas especializadas. A pesquisa envolve múltiplos aspectos, analisa várias facetas e traz dados que precisam ser acessados por quem faz a cena da arte da palavra, merece uma leitura mais aprofundada. A participação em clubes de leitura incentiva 20% dos leitores e influenciadores digitais estimulam 26% dos participantes. Um dado crítico: apenas 12% dos leitores foram a eventos literários em 2018, o que acende um alerta sobre a verdadeira explosão de feiras e festas literárias e o que resulta, em prática, na influência de leitoras e leitores. Talvez a estratégia desses megaeventos precise ser repensada.

Os resultados desta pesquisa nos encorajam a continuar incentivando a cadeia da arte da palavra. Há caminhos que se pode trilhar sozinho, mas há muito mais para se realizar em parcerias, como apoiar ações coletivas, democratizar o acesso à informação, fazer intercâmbio lítero-cultural entre interessados, eleger representantes comprometidos com a causa para os conselhos diretivos e tentar influenciar nas políticas públicas. Com informações e pesquisas a caminhada pode ser mais produtiva.

E em anos como 2020/2021, em que as atividades culturais foram as primeiras a serem atingidas pelo isolamento social, a união de artistas, gestores, técnicos e demais trabalhadores da cultura conseguiu aprovar a Lei Aldir Blanc, que deu um respiro a todos. O exemplo positivo de união pode e deve ser replicado no pós-pandemia. O exemplo negativo foi que as editoras baianas acabaram ficando sem qualquer apoio direto relativo à Lei Aldir Blanc.

Travessias literárias

O Caminhos da Leitura é um programa de arte-educação da Prefeitura de Salvador, através da Fundação Gregório de Mattos, por meio da Gerência de Bibliotecas e Promoção do Livro e Leitura, que visa incentivar o hábito e o prazer da leitura, com circulação de livros, exposições, contação de histórias, encontros com escritores, oficinas de produção de bonecos e apresentação de Contos Cantados em escolas, bibliotecas e

praças em diversos bairros da capital baiana.

O objetivo, além do incentivo à prática da leitura, é estimular a implantação de um projeto de leitura permanente nos bairros, como ponto fixo de distribuição de livros em parceria com o projeto Livres Livros e uma biblioteca itinerante em cima de uma bicicleta, Bibliocicleta. (CAMINHOS DA LEITURA, 2019).

Iniciativas da comunidade

A população se articula na escrita, publicação e leitura. Temos exemplos de iniciativas de leituras como o “Lendo a Bahia” e o “Passos Entrelinhas”, idealizados pela escritora Lorena Ribeiro; “Quantas Mulheres Negras Você Leu”, criado em 2016 por Adrielle Regina e Evelyn Sacramento; Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, coordenado por Deise Sacramento; a iniciativa da Livraria Eleye, com Andreia Beatriz e Hamilton Borges, com leitura, crítica literária etc, dentre outros.

O projeto Ler na Praça, organizado por Lázaro César Sandes, tem uma história de mais de 20 anos de atividades em Brotas, onde leitores podem levar livros pra casa ou ler no próprio local, tudo de forma gratuita e desburocratizada, sem necessidade de cadastro ou outro controle. O projeto também recebe doações de livros didáticos e paradidáticos. A iniciativa trabalha sem qualquer apoio institucional. (A TARDE, 2020).

Outra atividade de estímulo ao acesso ao livro e à leitura é realizada pelo movimento Livros Livres, que instala ‘casinhas’ em espaços públicos, que são abastecidos por obras literárias para quem desejar pegar gratuitamente. Em matéria do jornal A TARDE, de 2020, Raissa Martins, a idealizadora do projeto, informa que, desde a fundação em 2015, a iniciativa já distribuiu mais de 30 mil exemplares de livros de literatura. Na matéria jornalística o depoimento de usuários destes espaços provoca aplausos e críticas:

“De acordo com a professora de literatura no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Mônica Menezes, essas ações são importantes, pois “o valor do livro em nosso País é muito alto e a maior parte da população não consegue investir na compra de livros, uma vez que precisa sobreviver”. (Idem, 2020).

Outra importante iniciativa de distribuição gratuita de livros é desenvolvida pelo Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca

desde 2014, através do evento anual Parada do Livro da Bahia, que, além de outras atividades culturais e recital com poetas, doa mais de 30 mil exemplares de livros de literatura, técnicos, dicionários etc, em pleno centro da cidade, no Campo Grande. (A TARDE, 2019)

Conclusão

As Literaturas criadas em Salvador e na Bahia (infantil, infanto-juvenil, adulta, nerd, cordel, acadêmicas, técnicas, de povos de terreiro etc), são produzidas e divulgadas por cada artista ou coletivo a que pertence, muitas vezes por suas contas e riscos, de forma estanque ou articulada com algum grupo ou coletivo. Para que se amplie o poder desses caminhos, cruzamentos amplos precisam acontecer e, para isso, é imprescindível receber atenção e tratamento oficial igualitário, apoio de entidades responsáveis pelo fomento à cultura e literatura, para que as nossas vozes reverberem, influenciem positivamente a sociedade. Com olhar cuidadoso e investimento necessários, se pode evitar privilégios para poucas ou algumas expressões em detrimento e apagamento de outras. Todas devem ter acesso ao fomento, divulgação e fruição de forma igualitária e democrática.

Artistas da palavra precisam ser celebrados, aplaudidos, convidados para eventos de todas as grandezas, circular por feiras e festas literárias, terem seus textos expostos, lidos, comentados, resenhados, estudados em grupos de pesquisa, indicados para vestibular, serem eleitas/os para academias, indicados para prêmios literários. Precisamos aproveitar a oportunidade de ouro que temos em estar no universo em que estas estrelas respiram e produzem, onde estas pessoas andam, circulam, vivem. Aproveitar e promover quem mantém, quem sustenta, quem sonha e realiza sonhos no fazer literário cotidiano, com ou sem edital público, com ou sem financiamento, com ou sem holofote, com ou sem retorno financeiro, com ou sem convite para ser homenageado/a.

Precisamos fazer convênios, participar das atividades oficiais e não oficiais, feiras, festas, encontros, bienais etc; precisamos estar nos lugares de poder e decisão, através dos conselhos municipais, colegiados setoriais, conselho estadual de cultura, secretarias de cultura e educação. As ferramentas de exclusão precisam ser enfrentadas, denunciadas e desmontadas.

Temos profissionais em todos os elos da cadeia produtiva, e temos força e inteligência. Já atuamos e quebramos barreiras. Fernanda Felisberto defende que é preciso que autoras/es negras/os protagonizem ações no campo literário, e não apenas sejam objeto de pesquisa. (MARGENS DA PALAVRA, ago. 2020). João Vanderlei de Moraes Filho defende que é necessário que o campo se organize, editoras, escritores, livreiros, para promover o livro, a leitura, a literatura, o acesso e o pensar sobre (MARGENS DA PALAVRA, set. 2020). Articular é urgente. Prosseguir na luta é essencial.

Referências

COMPARE o acesso à cultura em 12 capitais. **Cultura nas capitais, 2020**. Disponível em: <<http://www.culturanas capitais.com.br/>>. Acesso em: 18 de mar. 2023.

BAHIA, **Lei nº. 13.193, de 13 de novembro de 2014**, (Lei da Cultura da Bahia).

BRITO, Bruno. **OLHAR SOCIAL: projetos acreditam no poder transformador da doação de livros**. A TARDE, 2020. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/olhar-social-projetos-acreditam-no-poder-transformador-da-doacao-de-livros-1108667>>. Acesso em: 18 de mar. 2023.

CAMINHOS DA LEITURA, 2019. Disponível em: <<https://fgm.salvador.ba.gov.br/caminhos-da-leitura/>>. Acesso em: 21, mar. 2023. Sem autor: Caminhos digitais da leitura.

DALCASTAGNÈ, Regina. **A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004**. Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2123/1687>>. Acesso em: 18 mar. 2023.

Instituto Sociocultural Barretos, s/d. Disponível em: <<https://instituto-socialhcb.com.br/midia/a-arte-como-instrumento-de-transformacao-social>>. Acesso em: 22, mar. 2023.

Sem autor: **A arte como instrumento de transformação social**.

JESUS, Valdeck Almeida de. **Saraus de Poesia em Salvador**. Salvador, 06 dez. 2016. Disponível em: <http://sarausdepoesiaemsalvador.blogspot>.

com/. Acesso 19 mar. 2023.

LIMA, Lílian de Oliveira Almeida. et al. **Retratos da literatura baiana contemporânea (2000-2014)**. Salvador: Edufba, 2022.

MARGENS DA PALAVRA: **Diversidade e mercado editorial**. [Locução de]: Edma de Góis e Luciana Moreno, entrevistam Fernanda Felisberto. Lauro de Freitas-BA: Speaker from heart, 18, ago. 2020.

_____: **Políticas do livro e da leitura**. [Locução de]: Edma de Góis e Luciana Moreno, entrevistam João Vanderlei de Moraes Filho. Lauro de Freitas-BA: Speaker from heart, 17, set. 2020.

QUANTAS mulheres negras você leu?. **Lendo Mulheres Negras, 2016**. Disponível em: <<https://www.lendomulheresnegras.com.br/>>. Acesso em: 21, mar. 2023.

QUINTA edição da **Retratos da Leitura no Brasil** – Salvador (BA). Pró Livro, 2019. Disponível em: <Salvador (BA) – Pró-Livro (prolivro.org.br)>. Acesso em: 18 de mar. 2023.

REDAÇÃO. **VI edição da Parada do Livro distribuirá 40 mil livros**. A TARDE, Salvador, 22, out. 2019.

REDE de **Bibliotecas Comunitárias de Salvador, 2021**. Disponível em: <<https://redebc.com.br/rbcs-fortalecendo-raizes-ganhando-asas/>>. Acesso em: 22, mar. 2023. Sem autor: RBCS Fortalecendo Raízes – Ganhando Asas.

DAS AJUDAS DO INVISÍVEL EM *O CRIME DO CAIS DO VALONGO* DE ELIANA ALVEZ CRUZ

Douglas Santana Ariston Sacramento³⁶

Introdução

Dentre as nuances do conceito de contemporâneo dentro da literatura, o pesquisador Jorge Augusto Silva (2018) aponta uma problemática perpetuada pelas Ciências Humanas, que categoriza e encaixota as produções literárias, assim excluindo a diversidade de produções feitas por sujeitos que não são hegemônicos.

Para o pesquisador (2018), é possível perceber esse esforço de normatização quando se observam os livros que reúnem autores contemporâneos, ou uma tentativa de caracterizar o que é ser um sujeito na contemporaneidade. Como aponta o autor:

[...] singularizando o contemporâneo como categoria organizativa da diversidade da literatura brasileira deixava-se de tensionar o que, para nós, é mais central: a própria validade das categorias de *literatura brasileira*, e de *contemporâneo* como organizativas de uma totalidade e sua eficácia classificatória, diante da diversidade das produções textuais. (SILVA, 2018, p. 38, grifo do autor)

Logo, para o pesquisador negro, o contemporâneo tem que se colocar “em disputa” (AUGUSTO, 2018, p. 39), e ao pô-lo neste campo discursivo em questionamento, Jorge Augusto evoca o filósofo italiano Giorgio Agamben, com o seu texto “O que é o contemporâneo?”, cujas propostas, de acordo com o intelectual negro, precisam ser alargadas. Ou seja, para entender outras produções literárias, externas a uma centralidade hegemônica, é preciso entender o contemporâneo como “noção territorial” (SILVA, 2018, p.40).

³⁶ Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos pelo Pós-Afro/UFBA. Mestre em Literatura e Cultura pelo PPGLitCult/UFBA. Licenciado e Bacharel em Língua Estrangeira Moderna – inglês pela UFBA. Graduando em Ciência Sociais pela UFBA. Bolsista CAPES. E-mail: douglas.ariston.18@gmail.com.

[...] Para nós, antes de tudo, para alargar a ideia de contemporaneidade, tornando-a menos homogênea, e incluir nela as produções feitas a partir das periféricas, é necessário abandonar a ideia de que o contemporâneo é uma noção temporal, para elaborar o conceito centralizado e hegemônico de modernidade. O Contemporâneo, além de temporal, é, decididamente, uma noção territorial. (SILVA, 2018, p. 40)

Assim, a literatura negra - inserida nessa periferia epistêmica - teria especificidades em sua estética e labor literário, o que resulta em Jorge Augusto Silva (2018) categorizá-la como uma literatura multimodal, cujas questões vinculadas à oralidade e ao corpo perpassam pelas produções literárias de sujeitos negros.

Esta multimodalidade é inerente ao corpo negro e atravessa o seu fazer literário. Jorge Augusto Silva (2018) discorda dos teóricos que compreendem a literatura contemporânea como inespecífica – consequentes as fronteiras literárias em diluição -, e pensa no viés político que as multimodalidades corporais dentro do tecido literário trazem:

[...] Na *literatura-terreiro*, como na literatura indígena, ou na *oralitura* dos Congados, a *multimodalidade* não é o resultado de uma interssemiose, de processos linguísticos que existiam em separado, ela é a própria condição de existência do enunciado literário, forma irredutível de operação dos processos criativos e usos da linguagem. (SILVA, 2018, p. 51, grifos do autor)

Então, a literatura periférica tem características que atravessam e rasuram uma teoria calcada, no contemporâneo, pelo hegemônico. É essa literatura negra, e suas particularidades, que outros intelectuais estudam, e na qual esboçam suas construções teóricas, para entender como dentro dessa constelação encaixotadora existe um furo.

A Literatura Negra é muito produzida no Brasil, mas marcada por silenciamentos e apagamentos de sujeitos que escreveram durante toda uma vida. Temos, em nosso país, um grande marco dessa produção no século XX - as publicações dos Cadernos Negros e o Jornal do MNU -, aqui tomado como marco para compreender uma escritora negra contemporânea. Estes trabalhos foram estudados na tese da Professora do ILUFBA Dr^a Florentina da Silva Souza (2005), que retrata como essas publicações são atos de resistência dentro da malha de mortes no campo do simbólico. As publicações tinham temáticas:

[...] [que] inovam na proposição de imagens que desestabilizam os estereótipos negativos dos afrodescendentes e na explicitação do desejo de emancipá-los, por meio da concretização de mudanças na ordem das representações e dos lugares sociais, um tema quase ausente na produção literária brasileira instituída. Inovam, ainda, na formação de um público leitor, majoritariamente afro-brasileiro, que é estimulado a refletir sobre seus lugares e papéis na vida do país. (SOUZA, 2005, p. 12)

Disso resulta a influência para toda uma comunidade negra que escreve a partir deste período, pois os Cadernos Negros e o Jornal do MNU servem como porta de entrada para muitos negros e negras publicarem pela primeira vez. Ademais, há uma especificidade cultural que essas publicações trazem à tona ao ilustrarem a cultura negra, a problemática do racismo e como combatê-lo. Para alguns desses autores, existe a necessidade de retornar a determinados fatos e representações estereotipadas construídas no passado, de forma a rasurá-los, como aponta Souza (2005):

Quando um grupo precisa constituir seu discurso identitário, recorre à memória histórica para fixar os elementos que, no passado, constituíram a vida grupal e foram utilizados para caracterizá-lo; erigirá uma imagem que possibilite ao grupo reconhecer para si e para os outros suas diferenças étnicas, culturais, ou históricas, úteis e imprescindíveis para a construção do discurso identitário. (SOUZA, 2005, p. 61)

Nessa leva de produções posterior ao surgimento dos Cadernos Negros e do Jornal do MNU, destaca-se a escritora Eliana Alves Cruz (2018), nascida no Rio de Janeiro, jornalista esportiva por carreira, mas escritora de textos literários desde 2016. Nesse mesmo ano, publicou o *Água de Barrela* e, com *O crime do cais do Valongo*, chega ao prêmio Oceanos. Em 2022, ganhou o prêmio Jabuti na categoria de contos com o livro *A vestida*.

O crime do cais do Valongo tem como mote um homicídio no século XIX: um homem branco escravagista é encontrado morto dentro de sua casa. O livro é dividido em dois pontos narrativos: o do investigador negro que tenta resolver o caso, e o de uma mulher negra que trabalhava na casa - a Muana, oriunda de Moçambique.

A partir das narrativas que Muana escreve, compreendemos o contexto em que o assassinato está emaranhado, e como a história de travessia do Atlântico Negro e da vida dessa personagem em Moçambique

é marcada pela morte e pelos caminhos de seres invisíveis. Assinala-se destarte que, para a nossa cultura, a morte não é o fim, mas que há um mecanismo e uma organização no pós-morte.

Portanto, este artigo objetiva explanar os seres invisíveis presentes na obra de Eliana Alves Cruz, e como é possível fazer uma leitura com base nas religiões de matriz africana. Assim compreendendo que a relação da morte com a vida não é fim e início, mas etapas de continuação de vivências do sujeito, em âmbitos diferentes.

Morte e suas especificidades

No cenário dos estudos acerca da temática da morte, há filósofos de origem eurocêntrica que delimitam com base em dogmas religiosos - ou por meio de postulados filosóficos metafísicos - que a morte é o findar-se. Então, todos os sujeitos caminhariam para o fim com o passar dos anos.

Para George Bataille (2017) – que estudou a morte num contexto muito específico, pois estamos falando de um pensador que estava dentro dos movimentos de vanguarda na França do século XX –, a morte é a finitude do ser humano, o fim, e o homem luta constantemente para recalcar tal verdade. De acordo com esse filósofo, ocorre um desrecalque quando o sujeito enxerga o corpo morto do outro. Ou seja: é quando percebemos que somos seres finitos dentro do universo, e que essa constatação tentamos esconder, ludibriar ou vivenciar constantemente.

Os seres que se reproduzem são distintos uns dos outros e os seres reproduzidos são distintos entre si como são distintos daqueles de que provieram. Cada ser é distinto de todos os outros. Seu nascimento, sua morte e os acontecimentos de sua vida podem ter para os outros algum interesse, mas ele é o único interessado diretamente. Ele só nasce. Ele só morre. Entre um ser e o outro, há um abismo, há uma descontinuidade. (BATAILLE, 2017, p. 36)

Percebo que o autor traz, na sua construção teórica, o individual, mas de forma universalista: sem abarcar as especificidades dos indivíduos e coletividades. Segundo Bataille (2017), nós lidamos com a morte e seus mistérios o tempo todo, como no gozo ou no sacrifício - mecanismos que aproximam o sujeito do fim.

Existe, portanto, no Ocidente, o horror à morte, por causa das

interdições que a temática evoca na construção da civilização ocidental. O que leva a um *modus operandi* de constantemente esquecermos o fato de que morreremos. Outra característica dessa aversão à morte é o horror ao corpo putrefato, posto embaixo da terra – uma ritualística que evita o contato com as etapas de desaparecimento da matéria.

[...] Essa reação é a mais forte na espécie humana, e o horror à morte está ligado não apenas ao aniquilamento do ser, mas também à podridão que devolve as carnes mortas à fermentação geral da vida. Na verdade, somente o profundo respeito ligado à representação solene da morte, que pertence à civilização idealista, desenvolveu uma oposição radical. O horror imediato mantinha – ao menos vagamente – a consciência de uma identidade entre o aspecto terrificante da morte, sua corrupção fétida, e essa condição elementar da vida, que revira o estômago. (BATAILLE, 2017, p. 80)

Essa visão não dá conta das especificidades que o romance da Eliana Alves Cruz retrata, pois Muana tem uma relação com o pós-morte bem intrínseca à sua construção de identidade. É uma mulher, negra e escravizada, que passou pelos horrores do navio negreiro e perdeu o marido. Enxergar os mortos é uma forma de tentar saber se o marido está vivo ou morto. Enxergar os mortos é uma forma de permanecer ligada à cultura de sua terra moçambicana.

[...] Deixe-me lhe contar algo sobre a morte, senhor advogado. Para nós ela não existe. Apenas vamos viver em outro lugar, junto aos ancestrais, mas para isso precisamos de sepultura digna ou continuaremos vagando aqui, onde não é mais nossa morada, assombrando os vivos e o mundo. (CRUZ, 2018, p. 138)

Para a cultura negra a morte não é o fim, como aponta o pesquisador José Sant'Anna Sobrinho (2015), cujo livro sobre Terreiros Egúnguns da Bahia mostra que o morto retorna – sob vestes coloridas, denominadas *Opá* -, dança e é cultuado pelos vivos e pela comunidade com a qual mantem os elos e obrigações de retorno. Há terreiros de culto Egúngun que realizam essas ritualísticas, mantendo a ancestralidade em um *continuum* funcionamento dentro da comunidade-terreiro.

No entendimento da ancestralidade, a morte não representa simplesmente o fim da vida humana, mas sim que a vida terrestre se prolonga em direção à vida além-túmulo. Tudo isso em algum lugar

dos nove espaços do orum (mito de Oya), local de morada dos seres desprovidos de emi (função viral respiratória), dada por olorun babá oludumaré. (SOBRINHO, 2015, p. 39-40)

Entende-se como uma passagem e um encontro com os seus e, a depender da iniciação do indivíduo – ou falta dela - dentro de uma religião de matriz africana, haverá distinções: Ègún e Egúngún. Para Juana Elbein dos Santos (2012), no primeiro caso, por não ter tido ritos para adentrar no *Orun*, vaga-se pelo *Aiye* (terra); no segundo caso, as entidades receberam os ritos depois do óbito, e podem se tornar ancestrais para conviver com os Orixás. Ou seja: o cargo do sujeito dentro da comunidade-terreiro engendra rituais específicos.

O *aiyê* é o nosso mundo com vínculos inseparáveis com o *orun*, o outro mundo. A morte e a vida formam o círculo que se completa com os dois mundos, comunicáveis através dos rituais, do jogo de búzios, do sagrado mítico-religioso e dos ancestrais. Os mortos dão continuidade à vida. (SOBRINHO, 2015, p. 62).

Aqui, temos algo paralelo ao que ocorre com as narrativas vinculadas aos grupos de linhagem Nagô, tomado como ponto de partida para compreender como ocorre o pós-morte: Muana enxerga os seres incorpóreos que foram mortos pela violência do sistema colonial escravagista, por não serem considerados sujeitos.

[...] Naquela altura, apenas com 13 estações das chuvas, eu já possuía dois ancestrais sem residência e errantes nesta Terra de dores. Eles me visitam com os grupos dos que não foram, me suplicam e não sei que fazer para que encontrem a casa dos nossos mais velhos. (CRUZ, 2018, p. 138)

O contato de Muana com os seres invisíveis durante a travessia do Atlântico Negro só é possível por causa da ancestralidade – entendida como uma concepção em rede -, que faz a protagonista do romance não estar sozinha no mundo, mas ligada à sua comunidade vinda de África, e com os seus ancestrais mortos, aliados do direito a um rito fúnebre.

A ancestralidade, portanto, faz a ligação entre tempos, e entre esferas e domínios espaciais, pois tudo estaria interligado numa rede conduzida pela força ancestral negra. Destarte, a sensibilidade de ouvir e enxergar esses seres invisíveis, e a tentativa de realizar uma boa passagem para seus

entes, fazem parte desta força. Como expõe Leda Maria Martins (2021):

[...] Canal de força vital, a concepção ancestral. Como um novo, inclui, no mesmo circuito fenomenológico, as divindades, a natureza cósmica, a fauna, a flora, os elementos físicos, os mortos, os vivos e os que ainda vão nascer, concebidos como anéis de uma complementariedade necessária, em contínuo processo de transformação e de devir. (MARTINS, 2021, p. 203)

Por tais instâncias estarem em constante devir, não há separação (como em outras religiões). Muana está dentro desta rede e presentificando as formas de devir dentro da ancestralidade, portanto, aquele que morreu não é excluído, mas se insere em uma nova função dentro da rede, como aponta Leda Maria Martins (2021):

[...] Tudo faz parte de uma mesma cadeia sintagmática, nada excluindo nada; a ordem dos vivos e dos mortos se interpenetram, constituindo um universo significativo. Mesmo na morte, na dinâmica das transformações, incide o gesto profético do devir como reminiscência da metamorfose necessária para a urgência, emergência e continuidade da vida e do hálito sagrado que em tudo pereneamente habita e se manifesta. (MARTINS, 2021, 204-205)

Contribuindo para entender que, dentro da narrativa, as instâncias separadas entre vida e morte são ligadas e complementares dentro da cultura negra de base religiosa afro-diaspórica, fazendo com que contatos com os seres invisíveis estejam dentro da normalidade vivenciada por pessoas que frequentam essas religiões de matriz africana. Desta forma, a não existência de uma separação cabal entre vida e morte traz à tona uma pluralidade de outros modos de entender essas instâncias, que outrora foram marcadas por terror e medo.

Considerações finais

A apresentação deste trabalho pretende mostrar a existência de um mundo cultural sobre a temática da morte, e como a literatura ajuda a plasmar tais questões; mas, para além disso, mostrar a carga política da narrativa, pois os seres invisíveis não estão presentes nela de forma aleatória, e sim para mostrar a ausência de um culto a esses sujeitos mortos no período da colonização.

A morte é um recomeço, uma passagem, e a cultura negra retrata esses caminhos e passagens com suas narrativas orais, que desembocam na literatura escrita. Eliana Alves Cruz tem essa potência em mãos e demonstra que a morte é recorrente, e um tema urgente na contemporaneidade, mesmo que a obra se passe no século XIX.

Referências

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CRUZ, Eliana Alves. **O crime do cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os nagô e a morte: Pàde, Asèsè e o culto Egun na Bahia**. Traduzido pela Universidade Federal da Bahia. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, José Augusto. Contemporaneidades periféricas: primeiras anotações para alguns estudos de caso. In: _____. (Org.). **Contemporaneidades periféricas**. Salvador: Editora Segundo Selo, 2018. p. 31-70.

SOBRINHO, José Sant'anna. **Terreiros Egúngún: um culto ancestral afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cardemos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

O LUGAR DA MULHER SOB O OLHAR DE UM ESCRITOR: UM ESTUDO SOCIOLÓGICO DO FEMININO EM LIMA BARRETO (1902-1922)

*Silvana Mansano*³⁷

Introdução

Neste artigo pretendemos analisar, dentro de algumas obras de Lima Barreto, quais os discursos e práticas sociais que delimitaram os espaços femininos na Primeira República (1890-1930). O recorte entre os anos de 1902 a 1922, onde temos sua produção literária, trata-se de um período de grandes mudanças físicas e sociais do Rio de Janeiro, sendo o escritor testemunha de como essas mudanças não colaboraram para melhorar a condição da mulher, pois o espaço privado continuou reservado a ela e o homem seguiu no espaço público.

A intenção é examinar o lugar do feminino na obra barretiana, desdobrando-se na mulher negra e mulher branca e em como o escritor costurou e inter-relacionou essas personagens, para tecer análises que nos mostrem como esses universos se encontram e qual era o lugar delas que o escritor desejava nos mostrar.

As fontes analisadas que poderão nos dar essa resposta são crônicas, diários, correspondências e, em especial, os romances *O triste fim de Policarpo Quaresma*, *Clara dos Anjos*, *Numa e Ninfa*, *Recordações do escrivo Isaias Caminha*.

O trabalho de análise sociológica de obras literárias foi uma das descobertas mais encantadoras na minha formação acadêmica e o que catalisou minhas preocupações intelectuais nos últimos anos. Foi instigante compreender a dinâmica que envolve o processo de criação do escritor e

37 Socióloga, Advogada e Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília-SP.
E-mail: silmansano679@gmail.com.

como isso catapulta uma obra literária que nos leva a entender elementos importantes de um período sócio-histórico ao qual as Ciências Sociais não estiveram muito presentes. Decorridos quase dez anos após minha primeira tentativa de análise sociológica de uma obra literária na graduação, atravessando o mestrado e a defesa da dissertação, nada abalou meu encantamento pela Sociologia da Literatura e, em especial, pelo escritor Lima Barreto e a Primeira República.

Para concretização da pesquisa, entre os diversos estudiosos, temos os aportes teóricos sobre a mulher que se ancoram em Rago (1985), Sohiet (1989), Vasconcellos (1992); sobre como o racismo atua temos Almeida (2018g), Biko (1990), Fanon (2008).

O aporte metodológico de como analisar uma obra literária com enfoque sociológico está com Candido (2006), que colabora para o entendimento de como a literatura de Lima Barreto captura os fenômenos sociais e os interpreta, ou melhor, a intenção é responder às questões já propostas pelo estudioso em *Literatura e Sociedade: qual a influência do meio social sobre a obra de arte?* e, também, *qual a influência da arte sobre o meio?* Para o estudioso, não devemos enxergar a arte apenas como um decalque da realidade, pois isso faz turvar a compreensão de fenômenos histórico-culturais de um povo; torna-se importante compreender o tripé obra-autor-estrutura social. Somente assim se torna possível uma leitura sociológica que contemple o interno e o externo da obra. (2006, pp.05-33).

Desenvolvimento

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922)³⁸, nasceu e viveu em um Brasil que passava por imensas transformações. Neto de escravos, filho de um tipógrafo e uma professora, a família Lima Barreto será atingida pelas mudanças que se apresentavam (BARBOSA, 2012). O final do Século XIX trouxe o período conhecido como Primeira República (1890-1930) com mudanças no campo político, com o fim do regime monárquico e o início do regime republicano; no campo econômico, com o fim da escravidão e a chegada dos imigrantes e, no campo social, com a continuidade

³⁸ Francisco de Assis BARBOSA publicou em 1952 a mais extensa e rigorosa biografia sobre Lima Barreto, exatamente por ter tido amplo acesso aos diários e anotações deixados pelo escritor. *A vida de Lima Barreto*, 2012.

da situação da mulher, além de uma imensa população de negros desamparados e sem qualificação necessária para se inserirem na nova ordem capitalista que se apresentava. Com um imenso talento, o escritor fará importantes análises desse período.

Lima Barreto vivia na cidade do Rio de Janeiro, que era a maior metrópole do Brasil. Capital do país, portanto era a cidade que detinha grande importância política, econômica e cultural, o que a tornava um centro nervoso das grandes transformações que empurravam o país à modernização e a tão sonhada civilidade. (CARVALHO, 1987). Se, na Europa, Paris era o arquétipo da modernização, aqui o Rio de Janeiro será o grande catalisador das maiores mudanças do país, totalmente inspirado pela *belle époque*.

Segundo Sevckenko (1995), a inserção compulsória do Brasil na *belle époque* fica marcada por um período de negação do passado escravista e de forte espírito cosmopolita que impulsiona a modernização, assim como assinala que o país passa por um momento de intensa turbulência social que se arrasta por uma série contínua de crises políticas, como as de 1889, 1891, 1893, 1897, 1904. Com o advento de tantas crises no ambiente político, há uma mudança nos cargos decisórios e rendosos, que passam às mãos de grupos que acabaram de chegar à alta sociedade. Também há uma intensa penetração do capital estrangeiro, o que contribuiu para ativar inúmeros negócios.

As grandes mudanças da capital vieram com o Presidente Rodrigues Alves (1902-1906), que monta uma equipe de políticos e profissionais à qual concedeu poderes irrestritos, com a finalidade de tornar o Rio de Janeiro o cartão-postal do país (SCHWARCZ, 2017). O Presidente nomeará por decreto o Prefeito Pereira Passos (1902-1906), que era engenheiro, ficando sob sua responsabilidade a condução da reforma urbana e a consequente necessidade de trazer o ar da *belle époque* à capital brasileira. Com o objetivo de modernizar a cidade, Passos realizou inúmeras demolições, prática conhecida como o “bota abaixo”, para dar o ar de civilidade à capital. Fez o saneamento, alargou avenidas, modernizou os portos, inaugurou o calçamento asfáltico, fez a arborização, aumentou as linhas de bonde e muitas outras mudanças. (REIS, 1977). É assim que a cidade do Rio de Janeiro emerge com intensa febre de consumo e começa a se despedir de seu aspecto de colônia para se assemelhar às grandes

metrópoles europeias. O marco dessa grande mudança é a construção da Avenida Central, em 1904, lugar de passagem que se transforma em exposição de mudanças estéticas nas vestimentas, saindo o preto taciturno para dar lugar aos tecidos alegres e coloridos; a preguiça sai para entrar o trabalho. (SEVCENKO, 1995, p. 51).

Mas não houve apenas crescimento neste Brasil em mudanças, pois muitas doenças eclodiam por aqui há algumas décadas, assim como o saber médico para erradicação das epidemias se intensificou. Entre as doenças que assolavam a população, tínhamos varíola, tuberculose, malária, febre amarela, cólera, peste bubônica e tifo. O homem selecionado para dar fim às inúmeras epidemias e promover o saneamento da capital era o médico sanitarista Oswaldo Cruz, que em 1903 é nomeado Diretor Geral da Saúde, estando sob sua responsabilidade a erradicação da varíola, peste bubônica e febre amarela. (CARVALHO, 1987). A obrigatoriedade de vacinação em massa, aliado à destruição de moradias humildes com a desculpa da profilaxia, fez com que culminasse na Revolta da Vacina em 1904 – e a população negra e pobre será a mais atingida. Sevcenko (2003) diz que a Revolta da Vacina ocorreu devido à indignação de inúmeros setores da sociedade carioca que eram contrários a essa nova práxis, levada com mais violência e autoritarismo a partir de 1902. Quem defendia a expulsão da população humilde usava o discurso de que era necessário a “regeneração” para que o país fosse alçado à tão sonhada “modernização”, onde não haveria mais lugar para negros e pobres.

Outro fenômeno importante a se destacar nesse período é a ascensão das teorias raciais, que surgem como resposta científica para que o país rume ao branqueamento da população, pois tudo de ruim se vinculava ao negro. As teorias raciais se transformam em um argumento de sucesso para o estabelecimento de critérios diferenciadores de cidadania, bem como meio de pensar um projeto civilizatório para o país, além de legitimarem as diferenças sociais da antiga ordem escravocrata. (SCHWARCZ, 1993, p. 27).

A cidade que se transforma surpreende o jovem Lima Barreto: “De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se obtida por uma mutação de teatro. Havia na coisa muito de cenografia”³⁹.

39 BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*, 2018, p. 106.

Este jovem curioso amadurecerá nesta cidade fronteiriça entre o antigo e o novo, repleta de avanços e transformações, ao mesmo tempo em que mantinha e aprofundava muitas injustiças que castigavam os moradores mais vulneráveis e que engessava a mulher no lugar em que sempre foi dedicado a ela: o de filha, esposa e mãe. Para Coutinho (1972), Lima Barreto soube avaliar a miséria estética e humana dos que escreviam sob o intimismo da sombra do poder e, por isso, busca uma nova literatura “que conjugue indissolúvelmente a grandeza estética com um profundo espírito popular e democrático, com a aberta tomada de posição em favor dos ‘humilhados e ofendidos’” (1972, p. 18).

No ensaio *O destino da literatura* Lima Barreto nos diz: “o fenômeno artístico é um fenômeno social, para não dizer sociológico (...) o destino da literatura e da arte há muito deixou de ser unicamente a beleza, o prazer e o deleite dos sentidos” (2018, v. 2). O escritor defende a presença da sociedade como elemento gerador e determinante da própria organização artística e desta forma ele entende que conceber literatura é um fenômeno sociológico, sendo que isso irá permear toda sua obra. Enxergando a literatura dessa forma, Lima Barreto, uma testemunha das grandes mudanças do país, adotou uma estética com linguagem deslocada das normas cultas, inaugurando o Pré-Modernismo⁴⁰, sendo que sua ética o levou a abordar temas importantes no processo de modernização. A estética adotada confrontou as escolas literárias da época, ao mesmo tempo em que escancarou a realidade social a que estavam submetidas as mulheres.

Dentro dos estudos já empreendidos, a obra *Clara dos Anjos* me possibilitou abordar a questão da mulher negra e sua inserção na Primeira República, tendo sido o Norte que me guiou até aqui. Ao expandir os horizontes durante a Pós-Graduação, percebi em meus estudos que Lima Barreto, em diferentes obras, costura e inter-relaciona mulheres negras e brancas em diversas situações que, em comum, tem o bloqueio social imposto em uma época conservadora, pois se encontram igualmente tolhidas por uma sociedade que se recusava a inseri-las em pé de igualdade com

40 Segundo Alfredo BOSI, o Pré-Modernismo, até hoje, não foi reconhecido como escola literária. É tratado somente como um período de transição entre o Simbolismo, que finaliza em 1922, e o Modernismo, que se iniciará no mesmo ano. Essa transição rompe com a estética do fim do Século XIX e com o Simbolismo vigente no início do Século XX. *A história concisa da Literatura Brasileira, 1994.*

o homem. Se a mulher negra foi para ele um assunto que o incomodou a ponto de criar uma protagonista negra em *Clara dos Anjos*, a condição da mulher branca também não ficou longe de sua visão – as mulheres são para ele, portanto, muito caras.

O ano de 1902 marca a estreia do escritor em jornal, com artigos e crônicas; o ano de 1922 marca não apenas sua morte, mas a finalização de sua importante obra *Clara dos Anjos*, que faz parte de uma das fontes a serem analisadas nesse artigo.

O primeiro momento será o de trazer à baila uma investigação sobre as condições e os lugares da *mulher branca* na Primeira República, que pouco havia mudado desde a monarquia.⁴¹ Se o país rumava ao progresso, a questão de gênero permaneceu um tabu que, em termos de direitos civis, praticamente não se rompia. Mesmo a República sendo representada, simbolicamente, por uma figura feminina, isto pouca influência teve nas conquistas civis das mulheres. De acordo com Furtado (2003), a mulher foi mantida longe do espaço público, pois o espaço privado era o espaço da subordinação, onde havia opressão e também violência.⁴² Dessa forma, não era possível se atingir a liberdade e a igualdade na esfera privada por se tratar de um fenômeno pré-político; isso seria possível somente depois de vencida essa barreira, alcançando a liberdade na esfera pública (2003). Assim, a obra *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1916) traz uma ótima possibilidade de análise do espaço reservado ao universo feminino, em especial destaque à questão do matrimônio e educação, com as personagens brancas Adelaide, dona Maricota, Ismênia e Olga. Em *Numa e Ninfa* (1915), com a personagem Edgarda, veremos como a atuação do matrimônio pode ser um encarceramento que causa a mais completa infelicidade.

De acordo com Sohiet (1997), na Primeira República a mulher deveria ser limitada a cumprir papéis específicos, pois a inferioridade da razão não poderia ser contestada, cabendo a ela os afazeres do lar, a obediência

41 As obras de Lima Barreto mencionadas no corpo do texto têm as datas de suas primeiras publicações, para melhor localização do período histórico.

42 Fabiana Câmara Furtado recorre a Hannah Arendt e sua obra *A condição humana*, para explicar a separação da vida em esfera privada e esfera pública. Arendt, por sua vez, diz que na Grécia antiga o espaço privado era o local onde o chefe da família imperava com poderes quase despóticos, onde mulheres, crianças e escravos viviam para satisfazer o chefe dessa família. (2003)

ao marido, a fidelidade e o cuidado com a prole. No que concerne à educação, as mulheres poderiam, no máximo, cursar as escolas normais, que as preparariam para viverem o mundo doméstico; por outro lado, os homens poderiam ingressar no curso secundário almejando o ensino superior. (1997). A educação prosseguiu sendo a mesma, com muitas limitações para que a mulher prosseguisse sendo a extensão do homem, pois o país, herdeiro da cultura lusa, inseriu tardiamente o direito da mulher escolarizar-se. E, ao fazer essa inserção lenta e tardia, ainda implementou uma diferenciação nos currículos: “nas escolas primárias masculinas, ensinavam-se a leitura, a escrita e conhecimentos de aritmética, geografia e línguas; nas femininas, ensinavam-se as primeiras letras, gramática portuguesa e francesa, os “trabalhos de agulha”, a música, o canto e a dança”. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.80)

E no início do Século XX poucos avanços ocorreram nos direitos da mulher. Na esfera pública a igualdade não havia chegado, pois às mulheres ainda eram reservados somente os papéis de filha, esposa, dona-de-casa e mãe; só poderiam sair acompanhadas de algum parente ou do marido; trabalhos eram pouquíssimos e necessitavam de autorização de familiares ou do marido.

Maluf; Mott (1998) mostram que houve alguma mudança no comportamento feminino no período, que se transformou juntamente com a *belle époque*. A mudança foi fortalecida pelo maior acesso aos folhetins, às revistas, aos livros e aos jornais. Essa nova roupagem trouxe rapidez na publicação de romances de folhetins e revistas, trouxe crônicas e capítulos de livros que levariam não apenas informação variada, mais rápida e diversão, mas um conhecimento sobre o que ocorria em outros países e que as fariam refletir sobre sua condição. Essa variedade de linguagens, questionamentos e inovações que as cidades apresentavam, fez despontar intelectuais de ambos os sexos que apontaram como os responsáveis pela destruição da ordem social e dos costumes, essas inovações que ocorriam na rotina das mulheres, que impactariam as relações entre homens e mulheres. (MALUF; MOTT, 1998, pp. 371-372)

Cabe-se a ressalva da pouca alfabetização em geral, ainda mais acentuada à mulher, o que fez persistir as diferenças de gênero. Mas para Meyer (1996) alguns fatores driblariam essa dificuldade de acesso àquelas

que não eram alfabetizadas, fazendo com que os folhetins tivessem uma disseminação diferenciada entre as mulheres no início do Século XX: as famílias extensas que contavam com muitos serviçais, as habitações populares coletivas, cortiços e vilas operárias, aliado ao fato do país ter se formado pelos padrões da *oralidade*, teriam um efeito multiplicador importante nessa disseminação.

Para Buitoni (1981, pp. 28-29) a imprensa voltada às mulheres estava em duas direções opostas: uma tradicional, que seria aquela que afirmava que a mulher deveria permanecer no espaço privado do lar, desenvolvendo suas potencialidades de dona-de-casa e sendo feminina; a outra imprensa era progressista e iria enfrentar grandes batalhas nas lutas pelo direito da mulher, em especial à educação. Muitas revistas femininas surgiram para formar mulheres aos moldes conservadores, sendo que apenas em 1914 será criada e fundada por mulheres a Revista Feminina, que abarcava assuntos mais diversos, inclusive filosofia, mas com objetivo financeiro. (FURTADO, 2003). Lima Barreto sempre foi escritor da imprensa libertária e suas crônicas serão amplamente divulgadas. (SCHWARCZ, 2017; BARBOSA, 2012; SEVCENKO, 1995)

De acordo com Maluf; Mott (1998, p. 373), as três primeiras décadas do Século XX foram de grandes desafios, pois as mulheres foram desumanizadas como sujeitos históricos pelo Estado, pela Igreja e pela imprensa conservadora. Isso porque, a forma como foi construída a República, não considerava a mulher como cidadã, mas apenas o homem – é de forma excludente que as leis serão construídas, tanto para mulheres como para outros cidadãos igualmente alijados. (CARVALHO, 1990)

Um exemplo dessa desumanização da mulher viria em 1916, com o *Código Civil*⁴³. Houve uma imensa expectativa pela regulamentação do Código Civil pois, em várias frentes, os avanços civis seriam um marco. Porém, no tocante à mulher, quase nada se modificou. O Estado que nasceu com a Primeira República não ofereceu grandes mudanças e, aliado a isso, o poder da Igreja ainda era forte, além do avanço das teorias raciais que colocavam a mulher como inferior. Diante de tamanha limitação para a mulher, o *Código Civil* apenas regulamentou o que já existia, classificando as pessoas naturais pela capacidade: incapaz, capacidade relativa e

43 O Código Civil de 1916 foi promulgado pela Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.

capacidade plena. Dos 16 aos 21 anos a mulher era relativamente capaz e, se permanesse solteira, a mulher teria a capacidade plena após 21 anos. Porém, se a mulher se casasse após os 21 anos, independente do regime matrimonial, ficaria subordinada ao marido (considerado pelo Código como cabeça do casal), retrocedendo à capacidade relativa. Então ela não podia exercer autonomamente os seus direitos civis, inclusive quanto aos seus bens exclusivos (por exemplo, dote, regime de separação de bens), nem trabalhar ou prestar concursos, pois dependia da autorização do marido, que assinaria a documentação. (BRASIL, 1916, artigos 180 a 314)

A forma como as relações sociais foram construídas fizeram restar poucas alternativas à mulher, pois ela necessitaria de um marido para se manter ou dependeria da família para sempre, pois as opções de trabalho formal eram quase nulas, já que elas tinham pouca instrução. E, se não tivesse uma família que a amparasse, seu destino seria viver de trabalhos que não exigissem qualificação (lavadeiras, por exemplo) ou até mesmo a prostituição (ENGEL, 2009). Uma das poucas profissões permitidas à mulher era o magistério, pois ainda era um ambiente público paralelo de fácil controle, frequentado apenas por mulheres e que era desempenhado em apenas um turno, permitindo que elas continuassem a desempenhar seus afazeres domésticos como filhas, esposas, mães, donas-de-casa. (LOURO, 2002). Por isso se torna tão importante para Lima Barreto trazer esse universo feminino em suas obras, esses temores e imposições sociais que tanto limitavam o espaço da mulher.

De acordo com Vasconcellos (1992, p. 73) “o estado civil da mulher era preocupação constante das famílias e até do grupo social a que pertencia. Não havia como obrigá-la a casar-se. Existia, sim, um processo de educação e socialização que a induzia a pensar que permanecer solteira era vergonhoso”. Como diz Rago (1985, p. 65), o discurso das teorias higienistas também se voltaram sobre o papel da mulher na sociedade, sendo que ela deveria se manter apenas como a “guardiã do lar”, já que sua realização ficará constrita às realizações dos filhos e do marido. Então todas as preocupações da família com as filhas mostram um dos tipos de mulher do período que Lima Barreto quis retratar. Dessa forma, as obras de Lima Barreto não acolhem as relações amorosas que, via de regra, são malsucedidas. O escritor expõe que a mulher que se refugiava no casamento se frustrava, pois era a continuidade

de uma relação de submissão. É dessa forma que o escritor nos mostra ter consciência de que, na instituição casamento, não havia ganhos à mulher. Assim, Lima Barreto “soube perceber que o matrimônio era, muitas vezes, uma cínica troca de interesses, em que o amor entre os cônjuges pouco valia” (VASCONCELLOS, 1992, p. 78).

Segundo Engel (2009, p. 380), Lima Barreto consegue articular questões como relações de gênero, de dominação, de raça e condição social, revelando uma profunda sensibilidade e apreendendo as mulheres sempre no plural e nunca isoladamente. A estudiosa diz que, dessa forma, suas obras nos permitem observar as relações de poder entre mulheres ricas e pobres, negras ou mulatas e brancas, patroas e empregadas etc. (ENGEL, 2009).

O *segundo* momento desse artigo traz, brevemente, os lugares das *mulheres negras* nas obras do escritor, quando faremos uma interseção com o lugar da mulher branca. Para entendermos o espaço reservado à mulher negra, veremos que o advento das teorias raciais foi importante para acentuar e justificar o alijamento do negro na nova sociedade que se transformava, onde ele seria sempre massa de fácil exploração. (SEVCENKO, 1995; SCHWARCZ, 1993). Com a obra *Clara dos Anjos* (1922)⁴⁴, temos quatro personagens interessantes, que nos mostram essa mescla de mulheres fortes e frágeis, brancas e negras, todas vivendo em subúrbio com nenhuma infraestrutura, condição muito discutida por Lima Barreto em todas as suas obras (SCHWARCZ, 2017; FERNANDES, 2008). Com as negras Clara e Engrácia, teremos a submissão e alcance prejudicial do patriarcado, além de mecanismos de exclusão referentes à educação, trabalho, crescimento social ou visibilidade do poder público sobre seus dramas. Com Dona Margarida e Dona Salustiana, há duas mulheres brancas e fortes, mas de índoles opostas. Aqui o escritor vai entrelaçar os mundos de Clara, Engrácia e Margarida e mostrar como uma união poderia fortalecê-las. Com o conto *O filho de Gabriela* (s/d)⁴⁵, Lima Barreto nos mostra como o

44 O romance conta a história de Clara, jovem negra do subúrbio, que é seduzida, deflorada e abandonada grávida por Cassi Jones, homem branco de condição superior à dela. (BARRETO, 2016)

45 O conto mostra o drama de Gabriela, mãe solteira do pequeno Horácio que, sem condições de sustentá-lo, se submete à exploração como doméstica em condições muito difíceis, com a esperança de que os patrões se afeiçoem ao seu filho e o apa-

racismo opera em forma de aprisionamento da mulher negra como doméstica à família de brancos, que é o caso da Gabriela, mas também mostra a infelicidade de um casamento com a mulher branca Laura – ou seja, mostra aprisionamentos opostos que as manterão juntas, dando pistas de que essas mulheres deveriam se unir para saírem dessa condição.

Uma obra importante de Lima Barreto para compreendermos a perversidade da atuação do racismo, será *Recordações do escrívão Isaías Caminha* (1909)⁴⁶ que, se não se dirige diretamente à análise da mulher, é a que melhor articula o sistema de como o racismo opera como bloqueio social, além da fatalidade do racismo que é colocada no conto *O Pecado (s/d)*⁴⁷. Outras fontes são *Cemitério dos vivos* (1956)⁴⁸ e *Diário Íntimo* (1953)⁴⁹ - obras autobiográficas que nos revelam os temores, apreensões e desabafos do escritor sobre a condição de ser negro. O jurista Sílvio Almeida (2018g), ao diferenciar raça de racismo, diz que raça é uma criação jurídica e que a classificação de seres humanos é uma invenção da modernidade que torna o homem um objeto científico da Biologia e da Física. A partir disso haverá uma explicação das características biológicas e geográficas das pessoas para construção de capacidades intelectuais, morais e psicológicas, a depender de cada raça. Dessa forma, diz o estudioso, a raça se torna uma categoria política utilizada para justificar as desigualdades existentes. No racismo, Almeida explica que ele opera nos distintos modos de tratamento que as pessoas recebem, a depender da etnia a qual pertencem.

drinhem – única condição possível para romper o ciclo de desgraças que se abate sobre mãe e filho. (BARRETO, 2018b)

46 O romance conta a história de Isaías, rapaz negro, inteligente e esforçado, que sonha em ser “doutor” na cidade grande. Em busca desse sonho, o jovem narra todo sortilégio de injustiças das quais será vítima apenas por conta da sua cor negra. Abordar o racismo de forma tão veemente, além de denunciar muitos dos estratagemas que ocorrem no campo político e nas entranhas da mídia jornalística, criou uma grande afronta à época, o que não lhe rendeu frutos, apenas o catapultou para o bloqueio de sua literatura. (BARRETO, 2018d).

47 O conto é sobre alguém que morre, P.L.C., e vai parar à porta do céu, sendo interrogado por São Pedro. Tendo todas as qualidades para adentrar no paraíso, ele não conseguirá, pois São Pedro lhe diz que negros não entram, devem ser purificados. A alma negra é mandada sumariamente ao Purgatório. (BARRETO, 2018c).

48 Este diário foi publicado inacabado e postumamente por Francisco de Assis BARBOSA (2012).

49 Também foi publicado postumamente por BARBOSA (2012).

A discriminação se efetiva porque é fundamentada nas relações de poder que determinados grupos possuem, que faz com que tenham vantagens que persistam nessa categoria racial. O racismo irá se efetivar por meio da discriminação racial estruturada, onde os diversos privilégios se propagam entre os grupos dominantes, alcançando espaços econômicos, políticos e sociais. (ALMEIDA, 2018g)

Para que o Estado empreenda o racismo como forma de fragmentação social e o fortalecimento de uma raça em detrimento da outra, precisará da ajuda valiosa da medicina, que entrará para dar respaldo científico aos objetivos do Estado. “A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores”. (FOUCAULT, 1999, pp.301-302). Almeida (2018g) irá aproveitar as concepções desenvolvidas por Foucault sobre biopolítica e como o racismo opera por meio do controle, para desenvolver a tese de *racismo estrutural* que, para ele, é dividido em três dimensões: econômica, política e subjetiva. Econômico porque a inserção no mercado de trabalho, quando ocorre, é precária e com alta carga de impostos diretos; política porque é ferramenta do Estado para perpetuar a exclusão e, terceiro, também forma nossa subjetividade, nossa cultura, nossa psique, nossa forma de ver o mundo. Faz a ressalva de não confundir racismo, preconceito e discriminação. Almeida coloca o racismo como fenômeno sistêmico; o preconceito como julgamento prévio e a discriminação como tratamento diferenciado. Qualquer indivíduo poderia se dizer vítima de uma dessas três formas, mas quando falamos em racismo, este se encontra arraigado nas estruturas do poder, de onde atingirá somente grupos étnico-raciais subalternizados – portanto, é dessa forma que o autor diz não ser possível se sustentar o racismo reverso, já que o grupo dominante fará a opressão sistêmica somente sobre os indivíduos de determinada etnia.

Para sair da imobilidade que a vítima de racismo sofre, como é o caso da protagonista e da sua mãe Engrácia na obra *Clara dos Anjos* ou da doméstica Gabriela no conto *O filho de Gabriela*, Steve Biko (1990) diz que o negro tem que adquirir a Consciência Negra e agir como ser político. Diz que a consciência negra se refere ao negro e à sua situação na sociedade, sendo que são duas forças que agem para que ele permaneça

na situação de vítima do racismo. A *primeira* é quando ele é oprimido pela sociedade por meio de mecanismos institucionalizados, por meio de leis que o impedem de fazer certas coisas, por pesadas condições de trabalho, salários baixos, condição de vida muito difíceis e uma educação inferior. A *segunda* situação, que Biko considera a mais importante, é que o negro desenvolveu dentro de si um estado de alienação, passando a rejeitar a si mesmo exatamente porque liga o significado de branco com tudo que é bom, sendo essa uma construção que vem desde sua infância e deve ser rompida. (1990, p. 127).

Frantz Fanon argumenta que não podemos contemporizar quando se trata de racismo, assim, uma sociedade é racista ou não é. Não há que se falar que uma sociedade é mais ou menos racista que outra e, seja um ou outro, haverá sempre o comprometimento da elite com essa questão. “É utópico procurar saber em que um comportamento desumano se diferencia de outro comportamento desumano” (FANON, 2008, p. 85).

Ao mostrar na obra *Clara dos Anjos* e no conto *O filho de Gabriela* que a agressão sexual às mulheres negras era uma constante, o escritor faz uma importante denúncia. A estudiosa Conceição Evaristo, no ensaio *Questão de pele para além da pele*, critica a pouca aparição de personagens negros na literatura nacional e que, quando surgem, não tem papel de destaque positivo, são coadjuvantes ou antagonistas – o que faz reforçar a invisibilidade desses indivíduos. Para a ensaísta, isso se deve ao fato de que os escritores expoentes da nossa literatura até o Século XIX eram nascidos em famílias donas de escravos e que, para eles, o negro era somente mais um objeto a ser usado, era um corpo escravo. Isso poderia explicar, por exemplo, a forte presença indígena na tríade indianista *O guarani* (1857), *Iracema* (1865), e *Ubirajara* (1874), obras do escritor José de Alencar (1829-1877). (EVARISTO, 2009, pp. 21-25)

Considerações

Ao descobrir que Lima Barreto costura sempre personagens femininas brancas e negras, busquei trazer neste artigo algumas reflexões sobre permanências, bloqueios e desvalorização da mulher na Primeira República, sobretudo da mulher negra e pobre. A investigação que

empreendi no mestrado mostrou-me as ambivalências barretianas de quem estava apreensivo sobre o futuro da mulher - seja branca ou negra - e qual espaço ela deveria ocupar nessa nova sociedade. Para essas mulheres que descreveu, as preocupações do escritor podem surgir tanto como acolhimento e empatia, como crítica contundente, como se desejasse acordá-las da submissão à qual estavam encarceradas.

E ao cruzar os universos das mulheres brancas e negras, o escritor sempre traz críticas de que aquele lugar não era o delas – o lugar da imobilidade, onde estavam subjugadas e tolhidas pelo patriarcado, pela sociedade, pelas leis. O escritor parece nos revelar uma probabilidade de que, se essas diferentes mulheres forem solidárias umas com as outras, os problemas que as cercam seriam melhor compreendidos e isso lhes daria fôlego para sair do aprisionamento. As dúvidas levaram-me a questionar por que no universo feminino o escritor calibrou e, por vezes, costurou, personagens negras e brancas nesse movimento pendular da crítica à empatia? Assim, essa pequena investigação buscou descobrir quais os lugares em que as mulheres estavam em algumas de suas obras, bem como quais os lugares que o escritor desejava a elas. Buscando compreender esse pêndulo da visão barretiana, este artigo delimitou um recorte temporal de 1902 a 1922 – os anos de produção do escritor

Acusado por feministas da época de ser contra o movimento, Lima Barreto já havia dito em diversas crônicas que era contra o tipo de movimento que não contemplava todas as mulheres. Pautas levantadas por feministas, como Bertha Lutz, não levavam em conta o universo de mulheres pobres e negras, que com a modernidade foram alijadas para o entorno das cidades, vivendo em condições insalubres, sem inserção social, sem educação, sem atenção do Estado. (SCHWARCZ, 2017, BARBOSA, 2012; SEVCENKO, 1995).

As fontes que selecionamos nos mostram um escritor preocupado com dilemas que cerceavam as mulheres em todas as frentes: na educação, no casamento, nos direitos, nas possibilidades de independência econômica etc. As personagens são vítimas de uma sociedade construída para mantê-las no ambiente privado - sejam brancas ou negras, com mais ou menos posses -, os problemas reforçavam estigmas de um tempo em que, se houve avanço em várias frentes com a chegada da modernidade, à mulher pouco

restou, a não ser permanecer como extensão do pai, do marido, dos filhos ou de outros familiares.

Assim, os dramas descritos por Lima Barreto, no que concerne às mulheres negras, que tinham pouco acesso à leitura, parece-nos uma tentativa de alertar a sociedade para que estancem esse abandono. Por outro lado, os dramas descritos no universo das mulheres brancas, presas nos espaços privados, alerta para que elas rompam com essa condição. Quando o caminho das personagens brancas e negras se cruzam, o escritor nos mostra que pode emergir uma força e é essa inter-relação que julgamos ser de importante investigação em outros estudos.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018g.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Penguin & Companhia da Letras, 2016.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Lima Barreto: obra reunida, volume 1. **Numa e Ninfa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2018a, v.1.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Lima Barreto: obra reunida, volume 2: Outros contos: **O filho de Gabriela**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2018b, v.2.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Lima Barreto: obra reunida, volume 2: Outros contos: **O Pecado**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2018c, v.2.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Casos de Bovarismo. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Bagatelas**. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 56-60.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Org. e Intr. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, s/d.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Impressões de Leitura e outros textos críticos**. (Org. Beatriz Resende). São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2017.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Poesia Seleta**. Rio de Janeiro:

Nova Aguilar, 2001.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Lima Barreto: obra reunida, volume 1: **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2018d, v.1.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Diário Íntimo**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro. 2006. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/intimo.pdf>. Acesso em: 15 de Mai. 2023.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Lima Barreto: obra reunida, volume 1: **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2018e, v.1.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **O cemitério dos vivos**: memórias. Prefácio de Eugênio Gomes. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Sátiras e outras subversões**. (Org. Felipe Botelho Correa). São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2016.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Lima Barreto: obra reunida, volume 3. **Crônicas Seletas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2018f.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

BIKO, Steve. **Eu escrevo o que eu quero**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

BRASIL. Código Civil. **Planalto**, 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm Acesso em 09 jun. 2023.

BUITONI, Dulcília H Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUITONI, Dulcília H Schroeder. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos (1759 – 1880). Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia Limitada,

1993.

CANDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil: tempo Social. **Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n.1, jun. 2006.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Feitos da burguesia**, In: Teresina Etc. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.87-96.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados e a República que não foi** – São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Significado de Lima Barreto em nossa Literatura. In: **Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo, São Paulo, 2007, v.12, n. 23, p.100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ENGEL. Magali Gouveia. Gênero e política em Lima Barreto. **Cadernos Pagu** (32), janeiro-junho de 2009:365-388. Disponível em file:///C:/Users/Particular20/Downloads/Genero_e_politica_em_Lima_Barreto.pdf. Acesso em 23 de Jun. de 2023.

EVARISTO, Conceição. Questão de pele para além da pele. In: RUFFATO, Luiz. (Org.). **Questão de pele**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FURTADO, Fabiana Câmara. **Perfis da Belle Époque brasileira**: uma análise das figuras femininas de Lima Barreto. 2003, 132 fl. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em <http://www.hlog.epsjv.fiocruz.br/upload/monografia/47.pdf> Acesso em 23 de Mai 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Editora Contexto, 2002.

- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Novais, Fernando A. e Sevcenko, Nicolau (orgs.) **História da vida privada no Brasil**: da belle époque a era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 3v.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PROENÇA, Domício Filho. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estud. av.** São Paulo, v.18, n. 50, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100017>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- RAGO, M. (1985). **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 3ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROCHA-COUTINHO, M.L. A mulher no Brasil. In: M.L. ROCHA-COUTINHO, **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 2003.
- SOIHET, Raquel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- VASCONCELLOS, Eliane. Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto. Org. Fundação Casa Rui Barbosa. **Revista Travessia**, no. 25, 1992. Disponível em file:///C:/Users/Particular20/Downloads/17005-52361-1-PB.pdf. Acesso em 05 jun. 2020.

TREZENTOS E TRINTA E TRÊS DIAS: A ESCRITA PÓS-COLONIAL DE ODETE SEMEDO EM *NO FUNDO DO CANTO*

*Ailton Leal Pereira*⁵⁰

Introdução

Tendo em conta a expansão nos últimos anos da literatura africana, em especial da literatura bissau-guineense, tem-se percebido várias/os pesquisadoras/es e estudiosas/os dedicando-se aos estudos da poesia semediana, nomeadamente nos seus versos de *No fundo do canto* (2007). Nesta obra literária, a Odete Semedo evidencia, entre outros aspectos, os processos de negação e apagamento das identidades, além do caos produzido pelo colonialismo pós-independência à população local.

O presente estudo intenciona analisar o evento sociopolítico conhecido como a guerra dos trezentos e trinta e três dias, ocorrido em Guiné-Bissau pós-independência, a partir do olhar de Odete Semedo, uma das maiores expoentes da literatura feminina bissau-guineense da atualidade, no seu livro *No fundo do canto*, de 2007. Para tanto, recorrer-se-á à poética semediana e aos estudos das literaturas pós-coloniais, objetivando compreender os contextos que contribuíram para aquele evento e as estratégias de luta e resistências empreendidas pela população local para romper com aquela realidade.

Se nos interessam as análises em torno daquele evento sociopolítico em Bissau pós-independência, nos interessa mencionar alguns estudos que

⁵⁰ Graduado em Pedagogia pela Faculdade Santo Antônio (FSA). Especialista em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Mestre em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro dos Grupos de Pesquisa Iraci Gama, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e Linguagem, Educação e suas discursividades – LEduDi, pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). E-mail: ailtonlealp.23@gmail.com.

se dedicaram a analisar *No fundo do canto*. Um dos primeiros trabalhos que tivemos acesso foram os estudos encetados por Luís Carlos Alves de Melo (2019). Em seu trabalho intitulado “Entre versos de rima e dor: memória e resistência em *No fundo do canto*, de Odete Semedo”, o estudioso se interessou em examinar como a poesia de autoria feminina bissau-guineense interpretou a ocorrência dos conflitos pós-independência, e como aqueles acontecimentos contribuíram para o fortalecimento das resistências e formação identitária da população local.

Outra estudiosa de *No fundo do canto* tem sido Monaliza Rios Silva (2010). Ali, a autora busca evidenciar, a partir da poética semediana, o tempo-espaço dos contextos socio-históricos, político e cultural. Por seu lado Ianes Augusto Cá (2016) focalizou, a partir da análise de dois poemas da mesma obra, o eu-lírico que, nas palavras do estudioso, voltou-se aos aspectos da violência presentes ao longo do processo de independência como uma das ferramentas pela busca do sentimento de patriotismo e de enfrentamento aos problemas e desafios que estavam colocados.

Se nos estudos de Cá (2016) as análises se voltaram a perceber nos versos dos poemas as violências produzidas no pós-independência, vimos, no entanto, os estudos de Melo (2019) discutirem os conflitos como instrumento de fortalecimento das identidades e resistências dos autóctones. Enquanto isso o interesse de Silva (2010), voltou-se para as análises do tempo-espaço dos contextos históricos, político e cultural apresentados na obra em estudo. Este artigo, no entanto, reitera-se, interessa-se em analisar o evento sociopolítico conhecido como a guerra dos trezentos e trinta e três dias, ocorrido em Guiné-Bissau pós-independência, objetivando refletir sobre os contextos que contribuíram para aquele evento e as estratégias de luta e resistências empreendidas pela população local para romper com aquele cenário.

Desse modo, recorrer-se-á ao que Laurence Bardin (1997) vai chamar de ‘as regras da representatividade e da pertinência’, por entendermos que esta tarefa se faz necessária aos procedimentos que nos ajudarão a selecionar e analisar os textos que dizem respeito à abordagem para a constituição do *corpus* do presente trabalho. Assim sendo, os pressupostos metodológicos da presente pesquisa passarão pela seleção, leitura e fichamento dos textos, objetivando a análise e interpretação do vaticínio

poético em *No fundo do canto*, sobre o que foi o conflito armado de 1998-1999 no país africano recém independente.

Recorrer-se-á à Moema Parente Augel (2007), quando nos diz que a mensageira bissau-guineense toma aquela obra literária como instrumento agenciador para que os acontecimentos sociopolíticos daquele final de década não caíssem no esquecimento da população. Do que se lê nos versos se-medianos, percebe-se a voz poética ironizando “a situação de atraso do país, cuja classe dirigente não tem sido capaz de incorporar as realizações ou conquistas do progresso ocidental”, como apontado por Ana Maria Carneiro Diniz (2021, p. 114) em sua tese *No fundo do canto: Identidades bissau-guineenses em Odete Semedo*, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

Quer dizer, a voz da intelectual orgânica “[...] são marcadas pela crítica à forma como **aqueles** [grifo nosso], dirigentes mostravam-se indiferentes [...] às políticas de colonização locais, [...] visando favorecer apenas uma pontual parcela da sociedade [...]”, como sinalizado por Diniz (2021), ao analisar a partir da linguagem poética de *No fundo do canto* a representação das identidades nacionais em Guiné, e cujas considerações nos permitem refletir o fazer intelectual de Semedo, quando mobiliza uma voz poética interessada, em atuar como um *tcholonadur*, denunciando “a articulação entre o colonial e o anticolonial, utilizada na produção dos seus discursos com o objetivo de justificar as ações incoerentes realizadas por um poder autoritário” (DINIZ, 2021, p. 113).

São estes contextos que vão sendo poetizados e narrados ao longo dos poemas da obra literária em estudo. Significa dizer, entretanto, que a escritora guineense, como uma personagem que vivenciou os traumas e os horrores da guerra, narra uma história que continua sendo tecida por si e por seu povo.

Literatura e Guiné-Bissau pós-independência

Com cerca de um milhão e seiscentos mil habitantes, trinta e seis mil quilômetros quadrados de extensão territorial à costa ocidental do continente africano, banhada pelo Oceano Atlântico, limitando-se com os vizinhos Senegal ao norte e a leste e ao sul com a República da

Guiné-Conacri, antiga colônia francesa, Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa a conquistar a independência político territorial no ano de 1973, reconhecida um ano mais tarde pelos invasores.

Recorrer-se-á, ainda que de maneira breve, a alguns elementos socio-históricos para compreendermos o pós-independência e o aparecimento da literatura bissau-guineense enquanto um dos instrumentos ideológicos de denúncia e enfrentamento ao domínio colonial. Entre outros aspectos que merecem nossa atenção, serão pontuados os primeiros contatos dos portugueses em Bissau, o que foi a colonização, a organização da luta armada pela independência, o pós-independência, e, em última análise, a literatura guineense iniciada a partir das primeiras publicações do *Boletim Oficial da Guiné*, que nas palavras de Inocência Mata (1995), datam de 1880-1974. Publicações interessadas em retratar não as realidades e os anseios da população local, antes, ocupam-se em evidenciar a perspectiva colonial e evangelização da população guineense.

Ao considerarmos a história da região que atualmente corresponde à Guiné-Bissau, observa-se que aquele território pertenceu ao reino dos mandingas, um dos reinos africanos mais prósperos entre os séculos XIII e XIV, que constituíam o Império de Mali. Nas palavras de Augel (2007), o poder adquirido pelos mandingas sob a autoridade de Kankou Moussa, um dos últimos imperadores daquele império, iniciou uma invasão pelo interior do continente, submetendo diversos grupos, ao tempo que se deslocava para a costa, impondo seu poderio.

Quer dizer, a história de África e por consequência de Guiné-Bissau, nem de longe tem início com a invasão dos colonizadores. Como sinalizado por Adiele Eberchukuwu Afigbo (2010), as sociedades africanas são fruto “de séculos ou de milênios de evolução.”

Ainda que as sociedades africanas sejam milenares, como apontado por Afigbo (2010), os primeiros registros dos portugueses na Costa da Guiné remontam ao século XV, por volta do ano 1446, quando Nuno Tristão, recém-chegado da costa senegalesa, institui “a província portuguesa da Guiné”, conforme Augel (2007). Como as populações locais nunca estiveram inertes ao processo de invasão exógena do seu território, não faltaram diversas estratégias de resistência das autoridades e dirigentes africanos. Foram diversos confrontos entre africanos e portugueses, um

deles culminando com o assassinato daquele primeiro invasor, apesar de no início do século XX os portugueses terem alcançado os quatro cantos do território guineense, tendo em conta que os “resistentes”, segundo Albert Adu Boahen (2010, p.166), demoraram a perceber que suas táticas de guerrilha eram inferiores à capacidade de fogo do inimigo.

Das experiências em que mulheres e “homens que tiveram de fazer frente ao colonialismo [...] em opor-se aos europeus e em defender sua soberania, sua religião e seu modo de vida tradicional” (Afigbo, 2010), viu-se a construção de uma memória individual e coletiva entre os guineenses e a construção de suas liberdades político-sociais, dada às insatisfações generalizadas em todo o continente. Enquanto em território africano as insatisfações se ampliavam, alguns então jovens em Lisboa, da Casa dos Estudantes do Império – CEI, que sempre estiveram atentos às condições dos seus países, iniciaram um ato criativo de organização, entre eles o angolano Agostinho Neto, o moçambicano Eduardo Mondlane, e o guineense Amílcar Cabral.

Daqueles atos criativos, em Bissau, o lendário Amílcar Cabral constrói com outros cinco bissau-guineenses o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, o PAIGC, como um dos instrumentos de luta pela independência, como verificado por um documento do próprio partido, escrito em 1974, o qual Moema Parente Augel tivera acesso. Com a criação do partido, vêm-se as primeiras ações da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE, cometendo o primeiro massacre contra os trabalhadores, a destruição de instalações do PAIGC, favorecendo a amplificação do caos já existente e desencadeando a luta armada pela libertação. Já o assassinato de Amílcar Cabral em Conacri por dois guineenses, ainda hoje os mandatários não são conhecidos.

Outro dado histórico e político relevante a respeito da independência política e territorial de Guiné é o fato de ter sido aquele país o primeiro dentre as colônias portuguesas a conquistar a libertação, culminando nos anos seguintes com as independências das outras colônias portuguesas, como Moçambique, São Tomé e Príncipe, Angola e Cabo Verde. Apesar da independência ter sido uma conquista a ser comemorada, alçando à presidência um ex- combatente da luta anticolonial, Luís Cabral, não demorou muito tempo para que a população iniciasse as reivindicações por

melhorias sociais, econômicas e políticas. As reivindicações populares, no entanto, se deveram ao fato de os independentistas, desde as campanhas de libertação, terem ventilado a ideia de que a emancipação política e territorial de Bissau possibilitaria a melhoria dos precários índices de desenvolvimento humano herdados do colonialismo.

As promessas da independência, no entanto, não passaram de utopias. Não demorou muito até que o não tão “novo” governo eleito, apesar de ter prometido o estabelecimento de uma “política rural condizente com os interesses e necessidades locais” (AUGEL, 2007, p. 63), ter iniciado a construção de algumas indústrias e, usando o discurso de “evocação do heroísmo dos combatentes pela liberdade da pátria” (AUGEL, 2007, p. 64), ter mantido as situações econômicas e sociais da população sem ou quase nenhuma mudança significativa. Como a condição das classes sociais manteve-se quase inalterada no pós-independência, as insatisfações e o desprestígio governamental contribuíram para o golpe militar, pondo fim aos vinte e três anos de governo do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, que à despeito de manter o discurso de representante da democracia revolucionária, governava o país sob um regime totalitário regado de corrupção, prepotência e nepotismo, culminando no que a poetisa Odete Semedo vai chamar de “a guerra dos trezentos e trinta e três dias”, em um dos poemas de *No fundo do canto*, objeto deste estudo.

São desses contextos que surgem novos modos das literaturas guineenses, frutos dos embates sociais, econômicos e políticos dos períodos coloniais, de lutas pela independência e pós-golpe militar de 1998-1999. Apesar de ser quase unânime a defesa de que as literaturas guineenses são um espaço vazio se comparada com as demais literaturas lusófonas, como vimos nas palavras de Augel (2007, p. 99), quando diz que o que há em relação a Guiné, quer seja na historiografia, quer seja na literatura, é a “pouca produção [...]”. Entretanto, nas palavras da estudiosa, “essa situação se está aos poucos modificando, embora esteja ainda longe de ser satisfatória”. Estas análises dialogam ainda com os escritos de Rui Jorge Semedo (2012), quando afirma que o surgimento de uma literatura, a que ele vai chamar de genuína, se dá a partir da independência de Guiné-Bissau, em 1974.

No entanto, quando voltamos o nosso olhar para o que diz Inocência Mata (1995), sobre a literatura guineense, vimos que para falar de “vazio”

literário em Guiné não se pode deixar de considerar os fatores de ordem social, política e geográfica que ocorreram naquele país, como a subordinação do território até os anos de 1970 à administração de Cabo Verde, as guerras de resistências, além do desinteresse da administração portuguesa em construir escolas nas *tabancas*, dificultando, e em grande medida, impedindo à população o acesso à escola.

À despeito daqueles argumentos, vimos desde os anos de 1880-1974 o surgimento e publicações do *Boletim Oficial da Guiné*, seguido do jornal *Ecos da Guiné-1920*, *A Voz da Guiné 1922* e *Pró-Guiné 1924*, escritos por portugueses residentes no país, tematizando as questões políticas, o retorno à terra natal e a glorificação do desenvolvimento colonial. Quer dizer, a escrita na Guiné-Bissau seguia apresentando os povos guineenses a partir do olhar do colonizador, ao que Manuel Ferreira (1980) vai chamar de os primeiros momentos das literaturas de língua portuguesa.

Passados os tempos inaugurais da literatura colonial em Guiné, com a existência do primeiro boletim de 1880-1974, seguido pela publicação da revista *África* em 1979, publicada por Vasco Cabral, e já no quarto momento da literatura, vimos os escritores das colônias portuguesas construindo suas independências em relação à literatura colonial, fato que se deve aos contextos de independência, já que grande parte das escritoras e escritores das colônias recém-independentes encontravam-se engajadas e engajados nas lutas de libertação, como sinalizado por Manuel Ferreira (1980, p. 43) “[...] os textos dos poetas integrados na guerrilha se confundem, [...] com os escritos após a independência nacional.”

Entre lágrimas e dores: a guerra civil de 1998-1999 e a poética da resistência em *No fundo do canto*

Apesar da literatura colonial estar destinada a “ficar arrumada no discurso da humilhação” (FERREIRA, 1980), negando ao universo do discurso poético as identidades do homem africano, Odete Semedo, em *No fundo do canto* desde a sua primeira edição em 2003, irrompe com aquele discurso de “negação da personalidade do Outro” como sinalizado por Ferreira (ibidem) para falar da dor de si e do seu povo. Entretanto, analisar-se-á os contextos que contribuíram para a eclosão dos horrores do conflito de 1998-1999, as táticas de resistência da população e como

sinalizado por Semedo (2007, p.16), “a responsabilidade de construção de um país que se deseja...que se ambiciona Novo.”

Entretanto, importa evidenciar de que foi Guiné-Bissau a primeira ex-colônia portuguesa a empreender os movimentos de resistências e libertação. Movimentos relacionados aos contextos – reiteramos – histórico, econômico, político, social e geográfico, como por exemplo, as demarcações arbitrárias das fronteiras, além da descrença no “modelo” de Estado instituído pelos independentistas. Quer dizer, havia um sentimento coletivo de que aqueles contextos precisavam ser alterados para que a população guineense começasse a vivenciar os desejos e sonhos que a levaram a pegar em armas e lutar pela libertação do jugo colonial, tendo como consequência a melhoria dos índices de desenvolvimento humano local.

O que se viu, porém, foi “a velha concorrência entre Portugal e França” (AUGEL, 2007, p.66), favorecendo os acontecimentos que sucederiam alguns meses à frente. O governo guineense passa a pôr em cena algumas ações e acordos a partir de interesses políticos divergentes aos anseios da população como a renúncia do peso guineense para adotar o franco e o afastamento do chefe das forças armadas, o general Ansumane Mané, um dos que lutaram junto a Nino Vieira nas lutas independentistas. Entre trocas de acusações entre o então presidente e o general das forças armadas de que ambos estavam comercializando armas na clandestinidade, instalou-se o que a meu ver a população não desejava: o golpe de Estado num país que havia conquistado a independência havia vinte e quatro anos.

Aos sete dias do mês de junho de 1998, com a prisão decretada pelo presidente, Ansumane Mané reage a prisão e estrategicamente com os soldados aquartelados apropria-se de dois quartéis que possuíam um farto armazenamento bélico e de gêneros alimentícios, além de ocupar a base aérea do aeroporto de Bissalanca, todos localizados na capital do país. O que se viu na manhã do dia seguinte, foram os confrontos e mortes de todos os lados, provocando o êxodo da população para a *tabanca* do país.

Sobre o movimento da população em busca de refúgio daquele conflito, Semedo (2007) nos diz que mulheres, crianças, velhos e jovens se sentavam debaixo de uma grande árvore para descansar, ao tempo que aproveitavam para tomar a água que sobrara da viagem, e se alimentarem com o fruto do caju, momento em que não havia ninguém que ousasse

quebrar o silêncio dos momentos de trégua dos tiroteios. Diz-nos a poetisa: “Havia momentos em que os tiros deixavam de se ouvir e ninguém entendia o porquê. Uns diziam que era a hora de limpar as bocas dos canhões, outros diziam que era a hora das refeições ou das preces”. São estas experiências que vão sendo poetizadas por Semedo em *No fundo do canto*.

Passado oito meses e treze dias do conflito armado, a condição social, econômica e política da Guiné, que já era caótica, tornou-se agudizada. A população que há pouco tempo festejava a independência, encontrava-se desiludida frente a um governo autoritário que não conseguiu contribuir para a mitigação da miséria. O dado histórico deste período é que a “elite política e militar” (AUGEL, 2007, p. 70) estava desacreditada diante da população. Este contexto, apesar de devastador, reascendeu uma nova consciência do orgulho de ser africano do povo guineense, favorecendo uma reorganização das etnias de todo o país em torno da construção de um Estado nacional, culminando com novas eleições, pondo fim à hegemonia da figura de Nino Vieira e do PAIGC. Naquele pleito eleitoral de 28 de novembro de 1999, no entanto, treze partidos apresentaram candidatos, saindo vencedor daquela que foi a primeira eleição multipartidária, o povo, e em segundo, aquele que em alguma medida representaria as expectativas dos guineenses, o segundo presidente pós-independência, Koumba Yalá que, após quatro anos de governo, é destituído do cargo sob um novo golpe de Estado.

À despeito das heranças do colonialismo, das lutas políticas e armadas em Guiné-Bissau, os vários golpes de Estado ocorridos pós-independência devido à ausência de autogestão das autoridades regentes locais, a sociedade guineense tem recorrido à riqueza e à multiculturalidade, intentando seu protagonismo no jogo geopolítico mundial como um Estado independente, no qual a literatura tem muito a contribuir. É nesse contexto que pretendemos, a partir das próximas linhas, analisar o poema “O prenúncio dos trezentos e trinta e três dias”, afim de evidenciar a partir dos ditos semedianos, como sugere Spivak (2014, p.16), “[...] a tarefa do intelectual pós-colonial que deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a).”

O predito dos trezentos e trinta e três dias em Odete Semedo

No fundo do canto, é uma daquelas obras poéticas caracterizadas pela narração da nação. Narração daquilo que se viu e vivenciou tanto na individualidade quanto na coletividade ou, como já afirmava Augel (2007, p. 328), é um canto-poema na qual a autora “é testemunha e quer testemunhar” o caos instalado face à descrença da população frente a um governo totalitário que havia perdido as condições de governança da república recém emancipada. Ao longo dos setenta e dois poemas, em sua maioria curtos, Odete Semedo põe em cena a “História que ainda se está fazendo” (AUGEL, 2007, p. 329), além de plasmar o que ficará de legado e indagação sobre o futuro do país. Apesar de nosso interesse estar voltado à análise do conflito armado de 1998-1999, nesta obra, a autora enfatiza outros aspectos, entre eles, as tradições e a memória, o apego ao chão clânico, além dos elementos representativos das identidades guineenses, como por exemplo, as cantigas de dito, e a *sarbaden* – dança tradicional mandinga.

Do diálogo entre os quatro segmentos que compõem o canto-poema, vimos a primeira parte de poemas *Do Prelúdio*, com vinte e três poemas, renunciando os horrores identificados pela população nas rodas de conversas tanto na capital quanto nas *tabancas*. Ao continuarmos a leitura do poema-canto, somos interpelados pela segunda parte. A história dos trezentos e trinta e três dias e trinta e três horas, composto por quinze poemas, anunciando a *mufunesa* pressentida pela população, apesar de não querer acreditar, como profetizado por Semedo no verso “Quando tudo começou Bissau não quis acreditar”. No terceiro segmento da obra, entretanto, a *tcholonadur* apresenta-nos um dos aspectos identitários guineenses: diante do caos, pedindo *sakur* - socorro, e apegando-se às divindades, suplica-lhes que os proteja e os livre da *kastia de ospri* – desgraça e infortúnio, que se abatia sobre Bissau.

Enquanto no último dos segmentos, Os embrulhos, composto por vinte e seis poemas, a “anunciadora dos fatos reais e dos sentimentos do seu povo” (AUGEL, 2007, p. 330), denuncia a ganância, os desacertos dos líderes regentes, além de constatar o resultado do caos, evidenciando o desejo e a força da população na esperança de que o país, a partir da coletividade, poderia construir outro destino para si e sair dos escombros do conflito armado.

Dos quatro segmentos e dos setenta e dois poemas que compõem *No fundo do canto*, selecionamos para análise o poema “O prenúncio dos trezentos e trinta e três dias” por dois aspectos: o primeiro diz respeito à natureza do presente trabalho e sua feição sucinta. Já o segundo aspecto é que, a nosso ver, o poema selecionado nos permite realizar a tarefa que nos propusemos, proporcionando-nos dialogar com a ideia de uma literatura que está para reconfigurar e atualizar os lugares de discussão hegemônicos, cuja linguagem literária põe ao avesso a história e a narrativa coloniais sobre os modos de ser e estar dos povos africanos. Em nossas análises, pretendemos colocar em questão, a partir dos versos semedianos, as mazelas produzidas pelos coloniais, focalizando o conflito armado de 1998-1999 como um dos “legados” deixados pelos invasores à população guineense.

Desde seus primeiros versos e mobilizando a transposição de sentido das palavras, a escritora guineense recorre às gerações passadas e presentes para mencionar uma das características da identidade africana: a oralidade, que nas sociedades anteriores ao colonialismo era mobilizada para a transmissão das histórias e as estórias/feitos da nação, como no caso de fazer-se perpetuar os mitos fundadores enquanto um dos dispositivos de coesão em torno de um determinado evento histórico, político e/ou social. Abaixo, acompanhamos o referido poema de Odete Semedo em análise:

“O prenúncio dos trezentos e trinta e três dias”

Meninos velhos
meninas e rapazes
homens e mulheres
todos ouviram falar da mufunesa
que um dia teria de cair
nos ombros da gente
da pequena terra

Em histórias contadas
... no meio duma lenda
entre uma passada e outra...
alguém sempre se lembrava
de meter uma pitada de sal
sobre a mufunesa
que haveria de apanhar aquela gente

Baloberus almamus e padres
também haviam anunciado
um pastor
sem temer o pavor de suas ovelhas
predisse:
uma foronta
um confronto vem a caminho

Mais que três dias
não deve atingir
tal confronto
se prolongar...
só trinta e três dias depois
teria o seu final
e será como um punhal
todo o povo vai ferir

Caso passasse o predito período
sem que o tormento amainasse
apenas trezentos e trinta e três dias
trinta e três horas
separaria aquela gente
da tal maldição
assim está escrito
no destino da nova Pátria
(SEMEDO, 2007, p. 24).

Do que se pode observar nos três primeiros versos deste poema, tem sido aquilo que vimos discutindo ao longo deste escrito: devido aos contextos históricos anteriores à colonização, as condições socioeconômicas e política do pós-independência, a voz poética como um *Tchintchor*, evidencia que havia na consciência coletiva em Guiné o prenúncio de que não demoraria, até que um *kasabi garandi*, uma grande infelicidade, dentro de alguns meses, se abateria sobre o país. Afinal, as ações dos independentistas frente ao “novo” Estado não levariam a nação para outro destino, senão para os braços e mãos do caos, como uma espécie de *urdumunhu*, redemoinho, espalhando a população para todos os lados e para fora do país. Ao evidenciar, nos primeiros versos, o mau que se abateria sobre seu país, a poeta, como uma mensageira, não quer estar como quem assiste a tudo, sem mediar o que está acontecendo. Antes, como uma espécie de Baloberu, “convida-nos a tomar de nossa esteira, a assentar-nos, pois, a

história não é curta”, como nos aponta Augel (2007, p. 190).

Se nos interessa a interpretação dos acontecimentos factual e estética da guerra evidenciada pela poetisa guineense, chama nossa atenção quando o poema canta do fundo da alma o efervescer do que se presentia, como quem lança uma profecia, afirmando que “teria de cair” (SEMEDO, 2007, p. 24). Mas, cair o quê, ou quem? Cair o não tão novo “modelo” de Estado, ou a população que cairia com as balas dos canhões, lançadas a ermo em todo o país, provocando assassinato aos milhares e a desertificação das áreas habitadas, tanto da capital e da zona rural da recente república? Ao que nos parece, com aquelas afirmações – e que trouxemos aqui como indagações - Odete Semedo, está deixando rolar as lágrimas e as feridas abertas pelo colonialismo ainda não curadas. A *tcholonadur* guineense, recorrendo à polissemia nos versos do poema e a voz poética, ao tempo em que chora, anuncia e denuncia como uma espécie de profeta dos *irans*, “as ações dos militares nacionais e estrangeiros” (AUGEL, 2007, p. 66), rasgando e deixando à mostra por meio da sua voz, como uma espécie de bisturi, a situação factual e estética, na qual o colonialismo e os dirigentes locais haviam deixado o seu pequeno país.

Consciente de que as “nações são comunidades construídas nas mentes e na memória coletiva das pessoas”, como assinalado por Augel (2007), de que a narração da nação tem uma relação estreita entre a história e a veneração aos antepassados, vimos desde o primeiro verso da segunda estrofe, o sujeito poético recorrendo a uma das tradições guineenses: a contação das histórias e estórias, evidenciando que, à despeito da tradição, a insatisfação com o estado de coisas, não estava esquecido nas histórias que eram contadas. Ao contrário, sempre havia alguém que fazia questão de lembrar de que o país estava na emergência de vivenciar “uma crise institucional sem precedentes” (AUGEL, 2007, p. 329), de que uma grande *mufunesa* desestabilizaria a autoestima e a identidade de crianças, jovens, mulheres, homens e anciãos, dado os horrores que se anunciavam.

Se *No fundo do canto*, é “um documento que se estabelece [...] como espaço onde a história dos vencidos continua se fazendo, lugar onde a memória é resguardada para exemplo e vergonha das gerações futuras”, como apontado por (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 25, citado por AUGEL, 2007, p. 338). Nos versos que se seguem, o sujeito poético, além de seguir

preunciando aos quatro ventos quais serão os flagelos da guerra, recorre ao reconhecimento e à valorização das identidades religiosas guineenses, como os ancestrais, curandeiros, como os *balobeiros* e *almanus*. A voz poética, ao compreender que há uma consciência coletiva em Guiné, para a qual os deuses e adivinhadores da sorte influenciam e acompanham o fazer cotidiano da população, menciona que até mesmo os “adivinhadores da sorte” (ibidem) e pastores, mesmo correndo o risco de que estariam sob a fúria dos seus seguidores, não deixaram de predizer, até mesmo nos espaços religiosos, a *mufunesa* que se abateria contra a população.

Na penúltima estrofe, vimos o anúncio do sujeito poético, mesmo tendo a certeza de que todos os sinais indicavam para uma catástrofe iminente, e como se não quisesse acreditar, delimita o início e o término do horror que estava por abater toda a Guiné. Talvez acreditando que os dirigentes independentistas e militares, por terem vivido recentemente um conflito armado nas lutas pela Independência, não estivessem dispostos ao prolongamento do caos e, em caso de prolongamento, não perduraria mais que trinta dias. No entanto, e como temos visto ao longo do cantopoema, melodiado no mais profundo da cólera e das lágrimas da voz poética, as previsões do não prolongamento não ocorreu, ao contrário, os interessados pelo conflito, há muito tempo, já não se atentavam para as necessidades e clamores da população, estendendo aquela tragédia fraticida por mais que trezentos dias como uma espécie de “punhal” ferindo a toda a gente que não encontrou refúgio do conflito armado e das mazelas que se instalaram, como mencionado por (AUGEL, 2007, p. 69). Dos trezentos mil habitantes em Guiné, cerca de duzentos e setenta mil abandonaram suas moradias, fugindo do pânico instalado, deixando para trás a família e sua “gente querida”.

Nos últimos versos de “O prenúncio dos trezentos e trinta e três dias”, “o eu da narração” (ibidem, p. 344), sem saber ao certo a duração da tragédia, e ao que tudo indica, recorrendo à crença nas divindades religiosas, suplica aos *djambakus* que, em se dando o caos, que não ultrapassassem os trezentos e trinta e três dias e trinta e três horas. Quer dizer, ocorrido e passado os horrores daquele evento sociopolítico, a “pequena terra” insular poderia recompor-se dos escombros, quando “aquela gente”, independentistas e militares, causadores do caos, fossem destituídos do “poder” por novas eleições, para que a população revivesse mais uma

vez as esperanças e utopias de uma “nova Pátria”.

Em *No fundo do canto*, e em especial no poema “O prenúncio dos trezentos e trinta e três dias”, a poetisa guineense propõe-se a “trabalhar o fenômeno da guerra e suas consequências”, *propondo-se a escrever um documento poema para acolher a sua dor e a do seu povo*, apontando “um caminho para a superação das angústias e traumas de uma coletividade, [...] e um instrumento para a projeção” *das esperanças tanto individual e coletiva* (AUGEL, 2007, p. 198).

Considerações finais

Das cinco possessões portuguesas em território africano, Guiné-Bissau foi aquela ex-colônia que inaugura o processo de independência política e territorial, culminando nos anos seguintes com a libertação de Cabo-Verde, Angola, Moçambique e São-Tomé e Príncipe. O protagonismo de Bissau, entretanto, legou à “pequena terra” (SEMEDO, 2007, p.24), instabilidades políticas, sucessivos golpes de Estado e a (des)constituição de um Estado-Nação. Destes contextos, no entanto, evidenciamos ao longo deste trabalho a importante contribuição da literatura semediana que não esteve confortável em anunciar aquilo que os primeiros expoentes da literatura guineense mobilizaram, como, por exemplo, Fausto Duarte, que apesar de tematizar em *A revolta* (1945) a guineidade, seguiu dialogando em assimetria com o discurso do colonizador. O cantopoema da Odete Semedo, no entanto, além de denunciar e questionar as ideologias colonialistas, narra o avesso da história, a contranarrativa, que põe em questão as táticas dos colonizadores de apagamento, negação e silenciamento das identidades guineenses. O presente estudo, no entanto, é dividido em três seções: A primeira seção, intitulada “Literatura e Guiné-Bissau pós-independência”, dedicou-se a analisar os aspectos sócio-históricos do pós-independência, o surgimento e desenvolvimento da literatura em Guiné Bissau, enquanto um dos instrumentos de denúncia, que nos ditos de Mata (2011, p. 11) “é a literatura, pela força da sua expressão, que vai configurar a ideia de uma nação guineense [...]”.

A segunda seção, “Entre lágrimas e dores: a guerra civil de 1998-1999, e a poética da resistência em *No fundo do canto*”, discutiu os contextos que favoreceram o conflito armado, as táticas de resistências locais, sendo uma delas

a esperança de que somente a unidade nacional em torno de uma nação livre seria capaz de enfrentar os invasores e, finalmente, terem sob seus destinos os rumos do país e a possibilidade de construção de uma outra nação.

No terceiro momento, com “O predito dos trezentos e trinta e três dias em Odete Semedo”, evidenciamos o cantopoema como um dos instrumentos de narração da nação, situamos a obra, mapeamos, ainda que de maneira breve, a estrutura, as marcas e os temas presentes ao longo do documento histórico-poético – ou poético-histórico – como as identidades, as tradições e as memórias guineenses.

Tendo em conta os temas apresentados pela *tcholonadur*, selecionamos um dos vinte e três poemas, apresentado no primeiro segmento da obra, “O prenúncio dos trezentos e trinta e três dias”, para analisar as suas cinco estrofes a partir das polifonias que o atravessam. A voz poética murmura, canta ou pranteia diante dos prenúncios, testemunha ocular que não se dedica em lamentar-se apenas diante da *mufunesa* que cairia sob o país. Ao contrário, como uma representante dos *irans*, capta o momento, e como se estivesse convocando a *mandjuandadi* para a construção das possibilidades de superação das angústias e traumas, caso o que se prenunciava acontecesse, convida-nos a continuar plasmando as esperanças de um outro destino para a “nova Pátria”, como anunciado pela poetisa no último verso do poema analisado.

Referências

AFIGBO, Adiele Eberechukuwu. **Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais**. In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. ver. – Brasília: UNESCO, 2010. 1040 p.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007a.

AUGEL, Moema Parente. **Canto poema do disassossego**. In: SEMEDO, Odete Costa. No Fundo do Canto. Belo Horizonte: Nandyala, 2007b. p. 185-198.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1996.

BOAHEN, Adu Albert. **A África diante do desafio colonial**. In: História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. ver. – Brasília: UNESCO, 2010. 1040 p.

CÁ, Ianes Augusto. “**No fundo do canto**” reverberam os sons da violência: uma análise da poesia de Odete Semedo. Revista Crátilo, 9(2): 01-08, dez. 2016.

DINIZ, Ana Maria Carneiro Almeida. **No fundo do canto: identidades em Odete Semedo**. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2021.

FERREIRA, Manuel. **Dependência e individualidade nas literaturas africanas de língua portuguesa**. Revista do Centro de Estudos Portugueses, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 39-47, jun. 1980. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/4258>>. Acesso em: 21.11. 2021.

MATA, Inocência. **A literatura da Guiné-Bissau**. In: LARANJEIRA, Pires. Literaturas africanas de expressão portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

MELO, L. C. A. de. **Entre versos de rima e dor: memória, identidade e resistência em No fundo do canto, de Odete Semedo**. SOCIOPOÉTICA, [S.l.], v. 2, n. 21, 2019. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/SOCIOPOETICA/article/view/128>. Acesso em: 30.10. 2021.

RIBEIRO, Calafate Margarida; SEMEDO, Odete Costa. **Apresentação: oscilando entre o canto e os escritos**. In: Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história. Lisboa: Edições Afrontamento, 2011.

SEMEDO, Odete Costa. **No fundo do canto**. Belo Horizonte: Nandyala, 2007.

SEMEDO, Jorge Rui. **Uma radiografia do processo literário guineense**. Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PósColoniais, vol. 2, nº 02, jul-dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8767/8742>. Acesso em: 09.11.21.

SILVA, Monaliza Rios. **A Guiné-Bissau no fundo do canto: o tempo/ espaço pós-colonial de Odete Semedo**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2014.

SOBRE OS ORGANIZADORES

AILTON LEAL PEREIRA

Mestre em Estudos Linguísticos e Literários pelo programa Crítica Cultural (UNEB). Especialista em Literatura Africana de Língua Portuguesa (UNILAB). Professor da Educação Básica pela secretaria de Educação Municipal de Alagoinhas. Email: ailton.pereira@edu.alagoinhas.ba.gov.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5743988416737495>

ANA FÁTIMA CRUZ DOS SANTOS

Doutoranda e mestra em Estudos Linguísticos e Literários pelo programa Crítica Cultural (UNEB). Escritora e Editora na Ereginga Educação. Professora da Educação Básica pela Secretaria de Educação Municipal de Camaçari. E-mail: anafatimadossantos@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5377093428497518>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Africana 5, 7, 24, 25, 39, 44, 45, 47, 48, 51, 145
Africanidades 6, 13, 20, 36, 39, 50, 52, 53, 54, 55, 63, 64
Afrocêntrica 28, 30
Afrofuturismo 32, 36, 37, 38
Ancestralidade 7, 10, 25, 28, 32, 38, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 75,
106, 107, 108
Antirracista 51, 55

B

Belle époque 112, 116, 127
Brasil 1, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 31, 32, 33, 36, 40,
41, 42, 43, 56, 62, 63, 68, 79, 81, 85, 86, 88, 90, 96, 101, 103, 111,
112, 113, 126, 127

C

Cadernos Negros 90, 103, 104
Código Civil 117, 125
Comunidade 51, 53, 58, 59, 60, 61, 65, 86, 98, 104, 106, 107
Crime do cais 104, 109
Cultura 5, 8, 24, 39, 42, 44, 47, 48, 49, 51, 77, 85, 92, 100, 102, 125
Cultura africana 18, 24, 36, 41, 53, 56, 59, 76

D

Decolonial 5, 43

E

Educação 6, 10, 13, 17, 20, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52,
55, 56, 57, 62, 63, 65, 91, 94, 97, 99, 115, 116, 117, 118, 119, 122,
123
Educação Básica 5, 6, 9, 39, 45, 65, 145
Estado 10, 41, 42, 45, 85, 94, 117, 121, 123, 128, 130, 132, 135, 136,
139, 140, 142, 144
Étnico-raciais 6, 18, 22, 23, 24, 25, 34, 40, 42, 45, 46, 48, 51, 55, 57, 63, 121

G

Guiné-Bissau 7, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 142, 143, 144

H

História 5, 8, 9, 29, 36, 39, 42, 44, 47, 48, 51, 52, 89, 125, 126, 127, 137, 143, 144

I

Identities 9, 25, 40, 42, 44, 45, 52, 90, 128, 129, 130, 134, 137, 141, 142, 143, 144

L

leitura 6, 36, 37, 39, 44, 47, 52, 60, 61, 77, 92, 96, 97, 98, 100, 101, 105, 111, 116, 124, 129, 137

Lima Barreto 7, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127

Literatura 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 45, 47, 48, 52, 55, 56, 57, 62, 63, 75, 76, 77, 78, 89, 100, 102, 103, 111, 114, 126, 127, 130, 142, 145

Literatura afro-brasileira 1, 5, 6, 9, 24, 39, 65, 75

Literatura brasileira 10, 38, 102, 125, 127

Literatura infantil 5, 6, 21, 22, 23, 24, 28, 33, 35, 36, 37, 38, 45, 50, 51, 52, 57, 61, 62, 63, 65, 70, 71

Literatura negra 24, 36, 54, 103

N

No fundo do canto 128, 129, 130, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 142, 144

P

Pós-independência 7, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 139, 142

Pretinha de Ébano 5, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19

R

Racismo 19, 37, 49, 64

Racismo estrutural 121, 124

Racista 18, 26, 28, 35, 122

